

JOSSEL BORGES SANTOS

**TERCEIRIZAÇÃO, CRISE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL:
SEUS EFEITOS NA COPENE EM CAMAÇARI-BA**

CAMPINA GRANDE-PB

1999

JOSSEL BORGES SANTOS

**TERCEIRIZAÇÃO, CRISE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL:
SEUS EFEITOS NA COPENE EM CAMAÇARI-BA**

**Dissertação Apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da Universidade
Federal da Paraíba - Campus II, como
requisito à obtenção do grau de MESTRE EM
ECONOMIA**

Orientador: Prof. Dr. MANOEL LUIZ MALAGUTI

CAMPINA GRANDE-PB

1999



S237t Santos, Jossel Borges.
Terceirização, crise e acumulação de capital : seus efeitos na COPENE em Camaçari-BA / Jossel Borges Santos. - Campina Grande, 1999.
140 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1999.

"Orientação : Prof. Dr. Manoel Luiz Malaguti".

Referências.

1. Economia Capitalista. 2. Terceirização. 3. Crise e Acumulação de Capital. 4. COPENE (BA). 5. Dissertação - Economia. I. Malaguti, Manoel Luiz. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 330.342.14(043)

A meu filho Alexandre

AGRADECIMENTOS

Não resta dúvida que todo o processo de construção do conhecimento é coletivo. Para realização desta investigação, que resultou na dissertação de mestrado: "Terceirização, Crise, Acumulação de capital: Seus Efeitos na COPENE em Camaçari-Ba" contei com o apoio — através das críticas, sugestões e revisões — de colegas do mestrado, antigos amigos e ex-professores da Universidade, sem contar, é claro, com o conhecimento acumulado através dos tempos.

Sinto-me, portanto, na obrigação de citar alguns nomes que contribuíram de alguma forma na elaboração desta dissertação. Na certeza de que a história é a condutora de nossas vidas — falo aqui da história enquanto um processo vivo, onde somos ativos e agentes da transformação — não poderia esquecer-me de um antigo professor da graduação, José Luís Pamponet, que infelizmente não poderá ler esta dissertação, pois nos deixou, mas não obstante, suas posturas e contribuições deixaram uma semente pela nossa luta por uma sociedade mais humana.

Sou muito grato ao meu orientador, Manoel Luiz Malaguti, que participou da construção deste texto desde as primeiras impressões. O rigor de suas críticas, o estímulo e compreensão nos momentos de desalento favoreceram na melhor sistematização e elaboração das idéias suscitadas. Além disso, tive a sorte de dividir com o Manoel uma enorme afinidade ideológica e proximidade com o objeto de análise.

Não poderia, também, esquecer dos colegas e professores do mestrado em economia da UFPB - Campus II - em Campina Grande, com quem travei bons debates durante minha estadia na Paraíba.

Agradeço a Sandra, que além de ter sido uma grande companheira nos últimos anos, auxiliou-me com críticas e revisão do texto, sendo fundamental sua compreensão e carinho nos momentos de apreensão tão comuns na construção de um trabalho científico. Também contei com a participação direta ou indireta de alguns colegas. Contribuíram especialmente César Barbosa e Gildásio Santana, mas na acepção real da construção do conhecimento, devo a gratidão ao conjunto dos colegas e amigos que compartilharam comigo as angústias e esperanças nos últimos dez anos.

Por último agradeço ao Sindiquímica e seus diretores, os gerentes entrevistados e os trabalhadores envolvidos da COPENE.

TERCEIRIZAÇÃO, CRISE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: SEUS EFEITOS NA COPENE EM CAMAÇARI-BA

Jossel Borges Santos*

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Malaguti**

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem o objetivo de apreender algumas das transformações mais recentes incidentes no modo de produção capitalista. A análise da terceirização da empresa COPENE serve de apoio na construção de nossos juízos de valores frente aos imperativos do novo padrão de acumulação, conduzindo-nos à crítica dos efeitos das inovações técnicas e organizacionais para os trabalhadores e movimento sindical da sociedade capitalista contemporânea.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
INTRODUÇÃO	9
1. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: EXPANSÃO E CRISES	15
1.1. Expansão do Pós-Guerra	15
1.2. O Capitalismo e suas Crises	22
1.2.1. As Particularidades da Recessão de 1974-1975	25
1.2.2. O Brasil no Contexto da Crise	30
2. EM BUSCA DO VIGOR PERDIDO	34
2.1. As Revoluções Técnico-Científicas	36
2.2. O Papel da Gerência no Capitalismo	44
2.3. A Reestruturação Destrutiva	50
2.3.1. A Ideologia da Globalização	54
2.3.2. Neoliberalismo: O Poder de uma Retórica Vazia	58
2.4. O Brasil em Busca de uma Inserção Acrítica: A Caminho do "Consenso"	63
3. A TERCEIRIZAÇÃO NA PETROQUÍMICA COPENE (CAMAÇARI-BA) E SUAS REPERCUSÕES	72
3.1. Terceirização: Uma Estratégia Emergente de Competitividade	72
3.1.1. Aonde Está a Similaridade com o Modelo Japonês de Gestão?	74
3.1.2. Superação ou Novo Taylorismo?	79
3.1.3. Horizontalização da Produção e Concentração de Capital	82
3.1.4. Terceirização: Uma Abordagem da Experiência Brasileira	84
3.2. A Terceirização da COPENE	87
3.2.1. Um Breve Histórico da Implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari-Ba e da COPENE	87
3.2.2. A Terceirização das Atividades da COPENE	90

3.3. Terceirização: Precarização e Instabilidade Para o Mundo do Trabalho	99
4. OS EFEITOS DA TERCEIRIZAÇÃO PARA O MOVIMENTO SINDICAL	111
4.1. Sindicalismo, Confronto e Representação Classista	112
4.1.1 A Experiência do Sindiquímica	118
4.2. Reestruturação Produtiva e Terceirização: Os Limites da Representatividade	120
4.2.1. O Sindiquímica frente à Terceirização	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
7. ANEXOS	140

Lista de Tabelas

Tabela 1 : Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto dos Países Industrializados (1966-1975)	25
Tabela 2 : Participação do Emprego na Administração Pública, Países Selecionados (1960-1980)	29
Tabela 3 : Brasil: Taxa de Crescimento do produto (1968-1973)	32
Tabela 4 : América latina: Desembolso Total da Dívida Externa (Saldo no final do ano em US bilhões (1978-1984)	64
Tabela 5 : Taxas de Desemprego em Algumas Capitais Brasileiras (1983-1995)	102
Tabela 6: População Ocupada por Setor de Atividade, Região Metropolitana de Salvador (1990-1995)	104
Tabela 7: População Ocupada por Posição na Ocupação, Região Metropolitana de Salvador (1990-1995)	105

INTRODUÇÃO

“A acumulação e a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos e, além disso, o aumento dos capitais em funcionamento é estorvado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Por isso, a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, e, de outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais.”

Karl Marx

O capitalismo tornou-se um velho conhecido nosso através de algumas antigas características que sobreviveram ao seu desenvolvimento. Assim, as relações de troca, o trabalho assalariado e a moeda integram e conformam relações sociais que perpassam, de ontem até hoje, a esfera do domínio do capital. Por outro lado, um continuado processo de transformações conjunturais e estruturais, no seio das relações sociais capitalistas, nos guia para a difícil mas recompensadora tarefa de investigação das particularidades do modo de produção que inaugurou a sociedade moderna.

A acumulação de capital é o resultado da procura de lucros pelos empresários capitalistas. Em se tratando de um modo de produção dependente, em larga escala, do mercado, tem-se como resultado a competição entre particulares, que, por sua vez, impulsiona incessantes processos de inovações técnica e organizacional que têm como finalidade proporcionar lucros crescentes.

O presente trabalho procura sua inserção em uma série de indagações que surgem no bojo das transformações da produção mundial. Um longo período de crise do capital parece apontar novas tendências no padrão tecnológico, na organização da produção e do trabalho, redefinindo o modelo de acumulação, sendo seguido por um conjunto de inquietações para o conjunto da população, em particular para os trabalhadores.

Pode-se perceber que partilhar deste debate, ainda em gestação, a partir dos reflexos sócio-econômicos da implementação de novas tecnologias e novas formas de gestão, não coaduna com a aceitação de afirmações irrefutáveis, mas deve atender a um esforço científico que se constrói a partir do diálogo e do confronto.

Os efeitos progressivos que pressupõem o avanço tecnológico, em nossa opinião, deveriam concorrer para o pleno desenvolvimento do espírito humano. Com base

nesse desejo ainda irrealizado, trilharemos o caminho da apreensão das conseqüências das inovações técnicas e organizacionais com uma forte convicção de que as transformações em voga muito mais estorvam do que concorrem para o desenvolvimento das forças produtivas, provocando exclusão e alargando o fosso social entre as classes e camadas sociais.

A indignação com a deterioração dos padrões de vida das grandes massas e com a acentuação da miséria no mundo capitalista não são aqui enunciadas como uma constatação de caráter fatalista, mas sim como uma percepção de dinâmicas sociais e econômicas que parecem ser inerentes à história do capitalismo, tanto nas suas formas clássicas (concorrenciais) quanto em seu momento monopolista.

A nossa investigação pretende acompanhar as tendências cíclicas do capitalismo representadas pela antítese acumulação/crise. Pretendemos, ainda, inserir neste debate sobre os desdobramentos da crise capitalista, a conseqüente configuração de um novo modelo de acumulação: a acumulação flexível. A compreensão de que as forças impulsionadoras do modo de produção capitalista trazem consigo uma grande carga de abstração conduz-nos a privilegiar um estudo de caso. Nesse sentido, faremos todo esforço para expressar nossos juízos conceituais sobre as relações de produção capitalista através da observação dos efeitos da terceirização na Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE) — empresa inserida em um setor de ponta da produção capitalista, sujeito à concorrência intercapitalista e submetida às novas imposições tecnológicas e organizacionais das sociedades ocidentais contemporâneas.

O pólo petroquímico de Camaçari-Ba assume um papel de destaque frente ao mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador, e a petroquímica COPENE, enquanto pioneira do empreendimento, assume o papel central de distribuidora de matérias-primas. Sendo o segundo pólo petroquímico do Brasil, e estando entre os grandes projetos dos militares — que pretendiam colocar o Brasil no círculo das grandes economias mundiais —, podemos deduzir a importância da petroquímica de Camaçari-Ba para o desenvolvimento capitalista do Brasil e do Nordeste.

A externalização de atividades, conhecida mundialmente como out-sourcing, vem sendo adotada, com especificidades regionais, nos vários recantos do mundo capitalista. Não é nosso intuito menosprezar as particularidades da terceirização nos países do Norte. No entanto, por razões de concisão, faremos aqui apenas breves

referências — e apenas quando for estritamente necessário — às singularidades técnico-organizacionais da terceirização nos países desenvolvidos. Nosso intuito primeiro é, portanto, investigar o que se passa num setor específico da economia brasileira, pretendendo apreender a importância da terceirização na conformação dos contornos da dinâmica acumulativa recente da petroquímica COPENE.

Através de pesquisa realizada em várias visitas à fábrica de Camaçari-Ba, foram efetivadas entrevistas e questionários com membros da gerência, diretoria do sindicato e trabalhadores envolvidos. Nesse projeto, contamos também com o auxílio de periódicos regionais e nacionais. Ainda que as visitas à fábrica tenham transcorrido no ano de 1996, colhendo os resultados da reestruturação verificados, principalmente, na primeira metade da década de 90, as reflexões então suscitadas levam-nos a crer que se trata de um processo cujos efeitos prolongam-se por toda a década, sendo inclusive facilmente vislumbrados por alguns indicadores: evolução do índice de desemprego, da informalidade e da precariedade das condições de trabalho.

Dentre práticas competitivas adotadas pelas empresas brasileiras situa-se a subcontratação de atividades. Essas novas formas de gestão têm sido até mesmo apontadas como uma ruptura com as normas tradicionais da organização capitalista do trabalho. Pretende-se aqui evidenciar, ao contrário do que é apregoado na mídia e pelos consultores e demais propagandistas das novas formas de gestão, que a terceirização que vem sendo adotada na estrutura produtiva brasileira caracteriza-se, basicamente, por uma disfarçada redução dos custos do trabalho: redução da participação relativa do trabalho na produção na grandes empresas contratantes (por meio da eliminação de postos de trabalho); redução dos salários diretos (inexistência de reajustes compensatórios dos resíduos inflacionários nas empresas contratadas); redução dos salários indiretos (pelo não pagamento dos encargos sociais e outras vantagens trabalhistas pelas terceiras) ou, ainda, transformação de boa parte do capital fixo das contratadas em capital circulante (pela desativação de departamentos e armazéns etc.).

A terceirização, enquanto estratégia de competitividade, tem sido acompanhada de normas organizacionais complementares, como o “CCQ” (gestão participativa) e o “*just-in-time*”, copiadas das formas de gestão japonesas, juntamente com a automação crescente da produção. Logo, extrai-se daí o leque de opções metodológicas que

podem despontar deste tema novo, inquietante e, definitivamente, com perspectivas teóricas e práticas ainda inconclusivas.

Uma opção metodológica interessada em compreender os nexos da subcontratação das atividades-meio com o mercado de trabalho deriva, certamente, de um raciocínio valorativo. Uma forma de pensar em que a reivindicação por uma maior participação dos trabalhadores no fruto da produção, através da diminuição da marginalização social, da desaceleração das taxas de desemprego, da humanização das formas precárias de trabalho (trabalho parcial e trabalho temporário) e da reapropriação das conquistas sociais são valores necessários e fundamentais, tanto para a elaboração de diagnósticos quanto para a apresentação de propostas sócio-econômicas *alternativas*.

O processo em curso, além de atingir diretamente os trabalhadores, reflete-se na ação política dos sindicatos, já que percebemos que a atual esfera de atuação dos sindicatos segue uma tendência defensiva mundial, restringindo bastante suas reivindicações, contentando-se basicamente com a manutenção dos níveis de emprego e com a participação dos trabalhadores nas transformações em andamento. Cabe-nos apreender se a posição defensiva dos sindicatos é derivada de uma certa *impotência* ou devida a um *desvio oportunista/pragmático* recente (ou uma combinação de ambas), conduzindo-os a abandonar o seu caráter de órgãos representativos de classe, assumindo desde então um modelo de representação corporativista por demais emaranhado no jogo das negociações possíveis em uma sociedade de mercado — que acabam resultando em alguma forma de aliança com as empresas e o Estado.

O momento atual não parece constituir nenhuma anomalia, embora tenha especificidades que nos interessam pela magnitude que assumem as repercussões das inovações recentes. O capitalismo, desde seus primórdios, tem sido caracterizado por uma forma cíclica de desenvolvimento, ligando fases de expansão com contração e crise. A primeira grande crise do capital, nos anos 70 do século XIX, dá lugar a uma série de inovações técnicas e a consolidação da “organização científica do trabalho”, as quais, em conjunto, dão impulso a uma nova fase de expansão do capital. Assim, progresso técnico e reordenamento organizacional são movimentos intrínsecos à lógica do capitalismo. Por isso, devem ser compreendidos através da razão de ser desse modo de produção, ou melhor, através da concretização do fluxo (D-M....P....M’-D’) como processo ininterrupto.

Se acumulação é a regra máxima do capitalismo, faz-se impossível compreender o contínuo impulso à valorização do capital sem considerar a concorrência intercapitalista. Desta forma, a concorrência obriga os empresários a um grande esforço na execução/ utilização de inovações técnicas e organizacionais. Portanto, ao contrário do espanto desencadeado a partir da generalização das inovações no seio do modo de produção capitalista, seria mais legítimo considerá-las como esclarecedoras de uma lógica que tem como máxima a expansão do capital. Ainda que conscientes do caráter cíclico do desenvolvimento do capitalismo, não nos sentimos seguros para apontar tendências definitivas, seja de um novo momento de crescimento acelerado, de final de crise ou, ainda, de crise final do capitalismo, pois determinismos e fatalismos têm sido, constantemente, desautorizados pela história.

Cabe salientar que o esforço empreendido neste texto será no sentido de compreender que a lógica do capital está alicerçada no seu processo de valorização, procurando deixar claro que a reestruturação encontra sua razão de ser em uma lógica que não se pode identificar, de forma alguma, com o aprimoramento do bem-estar social, mas sim, com acumulação, concentração e centralização de capitais: movimentos que impulsionam o desenvolvimento do capitalismo.

Se é verdadeira a afirmação que o capitalismo nunca se constituiu a partir de uma perspectiva de generalização dos frutos da produção ao conjunto da sociedade — e sim da dualidade contraditória e central entre capital e trabalho —, também é fato que como consequência do acirramento das lutas sociais, e em uma conjuntura caracterizada por projetos alternativos de sociedade, favoreceu-se um padrão de desenvolvimento em que foram associadas acumulação e consumo de massas, garantindo ao mundo do trabalho algumas conquistas sociais e menor instabilidade no emprego.

Os estudos dos resultados da reestruturação, em particular dos efeitos da terceirização no mercado de trabalho, procuram inquirir a quebra de uma suposta estabilidade que os trabalhadores conquistaram na expansão do pós-guerra (as conquistas estão associadas com os benefícios do *welfare state*), assim como a renovada situação de insegurança do mercado de trabalho e a fragilização dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Nossa investigação está comprometida com uma opção metodológica que privilegia os produtores diretos. Portanto, sempre que se fizer necessário, denunciaremos a deterioração do padrão de vida dos trabalhadores em virtude da reestruturação do trabalho ora em curso. Entretanto, cabe salientar, empreenderemos esforços objetivos visando a demonstração de nossas hipóteses de trabalho.

Para tanto, procurar-se-á, a partir de um esforço lógico-dialético, apreender alguns fenômenos da superfície da sociedade, desnudando assim o véu que encobre a compreensão destes mesmos fenômenos, numa tentativa de desmistificação do tratamento fetichista que acompanha a divulgação positiva das modificações na estrutura produtiva que tanto têm contribuído para a precarização das condições de trabalho.

Assim, a ordem de exposição deve partir da produção, com suas interdependências internas e vicissitudes, até alcançar fenômenos que se referem à cotidianidade, com suas aflições e esperanças.

O primeiro capítulo tem, como delimitação, uma observação da produção capitalista nas últimas décadas. Ali se faz um breve relato da expansão capitalista do pós-guerra e da irrupção da última crise do capital, para, a partir daí, em um segundo capítulo, explorar os esforços capitalistas de acumulação empreendidos a partir da década de 70. Uma acumulação recente que utiliza e aperfeiçoa inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica, assim como formas de gestão condizentes e harmônicas. Buscamos, assim, apreender a formalização do novo modelo de acumulação, conhecido mundialmente pela sua maior flexibilidade nas relações capital/trabalho. Ainda neste capítulo, serão retratados os diferentes estágios de inserção dos países e regiões na produção capitalista.

O terceiro capítulo será dedicado à análise do estudo de caso, tendo como objetivo essencial apontar os efeitos da terceirização na COPENE, chamando sempre a atenção para os desdobramentos das gestões modernas no mercado de trabalho. Por último, retrataremos as consequências das inovações para o movimento sindical, em particular o Sindiquímica (na Bahia), procurando indicar as formas pelas quais o movimento dos trabalhadores tem esboçado sua ação e o papel que joga as inovações organizacionais na correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores.

CAPÍTULO I

1. Desenvolvimento Capitalista : Expansão e Crises

1.1. Expansão do Pós-Guerra

O período que se segue após a II Guerra Mundial inaugura a chamada era de ouro no capitalismo. Isso se dá a partir da irradiação do desenvolvimento capitalista aos três cantos do mundo. Entretanto este movimento não produz uniformidades, pelo contrário, o desenvolvimento capitalista evidencia os diferentes estágios de evolução em que se encontram os países capitalistas – acumulação, concentração de renda, índices de pobreza, entre outros indicadores –, os quais variam de acordo com a diversificação de recursos dos países, da correlação de forças dentro da sociedade, entre outros aspectos.

A concentração crescente de capital no modo de produção capitalista fomenta disputas entre as nações, que podem variar desde conflitos regionais a guerras mundiais. Essa tendência de internacionalização do capital e ferrenha disputa de territórios entre grupos econômicos e nações capitalistas reflete a necessidade dos países capitalistas de ampliar seus mercados, o que deve ser compreendido a partir da lógica expansiva do sistema, ou seja, o caráter contínuo da valorização.

“ A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico”¹

O período de guerra, por conseguinte, inaugura uma fase de desvalorização de capital (destruição de forças produtivas), que por sua vez abre a possibilidade de uma fase posterior de expansão. É razoável admitir que outras determinações que não sejam econômicas influenciem no desencadeamento das guerras, quais sejam, determinações culturais, étnicas e inclusive personalísticas. No entanto, tais interferências não prejudicam a análise, já que não destróem ou modificam a lógica do desenvolvimento econômico capitalista.

¹ LENINE, 1986.

O mundo pós-II Guerra Mundial inaugurou uma fase expansiva sem precedentes. O conflito mundial deixou a Europa arrasada, por outro lado, deixou os Estados Unidos da América na situação de potência mundial, pois aquele país teve como tarefa promover as bases para um novo período de expansão da acumulação de capital. Os E.U.A encarregaram-se de reconstruir a Europa em ruínas; para isto empreenderam uma reforma financeira através do sistema de *Bretton Woods*, responsável pela criação de bancos de financiamento como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), enfim, responsável pelas condições institucionais que garantiram a estabilidade necessária para uma nova fase de crescimento.

O fato do período inaugurado no pós-guerra ser considerado, por diversos analistas, como a formalização do modelo de desenvolvimento americano não acontece fortuitamente. É consequência da percepção que pode ser extraída da economia americana no final da guerra: os Estados Unidos saíram da guerra sem danos materiais e com mais capacidade produtiva se comparados com todos os outros países. Além disso, em seu território encontrava-se a maior reserva de ouro (lastro monetário) do mundo. É a partir de sua superioridade econômica que os Estados Unidos vão reunir as condições para organizar, como nação hegemônica, a nova fase de expansão do capital.

Passando por uma discussão teórica que envolveu economistas do porte de John Maynard Keynes, inaugura-se a fase de um reordenamento do mercado financeiro, reordenamento essencial para o desencadeamento de uma fase duradoura de expansão da produção material.

Na sucessão dos debates, os Estados Unidos, na afirmação da sua hegemonia, reúnem em 1944, na cidade americana de *Bretton Woods*, uma comissão que tem como meta o estabelecimento de regras para o mercado financeiro internacional:

“ Como se sabe, em quase todos os casos onde a posição inicial do governo norte-americano diferiu daquela sustentada pela Grã-Bretanha, os Estatutos do Fundo Monetário Internacional refletiram as propostas do primeiro, o que era inevitável, dado o relativo poder financeiro, econômico e político dos Estados Unidos e Grã-Bretanha na época. (.....)”²

² SUNKEL e GRIFFITH-JONES, 1986, p.46.

Parece-nos claro que existiam contingências geo-políticas para justificar um esforço de reconstrução da Europa, arrasada pela guerra, e abrir caminho para um novo período de acumulação de capital (a guerra fria a esta altura já é uma realidade, e a possibilidade de outras nações européias aderirem ao bloco socialista não era vista com bons olhos).

Na reunião de *Bretton Woods* foram criados organismos de financiamentos públicos (FMI e BIRD), estabelecendo o dólar como moeda conversível em ouro (1 onça de ouro- 35 dólares). Enfim, estabeleceram-se regras com o objetivo de afastar os riscos da instabilidade financeira e monetária, ainda tão presentes nas expectativas dos capitalistas que sobreviveram à grande depressão de 1929.

Na verdade a introdução de regulações políticas nos marcos do capitalismo é anterior ao pós-guerra, embora frágeis e menos ambiciosas. A regulação de caráter concorrencial, por exemplo, prevalece no período anterior à crise de 1929. No período que sucede a crise de 1929 os investimentos públicos apresentam-se como forte instrumento anti-cíclico. O ponto de partida desta nova nuance no capitalismo foi o “New Deal”, implantado em 1933 durante o governo de Roosevelt. Em seguida, com a verificação empírica da intervenção do Estado na esfera produtiva, Keynes escreve, em 1936, “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, no qual aponta como elemento essencial de sua análise o problema da demanda efetiva, mostrando a existência de uma relação entre insuficiência de demanda e a instabilidade do sistema, e apontando o investimento público como um catalisador anti-depressivo.

Sem dúvida, o período do boom capitalista, que se estende de 1945 até o final da década de 60, foi um período marcado por políticas econômicas inspiradas nas teses keynesianas, fundamentalmente: 1) políticas de crédito expansionistas, geradoras de uma demanda efetiva sem correspondência com a produção real e, conseqüentemente, produtora de inflação, diminuição do poder aquisitivo das camadas assalariadas e aumento das taxas de lucros; 2) políticas fiscais, cuja eficiência observa-se em sua capacidade de adiar por um longo período uma nova crise de superprodução de mercadorias (amenizando a diminuição do poder aquisitivo dos salários pelo acesso facilitado ao crédito) e subsidiando o aumento do consumo produtivo e improdutivo das camadas possuidoras mais abastadas.

A compreensão do sistema de *Bretton Woods* é fundamental para o esclarecimento teórico desta fase de desenvolvimento capitalista, onde a ação do Estado engendra as bases institucionais para a estabilidade dos investimentos e onde é construído um forte sistema de proteção social nos países do Norte, tal como previdência social e aumento de investimentos na área de saúde e educação, alargando assim (indiretamente) os horizontes de consumo das camadas trabalhadoras menos favorecidas. Embora tenha ocorrido uma significativa modificação da estrutura ocupacional e dos níveis de renda nos países do Sul, estes não foram contemplados pelos benéficos do *Welfare State* (embora a ideologia do mesmo seja ainda dominante nos meios progressistas dos países do terceiro-mundo).

Juntamente com a ação reguladora do Estado, também ganha força a multinacionalização e transnacionalização das empresas, que merecem destaque no período de expansão capitalista inaugurado no pós-guerra.

É verdade que o capitalismo é internacional desde a sua gênese, pois, com o seu advento, surge um comércio mundial que passa a ser elemento imprescindível para seu desenvolvimento. Entretanto a internacionalização da produção é um fenômeno recente, largamente facilitado pelo advento do sistema financeiro internacional público consolidado em 1944. A multinacionalização das empresas passa a ser a nova estratégia competitiva, possibilitando uma recuperação mais rápida da Europa e fomentando a industrialização de uma boa parte do Sul capitalista, o que implica uma configuração diferente da divisão internacional do trabalho.

A lógica da valorização em si mesma acirra a competição e traduz-se em uma luta pelo aumento da lucratividade. Desta forma, a diferenciação dos custos de produção, particularmente, do valor da força de trabalho nos E.U.A e Europa é um forte indicador para justificar o investimento direto na Europa, onde, naquele momento, era notório que os salários eram menores e as jornadas de trabalho eram mais longas.³

³ Uma discussão exaustiva sobre as decisões que desencadeiam uma estratégia competitiva que privilegia o investimento direto, em detrimento do comércio entre as nações (exportações e importações) pode ser encontrada em MICHALET.,1983, P. 135 a 180. A literatura sobre o assunto apresenta divergências para a compreensão dos motivos que influenciam as decisões do investimento direto, mas apesar das limitações que possam estar presentes em algumas destas análises, todas elas justificam a busca de vantagens competitivas como componente determinante nas decisões de investimento direto, quais sejam : comerciais, devido as limitações tarifárias ou os custos altos de transporte; tecnológicas; ou diferenciação dos custos de produção.

É assim que se dá uma onda expansiva de investimentos, estendendo-se da Europa para os países do Sul capitalista, já que ali se constituía uma excelente fonte de investimento, dados os baixos custos da força de trabalho e de matérias-primas; isso sem falar nos avanços também diferenciados dos movimentos sindicais, das organizações não-governamentais e dos partidos políticos de esquerda. Porém, é bom que se deixe claro, o avanço da internacionalização não minimiza as diferenças entre os diversos países capitalistas, mas, ao contrário, concorre para evidenciar o caráter combinado e desigual do capitalismo. Os países de níveis médios de industrialização do sul capitalista são marcados por estruturas de renda muito mais concentradas do que as encontradas nos países desenvolvidos.

A presença dos movimentos independentistas, as revoluções nacionalistas e socialistas e a formação de uma *intelligentia* crítica em relação ao status quo nos países de desenvolvimento capitalista “atrasado” apressam o auxílio público internacional para fomentar a industrialização de regiões mais pobres. Em época de guerra fria, além da necessidade intrínseca do capital em ampliar os campos de investimentos, existe um impulso político estratégico dos países “avançados” no sentido de coibir a ampliação de uma esfera econômica alternativa que está alicerçada em um mecanismo de funcionamento oposto ao da anarquia da produção capitalista, ou seja, o planejamento estatal de estilo Soviético.

As desigualdades sociais gritantes vão dar lugar a um desenvolvimento no Sul capitalista com características diversas daquelas presentes nos países do Norte. A forma associada deste desenvolvimento não possibilita a formação de um mercado interno considerável, traduzindo em sérias restrições de demanda para a maior parte da classe trabalhadora e um largo poder aquisitivo restrito aos segmentos da população compostos pela classe dominante e uma fatia da classe média, com consumo análogo aos dos setores privilegiados dos países do Norte. Por outro lado, uma enorme parte da população permanece semi-excluída das relações de mercado, e com níveis de sobrevivência abaixo de padrões éticos e morais aceitáveis.

Um grande historiador econômico mostra como estas diferenças entre o mundo desenvolvido e os países pobres vêm ampliando-se, com dados que com certeza

devem aborrecer ideólogos que não dão importância aos fluxos desiguais do comércio internacional.

" (...) O termo ainda era adequado para distinguir os países pobres do mundo dos ricos, e na medida que o fosso entre as duas zonas, agora muitas vezes chamadas de "Norte" e "Sul", se alargavam visivelmente, havia muito sentido na distinção. O fosso em PNB per capita entre o mundo "desenvolvido" e o "atrasado" (isto é entre os países da OCDE e as "economias baixas e médias") continuou a alargar-se: o primeiro grupo tinha em média 14,5 vezes o PNB per capita do segundo em 1970, porém mais de 24 vezes o PNB per capita em 1990 dos países pobres. Contudo, o Terceiro Mundo não é mais, demonstravelmente, uma entidade individual." ⁴

As desigualdades do comércio internacional também são objeto de análises da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, organismo com presença marcante nos planos de desenvolvimento da América Latina), que utiliza a categoria *deterioração dos termos de intercâmbio* para evidenciar o caráter desigual das trocas. Pesquisadores cepalinos, como Pebrisch e Celso Furtado, chamam a atenção para o fraco desempenho do progresso tecnológico no processo de desenvolvimento da América Latina, resultando em uma escala de produção de dimensões reduzidas em comparação com as economias "desenvolvidas", em que a dinâmica tecnológica assume um caráter estimulador para a economia doméstica.

Mesmo marcados por forte dependências mercantil e tecnológica, alguns países do Sul capitalista experimentaram altas taxas de crescimento, que, de uma maneira geral, aconteceram sob o estigma da dependência econômica e política, com forte restrição à soberania dessas nações através da ingerência das instituições de financiamento internacionais, que passaram a influenciar nas políticas econômicas de forma importante, agravando a instabilidade desses países, particularmente no que diz respeito aos seus déficits públicos e dívidas externas e, desta forma, inibindo o ritmo de desenvolvimento e levando essas economias à estagnação por volta de inícios dos anos 80.

Em conjunto com o papel regulador do Estado e os lucrativos investimentos diretos no exterior, a expansão não pode ser concebida sem a estrutura verticalizada da indústria (principalmente a americana) que, fundamentada sobre uma base organizacional taylorista-fordista, permite a expansão da produtividade, o que, por sua vez, torna

⁴ HOBBSBAWM, 1994, p. 353.

possível a existência de um “Estado do Bem-Estar” e a efetivação do consumo de massas.

O modelo de desenvolvimento americano que se irradia a partir do pós-guerra, baseado no fordismo, é caracterizado pela capacidade de gerar padrões de consumo de massa compatíveis com os aumentos da produtividade do trabalho e da lucratividade. Entretanto, entender o fordismo assim parece ser um grande engano, já que, como vimos, o fordismo persegue os mesmos objetivos do taylorismo: acréscimos da produtividade, lucratividade em ascensão, controle dos trabalhadores etc.

As formas de organização do trabalho do “antes” e do “pós” Guerras garantiram sua eficácia através de um forte controle das competências e da organização dos trabalhadores, isso por meio da monopolização do saber nas gerências e através do fomento à competitividade entre trabalhadores como formas de ampliar a produtividade. Desta forma, quando Ford aumentou os salários de seus trabalhadores, cogitava, na realidade, o aumento dos seus lucros e não a simples melhoria das condições de consumo dos seus empregados.

No ambiente propício para a expansão duradoura do pós-guerra já estão presentes as premissas da desaceleração no final da década de 60 e que, posteriormente, configura-se em depressão na década de 70. O Plano Marshall, plano de reconstrução da Europa, cria as bases da internacionalização produtiva, que, sob a influência da hegemonia americana, internacionaliza o padrão tecnológico e de consumo. De uma certa forma, podemos entender essa massificação do consumo como um dos pressupostos da crise estrutural do capitalismo recente: mais cedo ou mais tarde os mercados ficariam saturados dos bens de consumo de massa. O incentivo ao consumo deveria vir, portanto, de uma poderosa diversificação produtiva, de uma transformação da cesta de mercadorias, dos hábitos de consumo e até mesmo da idéia tradicional de consumo.

A recuperação rápida da Europa e consolidação de um capitalismo agressivo no Japão, mais um considerável desenvolvimento capitalista de alguns países da América Latina e da Ásia, acirram a concorrência internacional, com reflexos sobre a lucratividade que, assim, tende a declinar.

A produtividade, que foi ascendente nas duas décadas precedentes, passa a dar sinais de declínio, fato que a maioria dos analistas atribuem aos custos do “Estado de Bem-Estar” e ao fortalecimento dos sindicatos. O custo da força de trabalho nos países do Norte capitalista torna-se relativamente caro para os intuitos da valorização de capital, mas os gastos com previdência, na forma de seguro-desemprego e encargos trabalhistas, passam a representar um óbice para a expansão dos lucros e para a acumulação ampliada do capital.

A instabilidade financeira causada pelo aumento do número de dólares espalhados pelo mundo foi outro importante motivo para desequilibrar a economia mundial do final da década de 60. A gigantesca quantidade de moeda americana que circulava ao redor do mundo fazia com que a relação dólar-ouro perdesse real significação, o que resultou numa inevitável desvalorização do dólar americano e sua “desconversibilidade” (1971).

Não está dentro dos limites deste trabalho fazer um estudo teórico sobre as causas da crise, porém não podemos nos furtar de uma exposição sintética sobre a importância das determinações das crises cíclicas no movimento do capital, o que pretendemos fazer a partir deste momento.

1.2. O Capitalismo e suas Crises

A compreensão do funcionamento cíclico do capitalismo, juntamente com seus aspectos contraditórios, são peças chaves para incursionarmos nas tendências do seu desenvolvimento.

Impulsionado pela lógica da valorização, a expansão da produção prosseguiu até atingir um ponto de exaustão, ou melhor, de superacumulação, que resulta na estagnação e uma conseqüente depressão: o garoto que enche a bola, desprezando os limites aceitáveis de pressão, torna inevitável sua explosão.

Desde a infância de seu desenvolvimento que o capitalismo convive com as crises, e a acentuação da gravidade destas dificulta a persistente tendência de analistas do sistema em negá-las. A “Grande Depressão”, que vai de 1929 a 1932, com a magnitude de seus efeitos, abre campos de estudo que incorporam a realidade da crise, evidenciando desta forma a lacuna existente entre a economia ortodoxa e a realidade.

É assim que mesmo alguns bons alunos do neoclassicismo vão esforçar-se na demonstração das inconsistências de algumas premissas da teoria tradicional, com destaque para o exemplo de Keynes.

A teoria clássica, em geral, não admitia a possibilidade das crises. A superprodução geral de mercadorias era algo inimaginável. Neste período de construção do pensamento econômico a lei de Say era inquestionável, com exceção de Malthus, que apontava a superprodução de mercadorias como elemento de instabilidade: embora Malthus entendesse a superprodução muito mais como fenômeno demográfico e natural do que propriamente econômico.

A complexidade do tema não se dilui com o passar do tempo, e assim se pode apontar múltiplas causas para as crises, desde a indicação do caráter imanente destas dentro do sistema às percepções do caráter fortuito das crises. Porém, foi Marx, no século XIX, o primeiro a formular uma teoria das crises no modo de produção capitalista, ainda que dispersa no conjunto de sua obra. A partir daí, esforços vêm sendo empreendidos para compreender o fenômeno das crises, que se repetem periodicamente no funcionamento (sempre cíclico) do capitalismo.

A possibilidade das crises já está presente na própria existência do capital, na separação no tempo e no espaço entre compra e venda. A idéia contida na lei de Say, em que é negada as possibilidades de crises no capitalismo, através da formulação "toda oferta gera sua própria demanda", é um retorno às relações sociais baseadas na troca de produtos úteis (Valores de Uso), incapaz de perceber que uma das características elementares do capitalismo é a da procura de valorização do capital através da realização do trabalho excedente (mais-valia).

A desenfreada luta por lucros maiores resulta em expansão da produção sem precedentes, o que pode resultar em não realização do total da mais-valia, na medida em que mercadorias e capital não podem ser realizados a uma taxa de lucro satisfatória, abrindo um período de destruição de valores característica das crises.

Entretanto, Marx já advertia que a possibilidade geral das crises não pode ser identificada com as causas destas, apontando desta forma, uma conjunção de fatores detonadores da crise, que acabam por resultar em visões unilaterais dos fatores

responsáveis pela sua irrupção efetiva; dentre estes fatores é imprescindível ressaltar tanto as desproporcionalidades quanto o subconsumo.

“ A possibilidade geral das crises é a metamorfose formal do próprio capital, a dissociação da compra e venda no tempo e espaço. Mas esse processo nunca é a causa da crise, pois é a forma mais geral da crise, isto é, a própria crise em sua expressão mais geral. Não se pode dizer que a forma abstrata da crise é a causa da crise. Quem pergunta por sua causa, quer saber precisamente por sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a realidade.”⁵

A sinalizadora das crises é a queda da taxa de lucros. A lógica da auto-expansão leva com que o departamento de bens de produção cresça em ritmo mais rápido que o departamento de bens de consumo, criando um abismo entre a magnitude (em valor) do capital constante (máquinas e equipamentos) e do capital variável (força de trabalho), diminuindo relativamente a “fonte” da mais-valia (CV).

O aumento da “ composição orgânica” do capital provoca uma erosão na taxa de lucros (sempre supondo-se uma taxa de mais-valia constante) e abre a possibilidade de superprodução geral. Mas uma superprodução que não deve ser confundida com mera superprodução de mercadorias tal como os subconsumistas a interpretam⁶. Ao identificarem superprodução de capital com superprodução de mercadorias, os subconsumistas diagnosticam a causa das crises como insuficiência estrutural nas condições de reprodução do capital via impossibilidade de realização da totalidade da mais-valia. Na realidade, o que acontece de fato é uma superprodução de capitais resultante de uma superacumulação, e a interrupção do funcionamento de parte da capacidade instalada só se dá porque o capital tem cada vez mais dificuldades em garantir níveis médios de lucros equivalentes aos da fase pré-crise.

Os efeitos da crise, com os respectivos movimentos de destruição de capital, refletem o impulso do capital em oposição à queda da taxa de lucro. Por conseguinte, desemprego, capacidade ociosa conjugada com inovações técnico-organizacionais e ação empreendedora do Estado são movimentos de reanimação pela retomada dos lucros médios.

⁵ MARX, 1980, Vol. II, p. 950

⁶ A partir dos esquemas de reprodução do Livro O Capital, de Marx, surgiram formulações que procuravam identificar as causas das crises capitalistas. Entre tais correntes de pensamento, estão aqueles que identificam as crises pelo subconsumo. Dentro da perspectiva marxista, Rosa Luxemburgo é um exemplo de corroboradora desta tese.

As crises cíclicas do capitalismo são um tema que, mesmo com o longo debate que foi suscitado durante o desenvolvimento do capitalismo, não teve sua importância diluída, isso quer dizer que continua sendo uma questão em aberto. Entretanto, foge de nossas intenções incursionar neste debate ardiloso. De agora em diante, concentrar-nos-emos nas particularidades da crise que se inicia no final da década de 60, agravando-se durante a década de 70.

1.2.1. As Particularidades da Recessão de 1974-1975

O final da década de 60 é o período indicador do colapso da expansão que se inaugurou no pós-guerra. Para confirmar esta idéia, tomamos como parâmetro alguns indicadores econômicos nos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O PIB (Produto Interno Bruto), que vinha em ritmo de crescimento desde a década de 50, como pode ser observado na Tabela 1, passa a decrescer a partir de 1967, com uma breve recuperação entre 1972/73, período caracterizado por Mandel como um *boom* especulativo⁷. Desta forma, o colapso de 1974/75 é o resultado de um processo gradativo de arrefecimento da produção, e não derivado de causas fortuitas.

Tabela 1:

**Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto dos Países Industrializados,
1966-1975**

Anos	1961-65	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Taxa	5,1	5,5	3,4	5,4	4,9	2,7	3,3	5,2	6,2	0,0	-2,0

Fonte : Banco Mundial

Em Mandel encontramos muitas estatísticas que sinalizam a redução dos lucros nos países da OCDE. No mesmo período, constata-se o aumento da ociosidade da capacidade instalada.

As crises no sistema capitalista integram um processo cíclico. Estas repetem-se periodicamente, em geral com proporções diferentes e com particularidades. De agora

⁷ MANDEL, 1990, p.30.

em diante faremos um esforço para apontar algumas das particularidades desta depressão.

O ciclo expansivo do pós-guerra caracterizou-se pelo uso de políticas de expansão creditícia que se credenciou como a política predominante anticíclica durante este período. Conforme já assinalamos anteriormente, o papel central que assume as políticas de crédito não pode ser entendido sem o Sistema Monetário Internacional (SMI), reelaborado em Bretton Woods.

A fase de expansão inaugurada no pós-guerra tem como pilares a estrutura oligopolizada da produção e a organização da produção baseada em uma forte racionalização, através do taylorismo/fordismo. E não poderíamos esquecer, é claro, o forte papel do Estado como regulador.

A associação destes fatores resultou em uma contribuição fundamental para o aumento da produtividade, favorecendo o fomento da expansão dos negócios em escala ampliada.

Genericamente é correto dizer que o aumento da produtividade direciona o capital através de sua própria lógica a expandir a níveis superiores as suas condições de valorização, ou seja, a possibilidade da superprodução de capitais e mercadorias deixa uma parcela do capital impedida de realizar-se em virtude da queda da taxa de lucros. Porém, podemos fazer um esforço para apontar as premissas em que mergulhou o capitalismo na crise iniciada na década de 70, e que toma a forma de uma depressão no período de 1974/75.

No que tange ao padrão produtivo dos “anos dourados”, a base tecnológica era em boa parte aquela da II Revolução Industrial, tendo o petróleo e a eletricidade como base energética. Os baixos custos do petróleo durante este período facilitaram a manutenção da estrutura industrial verticalizada e baseada em custos fixos elevados. Esta estrutura industrial, por sua vez, funcionava com escalas de produção elevadas, o que possibilitava a extração de mais-valia relativa via aumento de produtividade. Ao mesmo tempo, esta mesma estrutura garantia uma ampliação do consumo de massa, inclusive para as camadas menos favorecidas.

A forte dose de racionalização da produção tem sua origem na utilização intensiva dos métodos de organização taylorista, através do uso da linha de montagem e incentivos

coletivos, caracterizando assim o fordismo. Pretendemos retornar ao tema organização do trabalho em um outro capítulo.

Para que possamos retratar o aumento do consumo de massas, cabe indicar os setores em que a produção expandiu-se com mais força. Assim, o setor industrial tornou-se o setor mais dinâmico, destronando a agricultura de sua predominância. Neste contexto, os setores chaves eram: o setor de bens duráveis – composto por automóveis e eletrodomésticos –, a construção civil, a química e a petroquímica.

É verdade que o aumento do preço do petróleo, no início da década de 70, foi um fato importante. Na medida em que o petróleo caracterizava a base energética da expansão material, seu aumento elevava os custos de um segmento importante da cadeia produtiva, podendo interferir negativamente na curva ascendente da produtividade do trabalho. Porém, não concordamos em coroar o aumento do petróleo como caracterizador da crise, já que o desaquecimento já pode ser observado desde o final da década de 60, como sinal de uma crise aparentemente cíclica do capital, e não de uma crise energética.

A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), fundada em 1960, consolida-se como uma instituição em defesa dos países árabes nas suas relações de troca com os países do Norte capitalista. O estopim do episódio que resulta no aumento do preço do petróleo, em 1973, encontra-se no conflito entre palestinos e israelenses. Como retaliação contra os países do Ocidente que apoiaram Israel no conflito, os países árabes, em reunião, decidem interromper o fornecimento do petróleo, o que acarreta no aumento do preço, que passa de dois dólares o barril para dez, em 1974.

Embora o aumento do preço do petróleo tenha sido expressivo, o que aconteceu na verdade foi uma adequação do seu preço à economia de mercado, já que o mesmo se encontrava em patamares bastantes reduzidos. Qualquer tentativa de transformar o aumento do preço do petróleo como causa única da crise, ou como detonadora desta, deve ser vista como tentativa de mistificar o real caráter da crise e o seu sentido cíclico.

As políticas anticíclicas baseadas na expansão do crédito perderam sua eficácia com a crescente inflação, deixando de ter um efeito estimulador na produção. No novo

base (siderurgia e petróleo) etc. Enfim, o Brasil subvertia, através de um esforço substitutivo de importações, sua antiga posição na divisão internacional do trabalho.

Com a vitória do governo militar, em 1964, foram descartados quaisquer projetos de desenvolvimento que envolvessem amplos setores da sociedade, optando-se pelo crescimento acelerado da economia, que, desde seus primórdios, retrata um forte caráter associado e concentrador.

As raízes do “milagre”, período em que vão se verificar altas taxas de crescimento, não podem ser compreendidas sem a percepção das reformas do pós-64. O governo militar que subiu ao poder naquele momento, colocou como prioridade número 1 o combate à inflação. Para isso, empreendeu uma reforma tributária, contenção do crédito e, principalmente, um forte aperto nos salários, seguindo a velha receita ortodoxa baseada em diagnósticos que atribuem as causas da inflação à demanda. Tais medidas provocam uma redução da inflação, que, entre o período de 1964-67, passa da cifra de 90% a 20% aa..

É assim que, enquanto os países do norte estão começando a assistir o esgotamento de um ciclo duradouro de expansão, o Brasil experimenta um período de crescimento com taxas positivas excepcionais. Um período que ficou conhecido como o do “milagre brasileiro”.

O saneamento das finanças realizado em momento anterior, através das reformas no setor financeiro e da estabilização (PAEG), autorizam o governo a expandir os meios de pagamento e atrair capital externo, de órgãos públicos ou privados; observe-se que neste momento já tinha sido encerrada a reconstrução européia e japonesa.

O investimento direto em países latino-americanos em processo considerável de desenvolvimento capitalista passa a ser considerado atrativo, resultando na instalação de multinacionais americanas, européias e japonesas em países de industrialização recente, como México e Brasil, por exemplo.

O setor que comandou o ritmo de crescimento foi a indústria de bens de consumo duráveis, tendo como carro chefe a indústria automobilística, o que parece indicar que o “arrocho” salarial foi administrado, tendo o peso maior das medidas contracionistas caído, principalmente, sobre os trabalhadores de menor qualificação. Desta forma, o governo militar criou e manteve uma classe média relativamente satisfeita e capaz de sustentar uma demanda constante de bens duráveis.

Tabela 3:

Brasil: Taxa de Crescimento do Produto (%), 1968-1973

Anos	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1968	9,8	14,2	1,4	-
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

Fonte : IBGE

O paradoxo do crescimento brasileiro, que acontece em plena crise do capital, pode ser entendido a partir do caráter associado deste desenvolvimento, que conjuga indústrias intensiva em capital, apropriadoras de mais-valia por mecanismos relativos de extração, com o rigor de um regime autoritário, que coíbe todas as possibilidades de manifestação dos produtores diretos. Por outro lado, o regime autoritário facilita o prolongamento da jornada de trabalho através das horas extraordinárias, redução do salário real, que são formas típicas de extração de mais-valia absoluta.

Ainda que as taxas de crescimento tenham recuado a partir de 1974, o Brasil continuou crescendo - embora com taxas inferiores (a taxa média anual do PIB no período foi de 8%). A continuidade da expansão teve como pilar a implementação do II PND (Plano de Desenvolvimento Nacional), que tinha como objetivo transformar o Brasil numa grande potência. Dentre suas metas principais, o plano pretendia

promover o desenvolvimento da indústria de bens de capital, garantindo o ritmo de crescimento da economia de 10% ao ano e de 12% aa. para o setor industrial.⁸

Com o II PND, além do esforço para ampliar a participação nacional na indústria de bens de capital, foi o momento em que houve a implantação de indústrias produtoras de insumos, destacando-se a indústria petroquímica e seus desdobramentos posteriores, como a “revolução verde” na agricultura. Não podemos deixar de mencionar que o Estado teve participação forte nesta empreitada; quando não como empresário direto, foi agente estimulante do setor privado, através da concessão de subsídios, créditos facilitados e isenção de impostos.

A manutenção do crescimento acelerado em condições adversas só foi possível com o recurso do endividamento externo, que se dá principalmente através de créditos privados a juros flutuantes, que vão “quebrar” a economia brasileira. Dessa forma, além dos problemas sociais já conhecidos (desigualdade social, concentração de renda, desequilíbrios setoriais e desequilíbrios regionais) surgem dificuldades na gestão da própria acumulação de capital.

Os consecutivos choques do petróleo e a elevação da taxa de juros no mercado interno americano vão tornar a dívida externa brasileira um grave problema. O compromisso com os serviços da dívida vão empurrar a economia para a recessão, com pressões que redundam em altos custos sociais. Wilson Cano mostra que apesar dos esforços superavitários, que elevam as exportações na década de 80 para 31 bilhões frente os 20 bilhões da década anterior, a dívida externa salta de 3,4 bilhões, em 1967, para 50 bilhões, em 1980, e os serviços da dívida de 50 bilhões para 150 bilhões.⁹

A perda da dinâmica do padrão de desenvolvimento baseado nos fluxos de capitais internacionais resulta em uma paralisia da economia brasileira na década de 80, que ficou conhecida como a “década perdida”. Este cenário é fundamental para nossos objetivos, já que estão interligados com a abrupta reestruturação produtiva retardatária da economia brasileira.

⁸ Planos grandiosos como o dos militares não são novos na história política brasileira, amiúde presidentes brasileiros tem se referido a Juscelino Kubitschek e sua promessa de 50 anos de desenvolvimento em 5, com a execução do plano de metas.

⁹ CANO, Wilso, 1995, p.58-59.

CAPÍTULO II

2. Em Busca do Vigor Perdido

A autonomização do capital, ou personificação deste, consolida o domínio das coisas sobre o homem através da justificativa da ampliação do lucro, ainda que crescentes fatias da população tenham que pagar com a destruição ou degradação das suas condições de vida.¹⁰ Esta lógica do capital em busca de lucros definiu um modelo onde o progresso técnico e a organização da produção e trabalho (gerência) passa a ter um papel de destaque. Já no século XVIII, com a revolução industrial, uma série de inovações produzem expressivas mudanças no processo produtivo, introduzindo o sistema de máquinas (através da produção de máquinas por máquinas); logo as alterações com a conseqüente acentuação do ritmo de trabalho demanda de forma crescente a necessidade da gerência. Desta forma, o processo de trabalho capitalista cria a necessidade de trabalhadores especiais, que primeiramente ficam encarregados das funções de vigilância e supervisão e, com a concentração do capital e a necessidade de aumentar a capacidade produtiva, introduz, como tarefas principais da gerência, a função de planejamento e projeto.

Se o capitalismo convive com as alterações cíclicas, ora com a excitação presente no boom da produção material, ora com o arrefecimento advindo da depressão, cabe à investigação científica analisar as particularidades das intransponíveis oscilações da base material da produção capitalista.

“Os movimentos ascendentes e descendentes da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira apresentada a seguir. Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico do capital consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação.”¹¹

¹⁰ O fetichismo da mercadoria assume um papel de destaque na obra de Marx, embora o capital seja caracterizado por relações sociais entre proprietários dos meios de produção (capitalistas) e proprietários da força de trabalho (assalariados), o mercado procura a todo momento impor sua mágica e dissimular as relações sociais que imperam no capitalismo. A questão do fetiche em Marx não apenas aparece no capítulo I da obra “O Capital”, mas é enfatizada durante toda a exposição e aparece em outros textos do autor.

¹¹ MANDEL, 1982, P.75.

Estudos específicos sobre as oscilações intrínsecas à produção resultaram em proposições diferenciadas, tais como as presentes no keynesianismo — que apontam para a atenuação e adiamento dos efeitos da crise e também na perpetuação das relações sociais capitalistas — ou aquelas presentes no marxismo, que duvidam do caráter eterno de quaisquer relações sociais de produção e vê as oscilações cíclicas do capitalismo como resultado da sua lógica de funcionamento baseada na valorização contínua.¹²

O que fazemos aqui é justamente um esforço para apreender as particularidades do que consideramos como uma nova investida dos capitalistas para recuperar o vigor que acompanhou a longa fase expansiva que se seguiu ao pós-guerra, e bastante presente nas expectativas destes, já que o predomínio da especulação desenfreada, ainda que assegure lucros não operacionais significativos, é acompanhado por um forte movimento de centralização de capitais através de fusões e crescente ociosidade da capacidade instalada.

Os esforços empreendidos na retomada dos lucros a níveis satisfatórios são conhecidos, na literatura disponível, como reestruturação produtiva. No cerne das vicissitudes recentes na esfera produtiva podemos apontar a formulação de um “novo” paradigma organizacional e inovações técnico-científicas relevantes. As transformações apontadas fazem parte de um leque de preocupações que tem, entre seus vários propósitos, dialogar com um suposto novo modelo de acumulação conhecido pela sua capacidade de flexibilizar o processo produtivo e as relações de trabalho.

É de nosso conhecimento que a Ásia liderou, através da economia japonesa, este esforço reestruturador, seja com a proeminência do uso da microeletrônica ou com os novos métodos de gestão da produção e do trabalho. Entretanto os sucessos colhidos com o modelo japonês conduziram à sua “imitação”, em maior ou menor escala, nas economias ocidentais de capitalismo desenvolvido — a partir da década de 70.

Não realizamos, pelas próprias características de nossa análise, nenhum estudo extensivo sobre o modelo japonês e seus desdobramentos nas economias ocidentais

¹² É a contradição básica entre valor e valor-de-uso que, para Marx, vai retratar, na sua forma mais abstrata, as crises capitalistas. A economia movida pelo impulso do lucro esbarra numa cruel tendência de declínio da lucratividade como consequência da gradativa redução das condições de valorização (nos termos categoriais

“avançadas”, mas apenas usaremos a referência a um tal modelo como tentativa de entendimento dos efeitos da reestruturação retardatária na nossa frágil e desigual economia. O que não implica nenhuma desconsideração ou negligência em relação aos efeitos da reestruturação produtiva no norte desenvolvido, mas tem a ver com nossa maior inserção nos problemas da combatida e dependente economia brasileira.

A reestruturação, que para nós tem efeitos destrutivos, é melhor compreendida quando ficamos atentos a algumas dimensões da fase atual do capitalismo, principalmente da força da ideologia da globalização e do neoliberalismo para empurrar as economias de média industrialização — entre as quais se encontra o Brasil — a perseguir os níveis de competitividade dos países do Norte, o que se vem dando por meio da adaptação aos modelos de acumulação destes, com abandono, por completo, da soberania nacional e negligência em relação aos danos sociais causados.

Entretanto, para chegarmos em algumas particularidades do atual modelo de acumulação capitalista, é imprescindível historicizar, ainda que de forma breve e sintética, o papel das revoluções técnico-científicas no capitalismo, assim como a importância da gerência para os processos de acumulação de capital. Pretendemos deixar claro que a acumulação é a razão de ser do capital, através da procura sem freios pelo lucro. Para realizar tal tarefa, é preciso estar atento à capacidade do capital em mudar as vestes quando estas não estão agradando.

A produção do conhecimento, além de coletiva, necessita de referências, que no geral são procuradas no passado, e que podem agregar-se ao conhecimento novo ou serem negadas pela facticidade corrente. Desta forma, vamos procurar seguir as transformações políticas e sociais de vulto decorrentes da primeira e da segunda Revolução Industrial para apreender as nuances do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, faremos uso da experiência das formas passadas de gestão para desvendar as especificidades dos “novos” modelos de gestão.

2.1 As Revoluções Técnico-Científicas

O capitalismo, ao proporcionar um domínio cada vez maior da natureza pelo homem, integrou, na sua expansão sobre a subordinação do capital, o saber científico com o

marxianos, um aumento da composição orgânica do capital, ou ainda, crescimento em maior proporção do investimento em máquinas e equipamentos frente aos investimentos em força de trabalho).

processo de produção de mercadorias. Com a tendência a uma crescente concentração, com o domínio do capital financeiro, e o papel do Estado como regulador da atividade capitalista, a ciência passa a “aderir” à necessidade de aumentar o excedente econômico.

Os historiadores econômicos classificam as revoluções tecnológicas como movimentos da atividade produtiva que modificam radicalmente as condições de produção, seja devido às inovações técnicas que têm a força de incrementar a capacidade produtiva ou devido a seus impactos na organização ocupacional e na forma como a sociedade está estruturada.

A Primeira Revolução Industrial foi, nesse sentido, a primeira grande transformação das estruturas de produção que mereceu a denominação de “processo revolucionário”. As transformações que começaram na década de 1760, e se completaram por volta de 1850 — com a difusão do transporte ferroviário —, foram fundamentais para provocar uma fase de expansão do capital.

O aperfeiçoamento do vapor, o desenvolvimento do tear mecânico e os progressos na metalurgia são apontados como pilares deste período. Este processo desencadeou-se na Inglaterra, e a aceleração da capacidade produtiva de tal nação conferiu-lhe o título de “oficina do mundo”.

Não resta dúvida de que o instrumental de trabalho foi o centro do processo revolucionário. O que ficou caracterizado a partir do momento que passou a prescindir do operário na execução de operações parciais (característica da manufatura), transformando-o em apêndice da máquina, como mero supervisor desta. É fato que, não fosse o caráter anárquico da produção capitalista, tal tendência se consubstanciaria como progressista ao reduzir a necessidade de trabalho, liberando a sociedade para atividades criativas em detrimento da rotinização imposta pelas tarefas parcelares do processo de trabalho capitalista.

As inovações, da era da máquina a vapor, abriram rachaduras consideráveis na formação social que até então predominava. A complicada estratificação social daquele período de transição vai, mais ou menos rapidamente, dar lugar a uma polarização entre burgueses e operários (é certo que a força destas transformações

partiram da Inglaterra, entre o século XVIII e XIX, durando algum tempo para concretizar-se com ímpeto semelhante nas outras nações capitalistas em formação).

O novo perfil da sociedade insurgente da Revolução Industrial amplifica as contradições sociais, intensificando a antiga antítese entre oprimidos e opressores, da mesma forma que abre o caminho para avanços no campo cultural até então impensáveis. A polarização estabelecida, sob a égide das transformações econômicas, vai estabelecer um novo estilo de vida, impondo uma disciplina rigorosa por meio do trabalho na fábrica e, por outro lado, acirrando os conflitos entre as classes sociais como conseqüência de um nível superior de organização e maior independência da classe operária que irrompe no seio das novas relações sociais.

O impacto da modernização agrícola, que constitui reflexo direto da ação do capital, produz um arranjo diferenciado na relação cidade-campo. No século XIX, a população urbana cresce fomentando o surgimento de grandes centros urbanos e revolucionando as comunicações.

As invenções, se por um lado consolidam-se em formidável socialização do processo de trabalho, por outro não são usufruídas pelo conjunto da população, em virtude da apropriação privada da produção. Desta forma, o desenvolvimento capitalista promoveu uma tendência de forte integração do processo produtivo, que se materializou com o aumento das escalas de produção e, posteriormente, resultou em formas de produção de maior complexidade por meio da formação dos conglomerados econômicos.

A força das transformações produz um furacão capaz de imiscuir-se nas relações étnicas, morais e culturais dos povos, com o fim "nobre" de ampliar o mercado que se expande a níveis desconhecidos anteriormente. A produção com maquinaria, reduzindo a necessidade de trabalho (aumento da produtividade), amplia a escala da produção e torna possível o barateamento das mercadorias. Foi assim que os produtos ingleses tiveram a força de destruir antigas formas de produção do tipo artesanal — destruindo os produtores de outras formações sociais pela força da concorrência —, seja através dos imperativos econômicos seja pelo uso da força.¹³

¹³ Em "Acumulação de Capital", Rosa Luxemburgo discute com detalhes como a Inglaterra, e suas imensas possessões coloniais, apregoou o livre-cambismo como ideal a ser seguido, apontando a necessidade de desmistificar a verdadeira face do capital em sua luta alucinada por mais valor, que abandona, quando necessário, os métodos juridicamente legítimos pelo uso da força. Todavia não estamos de acordo nem com a tese da

“ O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as forças não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a fraude, a repressão e o saque que aparece sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico.”¹⁴

Com a irradiação das proezas da Primeira Revolução Industrial acirra-se a concorrência intercapitalista. Os novos países capitalistas, sob a égide de uma forte ação do Estado, entram na disputa pelos mercados, trazendo à tona novas formas de estruturação da produção, entre as quais figuram os cartéis — onde passam ganhar destaque os acordos entre empresas que demarcam entre si as esferas de mercado, a aquisição de matérias-primas e os preços dos produtos comercializáveis, e os trustes — que promovem a integração vertical da produção, com o domínio de distintas etapas da produção por um grande grupo econômico com um único controle — sendo, os primeiros, típicos do capitalismo alemão e japonês, e os últimos, produtos do capitalismo americano.

Estas tendências de forte integração foram desenvolvidas sob a hegemonia do capital financeiro, com os bancos exercendo um forte papel de concentração. As instituições bancárias passam a reunir grandes somas de capital produtivo que permitem o desenvolvimento das formas desenvolvidas de crédito, traduzindo-se em associações entre grandes capitais (fusão do capital bancário com o capital industrial) que vão favorecer uma crescente apropriação da ciência na reprodução do capital.¹⁵

Durante o período depressivo (1870 – 1890) ganha forma uma fase de intensas inovações técnicas que, em seguida, deram lugar a poderosas invenções que revolucionaram a produção, os transportes e as comunicações. A magnitude das transformações deste período, juntamente com os benefícios que proporcionam para humanidade, permitem classificar este período como “a bela época”.

incapacidade estrutural de acumulação intrínseca ao capitalismo, que remete a uma dependência intransponível do capital em relação ao meio não-capitalista, nem tanto da inexorabilidade do colapso do capitalismo.

¹⁴ LUXEMBURGO, 1985, p.309

¹⁵ A caracterização da tendência à oligopolização do capital já está presente no próprio Marx, a partir da correta previsão das tendências a concentração e centralização do capital. Mas é o economista liberal inglês (Hobson) quem vai identificar o imperialismo como uma nova fase do desenvolvimento capitalista. No campo marxista, Hilferding, com o “O Capital Financeiro”, e depois Lenin, com o “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”, darão continuidade ao estudo da época do predomínio dos monopólios.

*“Com o aumento da população, da urbanização e da renda real, o mercado de massa, até então mais ou menos restrito à alimentação e ao vestuário, ou seja, as necessidades básicas, começou a dominar as indústrias produtoras de bens de consumo. A longo prazo, isto foi mais importante que o notável crescimento do consumo das classes ricas e favorecidas, cujo perfil de demanda não mudou de maneira acentuada. Foi o Ford modelo T, e não o Rolls-Royce, que revolucionou a indústria automobilística. Ao mesmo tempo, uma tecnologia revolucionária e o imperialismo concorreram para a criação de uma série de produtos e serviços novos para o mercado de massa – dos fogões à gás, que se multiplicaram nas cozinhas da classe operária britânica no decorrer desse período, à bicicleta, ao cinema e à modesta banana, cujo consumo era praticamente desconhecido antes de 1880.”*¹⁶

A Segunda Revolução Industrial, com a advento da indústria eletromecânica, tem como base energética o petróleo e a eletricidade. O motor de combustão interna e o desenvolvimento da indústria química vão dar um passo importante no caminho de mudanças qualitativas na sociedade. Assim, o século XX vai consolidar o predomínio da urbanização: a antiga base rural passa a ser questionada com a gradativa industrialização do campo. Ganha relevância o estilo de vida urbano, sendo o automóvel, a partir do desenvolvimento do transporte rodoviário, a grande mola propulsora e caracterizadora da cidade moderna.

As tendências cíclicas do capitalismo não possibilitaram a livre expansão das possibilidades humanas. Criaram, isso sim, inevitáveis períodos de desaquecimento da atividade produtiva, para não dizer paralisia (na forma de crises periódicas). As inovações da Segunda Revolução Industrial vão promover a expansão que se prolongou até 1913. O acirramento da contradição entre valor e valor-de-uso, como resultado da lógica anárquica do capital, provocou a perda da hegemonia inglesa e a abertura de uma luta feroz entre grandes dragões pela partilha do mundo, o que inexoravelmente se converteu em um conflito no continente europeu (I Guerra Mundial), a qual foi responsável pela destruição de forças produtivas em quantidades inestimáveis.

A perpetuação de um ciclo recessivo, marcado por dois conflitos e uma grande depressão em 1929, com grande capacidade destruturadora das economias capitalistas, vai permitir que os EUA, uma nação afastada do espaço em que se

¹⁶ HOBBSAW, 1988, p.82.

efetivou o conflito bélico, assumam a liderança da economia mundial, imprimindo o seu modelo de desenvolvimento e padrão de consumo a outras nações capitalistas.

Em virtude da redução dos lucros, através do acirramento da competitividade internacional podemos encontrar naquele período próximo do conflito bélico, entre 1930 e 1940 medidas que resultaram em forte esforço para ampliar a margem dos lucros, que experimentou um período agudo de declínio durante a depressão de 1929-32.

As medidas favoráveis à retomada de uma fase de expansão da produção propunha uma redefinição da base tecnológica até então operada, aquela da Segunda Revolução Industrial, que tinha como base o vetor energético formado pela eletricidade e pelo petróleo, que por sua vez, conforma a matéria-prima da indústria eletromecânica. As inovações deste período introduzem a semi-automação e a própria automação na produção, iniciando a aplicação da fissão e fusão nuclear, e inaugurando, com isso, o uso da energia nuclear e o desenvolvimento da cibernética.

A tecnologia passa a ser o motor propulsor da acumulação em escala ampliada, segundo Mandel, na fase do “capitalismo tardio”. As inovações técnicas do pós-guerra, paralela, inauguram a terceira revolução tecnológica, e o monopólio do progresso técnico — controlado por um número pequeno de capitalistas, pioneiros das economias avançadas — funcionava como garantia de vantagens econômicas.

“ As rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico, isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo de produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões de investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante.”¹⁷

As tendências contraditórias do capital impedem a generalização dos benefícios do desenvolvimento tecnológico, funcionando como um estorvo para a plena utilização da capacidade produtiva.

Em uma outra percepção (favorável?), a aceitação da premissa de uma revolução técnico-científico para qualificar as transformações operadas no transcurso, Theotônio

dos Santos destaca o papel relevante dedicado à P&D na etapa mais atual do capitalismo, que, segundo ele, assume taxas cada vez maiores de participação no produto bruto dos países industrializados, porém chama atenção para o fato de que não é verdade que necessariamente as vantagens da aplicação das inovações recaiam naqueles países que possuam a vanguarda científica.

Desta forma, embora os EUA no pós-guerra (no período da expansão calcado em seu modelo de desenvolvimento) tenha apresentado maiores gastos em P&D, cresceram menos que os países que incorporaram as inovações, como é o caso do Japão e Alemanha. Uma das razões para explicar este fenômeno é o fato dos EUA possuírem uma maior capacidade instalada sobre a base tecnológica anterior. Assim, para o ano de 1964, os EUA, com gasto de 3,4% em P&D, tiveram taxa de crescimento (PNB por empregado) de 2,9%; o Japão com 1,4% em P&D cresceu 8,3 e a Alemanha com gastos de 1,4 % em P&D, cresceram 4,1. Estes são os países que vão assumir uma posição cada vez maior de liderança a partir do questionamento da hegemonia americana.¹⁷ Entretanto, não parece ser consenso, entre aqueles que estudam as tendências mais recentes do desenvolvimento capitalista, que as transformações introduzidas ao longo das últimas décadas mereçam ser tomadas, em conjunto, como a justificativa de uma terceira revolução tecnológica.

Para Nilson Araújo, ainda que seja verdadeiro que existam avanços consideráveis no campo científico, estes avanços não podem justificar uma revolução tecnológica, na medida em que a sua incorporação na produção capitalista é diminuta frente às possibilidades que tais inovações oferecem para a expansão das forças produtivas. Segundo Araújo, a incorporação das inovações são muito pequenas, prevalecendo o uso da base tecnológica anterior. Assim, a utilização de energia nuclear não ultrapassa a cifra de 17,5% e, por fim, aponta como uma incoerência conceber uma revolução tecnológica com estagnação econômica.¹⁹

Entre as posições apontadas parece estar contida uma divergência, no sentido que Santos parece inclinado a visualizar um novo período de expansão no médio prazo, enquanto Araújo parece vislumbrar que as tendências estagnacionistas venham manter-se por mais algum tempo.

¹⁷ MANDEL, 1982, p.135.

¹⁸ SANTOS, 1987.

¹⁹ SOUZA, 1995.

Pensamos que a economia capitalista tanto pode voltar a crescer no médio prazo quanto, com a reestruturação recente, não superar a onda longa depressiva que se arrasta desde o final da década de 60. Mas as respostas dependem de fatores subjetivos, ou seja, do papel que os agentes econômicos venham desempenhar.

Em uma conjuntura marcada pelo fortalecimento da ideologia liberal, e com uma gradativa desestruturação dos organismos representativos dos trabalhadores, é possível que se processe algum crescimento econômico, porém sem a capacidade de inserir fatia considerável da população. Ao contrário, parece mais plausível que a possibilidade de crescimento econômico venha acompanhada de forte concentração e centralização de capital, apontando para crescentes destruição da capacidade produtiva e marginalização de grande parcela da população mundial.

Uma outra abordagem, na qual se questiona que as inovações tecnológicas tenham a validade de uma revolução tecnológica, está presente em Conceição Tavares, que aponta o caráter não equitativo da difusão do progresso técnico e o predomínio da base tecnológica da segunda revolução industrial como algumas das causas que se apresentam como óbices da consolidação de uma revolução técnico-científica.

“ Até prova em contrário, a “Terceira Revolução Industrial” ainda não dispensa o petróleo como base do sistema de transporte mundial. Um cluster de inovações que não modifica radicalmente a infra-estrutura de transportes nem a base energética do sistema industrial não tem o impacto transformador de uma verdadeira revolução industrial.”²⁰

A verdade é que não se pode afirmar nada em definitivo em relação às tendências do desenvolvimento capitalista, porém é notório que a aplicação da cibernética e o uso da energia nuclear, conhecidas para fins de acumulação desde a década de 40, têm, até então, uma utilização muito pequena. Quanto ao argumento de Tavares sobre o caráter não equitativo da difusão do progresso técnico, não é nenhuma novidade. Pois durante as diversas fases de desenvolvimento do capitalismo imperaram as desigualdades internas, e a apropriação privada do progresso técnico favoreceu à consolidação de lucros setoriais excepcionais para os inovadores pioneiros.

Não temos dúvidas de que os avanços tecnológicos do século XX vêm promovendo um grande desenvolvimento das forças produtivas: a tecnologia da informação, por

²⁰ TAVARES & FIORI, 1993, p.53.

exemplo, possibilita dinamizar o mundo dos negócios através da facilidade com que os ativos se transferem entre os mercados mais longínquos. No que tange à comunicação, esta tem sido enormemente facilitada com a presença da “internet” — que cria uma rede mundial de computadores conectados entre si —, com o aparecimento dos aparelhos de fax, provocando, assim, uma maior agilidade nos contatos profissionais ou pessoais em virtude da extraordinária velocidade. Por último, devemos insistir na ausência de uma linearidade nos conceitos de progressão e regressão. Se é verdade que existem fatores progressivos na fase atual de acumulação, como por exemplo, a maior facilidade de comunicação, também devemos estar atentos aos perigos para a sobrevivência humana que podem advir dos impactos ecológicos provocados pelo persistente ritmo de industrialização, assim como da manipulação genética irresponsável e sem a ética que exigem tais processos.

Acontece que o desenvolvimento capitalista não tem tido paralelo com o bem-estar social, pelo contrário! O desenvolvimento do capitalismo, historicamente, tem convivido com a contradição entre o aumento da riqueza social e da apropriação desta por um número cada vez menor de magnatas. Assim, as benesses do progresso técnico ficam restritas a parcelas populacionais cada vez menores, ampliando por sua vez as diferenças entre o Norte e o Sul, e também na estrutura interna de renda dos países mais ricos.

O progresso técnico indubitavelmente cumpre um papel fundamental no fomento da acumulação, e não podemos negar que as transformações técnicas mais recentes têm um papel de destaque para a atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, é um fato inquestionável que as inovações técnicas compõem o elenco de fatores responsáveis pela deterioração das condições de vida da maior parte da população mundial e pela forte exclusão social presente nas formas atuais de produzir.

2.2. O Papel da Gerência no Capitalismo

O desenvolvimento das relações capitalistas traduz-se no aprimoramento e predomínio das formas contratuais (mais ou menos precárias) de trabalho, o que se dá por meio da expansão das relações de assalariamento (mais ou menos precárias), tornando marcante a dualidade “capital/ trabalho”.

As funções de direção no seio das relações da empresa são separadas da relação de propriedade a partir da forte tendência concentradora que se desenvolve com o movimento de auto-valorização do capital. Em outras palavras, o capital assalaria trabalhadores integrados com os interesses da produção capitalista e, portanto, comprometidos com a expansão e o aumento da produtividade do trabalho.

Deste modo, o controle do coletivo de trabalho é tão antigo quanto o modo de produção capitalista. Portanto, acompanhar as metamorfoses operadas nos processos de gerência é crucial para um melhor domínio das vicissitudes que acompanham as relações capital/trabalho ao longo da história do capitalismo.

Dos inspetores e capatazes do modelo de organização do trabalho das manufaturas do século XVIII, sucedem-se, periodicamente, técnicas de organização com as mais diversas inspirações. No século XIX, época da organização científica do trabalho, a liderança de um pretensioso engenheiro estimulava métodos de racionalização da produção, principalmente formas de aumentar o ritmo da produção. Aprofunda-se, também, a separação entre execução e concepção: o auxílio do cronômetro aparece como elemento indispensável de controle e determinação do tempo destinado às mais variadas tarefas.

A “organização científica do trabalho” vai ser notabilizada a partir do seu emprego nas gestões das empresas capitalistas. Pensamos, aqui, em Frederic Taylor (criador das técnicas de controle do processo de trabalho conhecidas por “taylorismo”): engenheiro empenhado no aperfeiçoamento dos métodos de extração de mais-valia, seja através de forma agressivas de barateamento do valor da força de trabalho, seja pelo aumento da intensidade do trabalho.

O taylorismo, enquanto modelo de gestão, caracteriza-se pela elevada fragmentação das atividades dentro da fábrica, tendo como consequência a desarticulação do coletivo de trabalho, que além de perder paulatinamente o controle de suas próprias atividades, devido ao fracionamento das tarefas, vê-se impelido a um forte processo de concorrência a partir dos incentivos individuais.

A tipologia efetuada por Harry Braverman classifica a prática taylorista em três princípios básicos, composto de técnicas e métodos que clamam pelo reconhecimento de uma certa cientificidade. Assim, Braverman enumera os seguintes princípios: 1)

princípio de dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores; 2) princípio da separação da concepção da execução; 3) princípio da utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.²¹

Entretanto, convém chamar a atenção que, antes da elaboração da “organização científica do trabalho”, existiram sistematizações importantes no que diz respeito à produtividade do trabalho. Então, seria justo que mencionássemos algumas delas antes de uma descrição mais detalhada do taylorismo.

Desde Adam Smith que o problema do incremento das forças produtivas já era relevante na ciência econômica. Smith inaugurou a discussão em sua grande produção científica — “A Investigação Sobre as Causas e Natureza da Riqueza das Nações” —, abordando a importância da divisão do trabalho como forma de incrementar a capacidade produtiva.

É desta forma que Smith vai enumerar como vantagens da divisão do trabalho: a maior destreza possibilitada por esta; a economia de tempo resultante de uma maior especialização; e o desencadeamento da fabricação de máquinas como mecanismo de redução do tempo de produção, ainda que já advertisse sobre os efeitos danosos para a saúde dos trabalhadores que a fragmentação das tarefas poderia gerar.

No que diz respeito a Marx, chama-se a atenção para o papel fundamental que desempenhou a manufatura e a cooperação na expansão das forças produtivas, em uma fase preliminar do desenvolvimento do capitalismo. Ressalta-se, também, a segmentação entre uma fatia de operários especializados e a grande massa dos trabalhadores desqualificados. A partir deste momento, o controle da força de trabalho já era uma realidade. Nestes termos é que Marx falava do trabalhador mutilado, ou seja, aquele adstrito a uma tarefa parcial com sua ferramenta específica. Destarte, o controle dos trabalhadores tem como fundamento a transferência do saber operário para um grupo restrito de trabalhadores especializados e integrados com a perspectiva fim do capital na procura de maiores lucros.

“ Em todo ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado.

²¹ BRAVERMAN, 1987.

Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inábeis. (.....) Em ambos os casos, cai o valor da força de trabalho.”²²

No entanto, esta fase da organização do processo de trabalho pode ser considerada como um estágio embrionário do controle operário que seguir-se-ia, na medida em que o capital não tinha total autonomia em relação ao saber operário (dando margem à resistência deste com suas variadas formas de boicote da produção). Desta forma, a “maquinofatura”, com as ferramentas parciais, acionadas por um motor movido a energia mecânica, seria o golpe mortal do capital sobre a autonomia dos trabalhadores, pois seria reduzida a um mínimo a dependência da habilidade dos trabalhadores no processo de trabalho, transformando os trabalhadores em meros apêndices das máquinas. Assim, Marx descreve como a ciência integra-se plenamente na produção capitalista, representando a “maquinofatura” a superação do estágio anterior fundamentado no “ofício parcial”.

O taylorismo, conhecido como uma influente forma de organização do trabalho, teria como objetivo o aumento da produtividade. Para isso, o engenheiro Taylor formula, como normas, a separação entre concepção e execução do trabalho, que, por sua vez, favorece o fracionamento extremo das atividades e, por último, introduz um forte plano de incentivos individuais. As medidas de racionalização contidas nesse modelo de gestão, realizavam, por hora, a eficácia desejada, seja através do barateamento dos custos da força de trabalho, seja através do aumento da intensidade de uso da mesma.

Como ficou evidenciado pela exposição acima, embora seja verdade que as normas empregadas expropriem o “saber fazer operário”, o processo produtivo passou a ser dependente, em grande termos, da somatória das especializações operárias (trabalhador coletivo), o que leva Benedito Moraes Neto a interpelar sob uma suposta regressão do processo produtivo sob a égide do taylorismo frente, por exemplo, ao sistema de máquinas (ali a ação da ciência impusera uma maior independência do capital em relação aos trabalhadores).

“(.....) Nesse sentido, o desenvolvimento da manufatura levou à sua negação, à maquinaria como forma mais desenvolvida do trabalho. A recriação da manufatura

²² MARX, 1957, p.401

no século XX, o fordismo, não representa uma etapa necessária do trabalho humano; muito pelo contrário, caracteriza-se, isto sim, como o desenvolvimento, até o paroxismo, da forma historicamente menos desenvolvida."²³

O engenhosa ferramenta taylorista vai emprestar inspiração para um industrial americano (Henry Ford) produzir automóveis em grande escala a partir do início do século XX. O fordismo, enquanto desenvolvimento ou aprofundamento do taylorismo, tem sua experiência consolidada a partir das inovações posta em prática por Ford, nos EUA, na montagem de automóveis.

O fordismo tem objetivos equivalentes à forma de gestão taylorista, ou seja, a procura por maior incremento da produtividade do trabalho. Para isto, Ford introduziu a esteira rolante como mecanismo automático possibilitador de uma maior intensidade do trabalho. Assim, a linha de montagem fordista prescinde da necessidade de incentivos individuais que eram tão presentes no taylorismo.

É a linha de montagem, com o seu sistema de transporte, que vai dar lugar ao advento da produção automobilística em massa. A esteira rolante apresenta-se como excelente critério de eficiência para o capital, pois promove a eliminação, em níveis extraordinários, dos tempos mortos no processo de trabalho. O princípio introduzido por Ford tem como premissa levar as tarefas específicas até cada trabalhador parcial, traduzindo-se em uma redução fabulosa do número de horas necessárias para a produção de automóveis, o que, por sua vez, facilita o aumento da extração de trabalho excedente.

Enquanto o taylorismo baseava-se nos incentivos individuais como forma de incremento da produtividade, o fordismo adota os estímulos coletivos. Ford deixa claro que quando concedeu um aumento considerável nos salários dos seus operários, tinha, como meta, a redução de custos (via aumentos da produtividade) e, portanto, a maximização de lucros.

O aumento da produtividade e a produção em massa favorece e justifica o aumento de salários. Desta forma, uma parcela dos trabalhadores passa a participar do consumo dos bens duráveis que vão caracterizar o padrão de consumo do capitalismo no século XX. Cabe destacar que o automóvel assumiu a liderança como produto de consumo

²³ MORAES NETO, 1988. P.59

caracterizador de um novo estilo de vida, conhecido por seu caráter mais privado e esbanjador.

O automóvel ganha a conotação de um novo fetiche, assumindo contornos muito importantes para a manutenção das relações capitalistas. Ao consumo deste novo meio de transporte individual associa-se o poder pessoal e sucesso, desprezando, por completo, a irracionalidade derivada do desperdício crescente de elevadas quantidades de energia não-renovável, assim como outros impactos ecológicos provenientes deste novo padrão de consumo.

A produção automobilística foi o “carro chefe” da expansão do pós-guerra e, em conjunto com o desenvolvimento da indústria química, estabeleceu o predomínio de um modo de vida urbano. A ação da industrialização, entretanto, não se resumiu à cidade, ou seja, o campo também passou a conviver com a exploração intensiva, onde o uso de insumos redefine os níveis de produtividade e as relações de trabalho. É assim que o velho camponês vai dar lugar, cada vez mais, a diversos tipos de trabalhadores rurais assalariados.

A expansão sem precedentes do pós-guerra não pode ser compreendida sem uma forte referência aos métodos tayloristas/fordistas de organização do trabalho. A fábrica-modelo que difundiu sua forma de produzir, e seu padrão de consumo, para uma economia que se transnacionalizava em ritmo rápido, era baseada em uma estrutura extremamente verticalizada e uma complexa estrutura de cargos e salários. Não resta dúvida de que os critérios da “organização científica do trabalho” contribuíram para a expansão da produção durante as décadas de 50 e 60, favorecendo a recuperação de economias de peso, como a alemã e a japonesa e, inevitavelmente, alterando a configuração da concorrência capitalista.

Se a aplicação dos métodos tayloristas/fordistas foi um dos fatores que sustentaram o crescimento no pós-guerra, também são notórios os limites técnicos impostos pela gestão autoritária do trabalho. A automação rígida, resultante da linha de montagem, dependia do ritmo intenso impingido aos trabalhadores, que mesmo sendo contemplados de alguma forma com o novo padrão de consumo, não se isentaram de reclamar contra os ritmos desumanos e extenuantes da fábrica fordista. O movimento de resistência desencadeado pelos trabalhadores do Norte capitalista, a partir do final da década de 60 (absenteísmo e abandono do trabalho encontram-se entre os

expedientes de recusa às formas de racionalização empresarial), vão se refletir na queda da lucratividade, obrigando os empresários capitalistas a esforços reestruturadores.

2.3. A Reestruturação Destrutiva

No final da década de 60, o modelo de expansão do pós-guerra dava os primeiros sinais de derrocada — e com ela, a lucratividade das empresas. É verdade que o contexto geopolítico estava por deveras modificado. Com as economias européias e japonesa renovadas, e com um franco processo de expansão do “socialismo real”, a concorrência entre nações já não garantia a hegemonia americana. Por outro lado, a expansão material continuada favorecia a organização dos trabalhadores, resultando em aumentos salariais e em uma gama variada de benefícios sociais.

Se é verdade que se tornou usual a argumentação de que o *Welfare State* foi resultado de uma concessão aos trabalhadores em virtude do imbricado contexto geopolítico, também existem fortes evidências contra a tese de concessão espontânea dos capitalistas. Em primeiro lugar, até que se prove o contrário, o objetivo essencial que move os empresários é o lucro, e é claro que falamos do lucro em progressão, o que é procurado por meio da lei do menor esforço, sem que haja quaisquer formas de constrangimentos para isso.²⁴ Depois, é difícil acreditar que benefícios consideráveis consubstanciados na garantia de uma previdência social, assim como em uma legislação trabalhista menos opressora, tenham “caído do céu como um manjar”.

O *boom* da produção no pós II Guerra Mundial ficou conhecido como a era de ouro. Os ganhos de produtividade permitiram a incorporação de aumentos salariais nos países capitalistas do Norte, isto através da forte racionalização da produção e de uma gestão autoritária do trabalho, concorrendo na definição de um novo padrão de consumo de massa. Entretanto, a participação dos trabalhadores no padrão de consumo da era de ouro não foi motivo para eximi-los de um forte processo de resistência iniciado no final da década de 60, demonstrando assim o elevado nível de organização dos trabalhadores.

²⁴ A lógica capitalista tem traduzido-se através do esforço dos empresários capitalistas em ampliar a taxa de mais-valia, o que pode ser conseguido pela redução dos salários dos trabalhadores, inovação tecnológica, sem contar as práticas ilícitas advindas das relações capitalistas.

O ritmo intenso imprimido pelos métodos tayloristas/fordistas de gestão tem como contrapartida o absenteísmo do trabalho e o desabrochar de movimentos de massa na Europa. como foi o caso do “maio de 1968”, na França. Constatou-se, no final da década de 60, o aumento do abandono do trabalho e o forte absenteísmo como formas de resistências dos trabalhadores, que assim mostraram não mais suportar os ritmos desumanos, impostos pela velocidade das máquinas, e o trabalho sem conteúdo, monótono e estafante.

Os primeiros sinais de esgotamentos do modelo de desenvolvimento americano já estavam presentes no final da década de 60. Isso pôde ser percebido pela observação da queda da lucratividade, o que só se agrava com a recessão de 1974-75 (que teve como estopim o choque de petróleo de 1973). Assim, tornava-se imprescindível uma série de esforços subsequentes no sentido de ampliar a taxa de lucratividade através de um vigoroso movimento de reestruturação do trabalho.

Com a desvalorização do dólar e o fim da conversibilidade do dólar frente ao ouro, além do papel das renovadas economias do Japão e da Alemanha, já não estava assegurada a hegemonia americana, que passa a acreditar na possibilidade do câmbio flutuante atuar como mecanismo que garanta um fluxo livre de capital, restabelecendo o equilíbrio de sua balança deficitária.

A crise capitalista foi seguida de uma redefinição da divisão internacional do trabalho, onde alguns países do conhecido “Terceiro Mundo”, especialmente aqueles reunidos na OPEP, impuseram uma melhoria nas relações de troca internacionais. Desta forma, a estratégia da “Trilateral” desponta na forma de uma comissão que admite a divisão da hegemonia pela tríade EUA, Japão e Europa Ocidental, e na qual o caráter ideológico procura mascarar, por meio de uma suposta cooperação internacional e defesa dos direitos civis, o legado imperialista das economias do Norte capitalista.

Mas é só a partir do aumento dos juros internos, no final da década de 70, que os EUA vai impor a retomada de sua hegemonia para o resto do mundo através de uma recessão interna e com a imposição de políticas restritivas para o conjunto das economias capitalistas, tanto as centrais como as periféricas. Ainda que os EUA não recuperem os níveis de produtividade da época de ouro, vai assegurar sua hegemonia através da afirmação do dólar como padrão monetário, via seu potencial bélico e

militar, assim como através de seu predomínio no campo da diplomacia (e, posteriormente, da concentração produtiva em atividades de tecnologia de ponta).

A valorização do dólar possibilita a atração de capitais do resto do mundo sob a forma de ativos e importações do Japão e da Europa, ou ainda por meio das transferências de fluxos líquidos de capitais da América Latina para pagamento dos serviços da dívida externa.

“(.....) Entre 1982-1984, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano, o que juntamente com o recebimento de juros lhes permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo que só em 1983 corresponderam a cem bilhões de dólares, e em 1984 devem ter ultrapassado 150 bilhões. Por outro lado suas relações de troca melhoraram e os seus custos internos caíram, já que as importações que os EUA estão fazendo são as melhores e mais baratas do mundo inteiro.”²⁵

É certo que se observou um forte fluxo de ativos em direção ao mercado interno americano, em que, via *joint-ventures* com o capital japonês e europeu, deu lugar a taxas de crescimento superiores ao resto do mundo capitalista, possibilitando uma considerável modernização da economia americana. Porém, a política agressiva americana vai forçar as economias capitalistas, que convivem com uma forte presença do Estado, a promoverem uma significativa reestruturação industrial (em particular, o Japão e a Alemanha). Assim, estas economias, de orientação distintas da política monetária americana vão, em pouco tempo, assumir a liderança em setores importantes do novo paradigma produtivo, destacando-se o Japão com o complexo microeletrônico, e a Alemanha continuando a garantir antigas vantagens comparativas nos setores da química fina.

É baseado no poder de sua moeda, (diplomacia do dólar forte) que os EUA retomam a vitalidade de sua economia, para isto levando todo o mundo capitalista a uma recessão e, mesmo com a tendência persistente do aumento do seu déficit, cresceu, entre 1982-1983, à taxa de 7/8%, enquanto o resto do mundo crescia à taxa de 1/2%, e o Sul capitalista encontrava-se em plena estagnação.²⁶

Depois de abatidos pelos efeitos da recessão, os países do Norte vão ensaiar um forte movimento de reestruturação ou reconversão industrial, mudando, em boa parte, a

²⁵ TAVARES, 1985.

configuração do processo de acumulação a nível mundial. O novo modelo de acumulação — conhecido pela sua maior capacidade de flexibilizar as relações de produção —, deixou o continente Asiático em posição de destaque, onde as formas de gestão japonesas passam a influenciar e serem modelo de racionalização para o mundo capitalista. A reestruturação, que qualificamos como “destrutiva” (devido a seus efeitos perversos para o mundo do trabalho), vem seguida de forte desregulamentação, atingindo largamente as conquistas trabalhistas conseguidas no fulgor de décadas de batalhas e impondo aos trabalhadores uma ação defensiva como consequência do desemprego estrutural causado pela intensificação do uso da microeletrônica no processo produtivo.

No que tange ao Sul capitalista, que nem sequer desfrutou de um Estado do Bem-Estar (tal como ficou conhecido nos países “desenvolvidos” e, em especial, nos Estados europeus que instituíram substantivos sistemas de proteção social) durante este período, tiveram seus projetos de desenvolvimento interrompidos, em razão da crise da dívida, permitindo-nos caracterizar os anos 80 como os da “década perdida”. É de forma retardatária, como de costume, que a reestruturação foi implementada nos países do Sul, especificamente no Brasil, sobre o qual podemos pontuar com maior precisão. O desencadeamento de tal processo é fruto da violência ocasionada pela acelerada liberalização comercial e desregulamentação financeira, implementadas no início da década de 90 pelo governo de Fernando Collor de Melo, que teve como resultado crescentes ondas de desindustrialização, desemprego e precarização da ocupação. Portanto a reestruturação no Sul e, especificamente, no Brasil, assume conotações destrutivas numa escala sempre maior.

Parece que o capital procura retomar o seu vigor perdido a partir de uma retórica enganosa alicerçada no discurso do liberalismo, da flexibilização das relações de trabalho e da globalização da economia. Sendo enganosa, esta retórica nos remete ao juízo da concretização de um discurso ideológico capaz de diminuir as resistências sociais para uma nova fase de retomada de investimentos sob o domínio dos países do Norte.

²⁶ Op. Cit. P.10.

2.3.1. A Ideologia Da Globalização

A reestruturação dos países do Norte amplifica a agressividade da competição entre nações, abrindo uma fase sem precedentes de desregulamentação através da liberalização dos mercados financeiros mundiais, integração regional — por meio da consolidação de blocos econômicos — , e uma pretensa eliminação das barreiras comerciais.

O que pretendemos fazer a partir deste momento é mostrar que não é bem assim, ou melhor, convictos do caráter fetichista de tais premissas, vamos nos apoiar em alguns argumentos para apontar o surgimento de um forte projeto ideológico cujo objetivo é vender a idéia de um mundo com uma tendência de crescente integração e harmonia. Segundo o novo credo, a tecnologia de ponta e a liberdade comercial abrem o caminho para a prosperidade geral, remetendo-nos à defesa incondicional de uma espécie atual de lei das vantagens comparativas, imagem e semelhança daquela editada no século XIX pelo célebre David Ricardo.

Começaremos interrogando a globalização, justamente por acreditar que esta faça parte de um projeto de sustentação da nova investida dos países do Norte no sentido de subordinar os países do Sul e arrancar dos últimos a fidelidade necessária para uma nova alavancagem da acumulação de capital em nível mundial. Para sucesso deste projeto de tamanha envergadura evoca-se como “Salvador” o todo poderoso mercado, desprezando-se portanto quaisquer referências éticas e morais relativas aos sujeitos coletivos envolvidos.

A globalização da economia é propagandeada como uma novidade no seio do capitalismo; além disso é apontada como irreversível, sugerindo que as nações, no contexto atual, encontram-se destituídas de soberania, devendo-se, portanto, adaptar-se às novas tecnologias e às regras liberais de comércio.

Como um bom projeto ideológico, a propalada globalização mitifica a realidade, seja indicando-a como um movimento inusitado ou mascarando a guerra comercial travada entre as grandes potências ou, ainda, negando a forte centralização produtiva promotora de desindustrialização nos países do “Terceiro Mundo” e a forte exclusão social tão evidentes nos dias de hoje.

Vamos tentar, de agora em diante, enumerar os argumentos com os quais nos opomos à idéia da harmônica globalização, facilitando o acompanhamento dos leitores e deixando o caminho aberto para o debate no campo das idéias.

Primeiramente, é premente tornar clara a nossa rivalidade com o caráter inusitado da globalização. O certo é que deveríamos nos referir a uma nova fase de internacionalização do capital, onde a desregulamentação das finanças e a tecnologia microeletrônica diminuem a distância entre as praças financeiras internacionais, facilitando a transação rápida de trilhões de dólares diários. E sem maiores temores duvidar de uma real economia global, já que, pelo o que tudo indica, os investimentos continuam concentrados na Tríade (EUA, Japão e Europa), sendo a fase vigente de internacionalização acompanhada de uma larga fonte de instabilidades, negando assim a pretensão a ser um processo irreversível e guiado por uma inexorabilidade capaz de apagar quaisquer resistências nacionais.

“ Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914. Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras. A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais. (...) Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Triade da Europa, Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar.”²⁷

A rigor o capitalismo é internacional desde a sua gênese. A acumulação prévia de capitais conjugou grande comércio atacadista e expropriação de pequenos produtores como forma de consolidar a acumulação de capital como o novo filão das formas de produzir. Se o mercado é mundial desde que criado pelo modo de produção moderno, o que podemos fazer é caracterizar distintos períodos de relações desiguais de troca por meio de um comércio internacional. Até o século XVIII, prevaleceu o forte comércio de mercadorias em benefício de algumas poucas potências que tinham o domínio de vastos territórios na forma de colônias. Estas, por sua vez, eram impedidas de implementar projetos de desenvolvimento que as desagrassem. No geral, tais colônias eram fontes de matérias-primas baratas fundamentais para a industrialização em pleno andamento. Já o final do século XIX é marcado por forte processo de fusão entre capitais industriais e bancários, inaugurando o período imperialista onde passa a

prevalece o domínio do capital financeiro, que tem na exportação de capitais um diferencial da fase anterior. O resultado desta forte centralização é traduzido por disputas entre as grandes potências visando conquistar esferas de investimentos, disputas que acabam por provocar dois conflitos mundiais de proporções desastrosas. Por último, no pós - II Guerra Mundial, passa a predominar o investimento produtivo com uma nova ênfase nas multinacionais.

Assim, a nova fase de internacionalização com que convivemos aponta para um aprofundamento do investimento produtivo, conhecido também como investimento externo direto (IED), que passa a prevalecer frente ao comércio de mercadorias; porém essas características nada têm feito para atenuar as desigualdades internas dos países entre nações, na medida em que os IED permanecem concentrados em alguns poucos países, perpetuando a lógica da concentração e centralização de capitais, levando a humanidade para um abismo indecifrável.

Se é verdade que, durante as últimas negociações promovidas pelo GATT, houve uma evolução no sentido da redução das tarifas alfandegárias, também é certo que as grandes potências utilizam as barreiras não-tarifárias como forma de proteção de seus mercados internos. Entre os argumentos que justificam uma taxa complementar, em especial para os países de industrialização retardatária, podemos encontrar barreiras tarifárias inadequadas, defesa da ecologia, *dumping* social, entre outras. A partir dos resultados de algumas pesquisas realizadas nos EUA, Nilson de Souza nos fornece alguns números que apontam para a forte presença do Estado na economia. Por meio da criação de barreiras não-tarifárias, os países "desenvolvidos" aumentaram a proteção de suas economias contra o comércio de produtos industrializados de 5%, em 1966, para 20%, em 1986.²⁸ A agricultura da CEE dos EUA e do Japão nunca foi tão protegida e tudo convém acompanhar os desígnios de uma pretensa nova ordem com maiores oportunidades de integração.

Por acreditar que a propaganda da globalização da economia não passa de uma ideologia que tenta a todo custo negar a permanência de formas de subordinação dos países do mundo às grandes potências capitalistas — e que usa um discurso ideológico capaz de delegar o investimento capitalista em um número pequeno de nações —, insistimos em refutar os lugares comuns, como a adoção de desregulamentação

²⁷ HIRST & THOMPSON, P. 15, 1998.

desenfreaco pelos países de industrialização retardatária e a adaptação a todo custo às práticas econômicas liberais. Utilizando as palavras de Wilson Cano, o que vem acontecendo é uma “trilaterização”²⁹ da produção, a partir da concentração dos investimentos numa tríade formada entre Japão, CEE e EUA. Por outro lado, perpetua-se o atraso tecnológico nos países do Sul, quando não a exclusão de continentes inteiros, como é o caso da África.

Quanto aos bilhões de dólares que circulam em torno do mundo todos dias, a partir dos desenvolvimentos da tecnologia de informação, devem ser destacados como um grande dinamizador da fase atual de internacionalização. Entretanto a mobilidade instantânea destes capitais de curto prazo vem acompanhada de uma forte instabilidade nos mercados, capaz de gerar crises com forte potencial desestruturador e sem nenhuma garantia de constituir-se como um processo duradouro.

*“Por volta de 1913, o grau de mundialização financeira alcançado no quadro da internacionalização da época, graças à liberdade de movimento dos capitais, assegurada pelo padrão-ouro e pela liberdade de câmbio, e garantida por uma série de tratados sobre comércio e investimentos, parecia um fato “irreversível”. (.....) Bastou o crash de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar origem, bem antes das adicionais conseqüências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, administradas estritamente pelas autoridades monetárias e políticas. Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos.”*³⁰

Acatando todo projeto de reestruturação irradiado nos quatro cantos do mundo venha ocorrendo em um clima de nova paz (lembrando o período que antecedeu a I Guerra Mundial, conhecido como “bela época”), onde o final da Guerra Fria e a pouca probabilidade de conflitos mundiais remetem à resolução das contendas para o campo do prático, parece notório que as implicações da efetivação de uma economia mundial suscitam soluções autoritárias para dissolver diferenças históricas na legislação globalizados, que, por contingências da “Nova Ordem Global”, conduziria ao aniquilamento das raízes e identidades nacionais.

²⁸ SOUZA, 19

²⁹ CANO, P. 6 95.

³⁰ CHESNAIS 6.

É assim que Malaguti aponta para uma plausível-futura “Ditadura Mundial” como forma de abafar os diferentes graus de diversidade criados pelo próprio capitalismo, sejam elas éticas, sociais ou econômicas.

“Após consolidados e resguardados os direitos à diferença, expressos nas Constituições de todos os Estados democráticos, a homogeneização da humanidade só poderá ocorrer pelo aniquilamento sumário dos movimentos sociais. (...) Enfim, a consolidação do processo de globalização pressupõe — muito mais do que uma “acumulação primitiva” — a instituição de um poder político com as prerrogativas que imaginamos possuir uma Ditadura Mundial.”³¹

As atitudes autoritárias fazem parte da prática do “novo” cenário mundial. Basta observarmos o prolongado embargo econômico contra a ilha de Cuba, assim como um combate (com palavras, mas também com armas), travado pelos governos neoliberais, contra os movimentos organizados que se insurgem contra as determinações da ordem dominante e na defesa de uma inserção produtiva digna. Assim, alguns movimentos que optaram por alguma forma de resistência (Chiapas, MST) têm de deparar-se tenazmente com mensagens repetidas e desfavoráveis que aparecem quotidianamente na mídia e enfrentar o rigor do enfrentamento de classes numa conjuntura em que prevalece o desmantelamento dos movimentos de massas em conjunto com uma atmosfera de florescimento de ceticismo generalizado.

Mas como não bastasse a capacidade de infiltração, na mente de “mocinhos e mocinhas” inteligentes, desta poderosa ideologia da globalização, ela tem como comparsa o neoliberalismo, que desponta com poder comparável, surgindo com ares de um credo, a partir dos esforços dos governos de Thatcher e Reagan. Paradoxalmente, na época das “megas” fusões e agigantamento do mercado financeiro, ressuscitam-se as velhas receitas da soberania do mercado. O neoliberalismo, em contraste com o disperso liberalismo clássico, desponta com uma coesão capaz de pretender tornar desacreditada a defesa de quaisquer formas de regulação.

2.3.2. Neoliberalismo: O Poder De Uma Retórica Vazia

A continuidade da crise capitalista durante a década de 70 e o dissabor das políticas keynesianas são fatores primordiais para reanimar os teóricos da soberania do

mercado, mas é no pragmatismo dos governos Reagan e Thatcher que vai ganhar força este novo catecismo de bolso. Controle restrito das finanças públicas, privatização e desregulamentação despontam como os mecanismos eficazes para o desenvolvimento e a felicidade dos povos, mesmo que dentre os propagandistas da liberalização encontremos os EUA com o maior déficit público do mundo, agravado, sobretudo, pelos dispêndios da indústria bélica.

A imposição de uma recessão em nível mundial, a partir da elevação dos juros internos nos EUA, propicia a reestruturação da economia norte-americana, que se sentia ameaçada pela queda da produtividade de sua indústria e pela concorrência das economias renovadas do pós-guerra, especialmente do Japão e da Alemanha. Com a desregulamentação do mercado financeiro e a desindustrialização que acompanha o mundo capitalista, em especial nos países do Sul, o novo grito de guerra a ser seguido é o da competitividade. A liberalização do comércio e o esfacelamento de toda forma de proteção trabalhista devem ser adotados como uma espécie de elixir mágico.

" (...) Encarquilhados em sua partitura monocórdia, esses países não sabem mais falar e comunicar algo que faça sentido ao resto do mundo. A única coisa que são capazes de dizer aos países pobres, fracos e "não-desenvolvidos" é: "sejam competitivos", "ajustem-se às regras da economia de mercado". Depois voltam aos seus negócios, aos seus mercados e à sua competitividade."³²

Desta forma, aprimorar a competitividade para estar apto ao novo "mercado global" está de acordo com os preceitos da modernidade. O que não se pode esquecer é que a ideologia liberal surgiu na Inglaterra nos primórdios do capitalismo, no século XVII. Portanto seria mais justo falar em resgate do primitivismo do que de uma possível modernidade. Mesmo identificando aquele período com a existência de uma maior mobilidade do capital e a permanência de proprietários de pequena e média dimensão, fica muito difícil desprezar a ação do Estado, pois este agiu com a violência conhecida na acumulação primitiva de capitais e a dívida pública assumiu uma importância vital no desenvolvimento capitalista.³³

Digamos que passamos a condescender com o passado, migrando para a análise do período posterior à crise da década de 70, do nosso século. Os argumentos do

³¹ MALAGUTI, 1997.

³² PETRELLA, 1997.

³³ SANTOS, 1997.

insucesso da planificação, nos marcos e fora do capitalismo, junto com a defesa do Estado Mínimo, ganharam vida; entretanto tais argumentos parecem contrastar com os fatos. A conjuntura internacional continuou marcada por elevados dispêndios públicos e pela implementação de políticas protecionistas pelos países desenvolvidos, mesmo que sob a ascensão de uma forte retórica ultra-liberal sob a liderança de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Deste modo, os EUA aumentaram a proteção de sua agricultura e foram acelerados os acordos de integração regional: a CEE na Europa, o NAFTA envolvendo os EUA, México e Canadá, e o bloco asiático sob liderança do Japão.

Não é sem razão que Perry Anderson chama atenção para a coesão da ideologia liberal que, a partir das experiências do Reino Unido e dos EUA, ganha a força necessária para a sua difusão no resto do mundo, minando as resistências de nações adeptas da forte presença da regulação, e, por fim, ganhando novos simpatizantes: falamos da Ex-URRS e os seus aliados (leste europeu, China) que, em passado recente, atuavam como ferozes inimigos das leis cegas do mercado.

“O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas.”³⁴

É fato que o novo cenário internacional fortalece o discurso ideológico sobre a ofensiva do capital. Falamos de uma atenuação das resistências ao modo de produção baseado na realização de mercadorias, isso tomando como referência a queda do muro de Berlim e da transição da URRS para uma economia de mercado a partir das reformas da *Perestroika*.

Com o ímpeto da ideologia neoliberal e a estagnação dos países do Sul foi possível aos países “desenvolvidos” efetuarem reformas consideráveis no modo de produzir. A contra-ofensiva do capital na década de 80 vai promover a transição para formas denominadas mais “flexíveis” de acumulação, com uma tendência distinta de centralização, se comparada com o que foi promovida na emergência do capital financeiro no século XIX. A acumulação capitalista passa a fazer uso de uma estrutura

³⁴ ANDERSON, 1995.

produtiva mais horizontal com a adoção da terceirização, quase sempre combinada com outros modelos de organização do trabalho.

O *just-in-time* é apresentado como alternativa para debelar os estoques gerados pela produção em larga escala. Assim, é construída uma nova concepção sobre o momento exato de se produzir, sempre atendendo uma demanda prévia, podendo-se, deste modo, desvencilhar-se dos inconvenientes de uma oferta desenfreada. Enfim, uma série de modelos de organização do trabalho influenciados pelas técnicas de qualidade japonesas passam a compor o novo elenco da gestão das empresas capitalistas, técnicas estas que são conhecidas pelos meios implícitos de integrar os trabalhadores na luta pelo aumento da produtividade do trabalho (Uma revisão do Modelo Japonês de Gestão está presente no próximo capítulo).

Parece correto dizer que os novos padrões de produzir são mais flexíveis, isso porque possibilitam maiores interferências na linha de produção, resultando em maior diversificação dos produtos em contraste com os produtos padronizados da linha de produção fordista. O modelo flexível de produção é dependente da tecnologia da informação, e desponta a partir do uso mais intenso das CNC (máquinas-ferramentas de controle numérico), da maior presença do robô industrial e com a área de projetos automatizada através do sistema CAD/CAM.³⁵

A reestruturação do Norte capitalista vai apoiar-se no gradual retrocesso das conquistas trabalhistas garantidas durante as décadas da expansão do pós-guerra, no aumento dos níveis de desemprego na Europa Ocidental, Japão e EUA, assim como na derrota do movimento sindical, favorecendo portanto o aparecimento de formas precárias de emprego (trabalho parcial e trabalho temporário).

Os países da OCDE, a partir da reestruturação, têm convivido com taxas de desemprego crescentes, que não parecem refletir mera tendência conjuntural: os níveis irreversíveis de desemprego passam a assumir a conotação de desemprego estrutural. Apesar da recuperação da década de 80, o desemprego nos países industrializados, na década de 90, já afeta 35 milhões de pessoas, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU publicado em 1996. A taxa média de desemprego nos países industrializados se encontra em torno de 8,6% , porém não significa que os níveis de desemprego são homogêneos em toda a região: o Japão com a taxa de 2,5%

e o desemprego na Espanha em torno de 23%. O final da década apresenta algumas novidades, como o aumento do emprego no Japão como efeito da crise asiática, mas, segundo pesquisa da OCDE, o desemprego permanecerá alto no começo do século XXI: “A pesquisa diz que oito países da OCDE continuam com mais de 10% de sua força de trabalho economicamente ativa sem emprego no ano 2000. São eles Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Polônia e Espanha.”³⁶

A desarticulação de um esquema de proteção social remete os trabalhadores para o convívio perene com uma série de instabilidades, com forte insegurança no mercado de trabalho, no emprego e na renda, apontado por Jorge Mattoso como a “desordem do trabalho”.³⁷ As benesses da modernidade, que vêm sendo alardeadas aos quatro cantos do mundo, ficam restritas a uma fração de incluídos que podem obter as facilidades de um mundo com comunicações ágeis. Entretanto, as modificações no campo da tecnologia e nos padrões de organização têm empurrado parcelas crescentes da população do globo para o desemprego e a informalidade, ampliando a violência urbana e contribuindo para a formação de um quadro marcado pela barbárie social.

A exemplo dos velhos esquemas de dominação “imperialista”, continuam a prevalecer as grandes desigualdades, sejam elas localizadas no âmbito interno das nações capitalistas, ou entre as diversas nações e regiões, como consequência do comércio desigual. Aconteceram mudanças estruturais no capitalismo, mas não foi anulada, de forma alguma, a sua lógica de acumulação. E aí, ao que tudo indica, não existe lugar para harmonia e integração definitiva. Se algo conhecemos do sistema capitalista, este de irreversível só tem a busca inesgotável pelo lucro e a contradição entre as classes.

A partir de agora podemos retratar a tentativa da assimilação pelos países do Sul, em particular do Brasil, aos padrões de desenvolvimento do Norte capitalista. As imposições das instituições multilaterais e das grandes potências, e a adoção acrítica dos países de industrialização retardatária, têm resultado na acentuação da concentração de renda na América Latina, com o agravamento do quadro social, marcado pela fome e miséria. Daqui por diante procuraremos apreender os caminhos percorridos pelo Brasil para inserir-se nesta nova tendência da acumulação capitalista.

³⁵ CAD: Desenho Assistido por Computador; CAM: Manufatura Assistida por Computador.

³⁶ GAZETA MERCANTIL, 1999.

³⁷ MATTOSO, 1995.

2.4. O Brasil em Busca de uma Inserção Acrítica: A Caminho do "Consenso"

O projeto desenvolvimentista implantado no Brasil teve a força de deixá-lo entre as dez economias do mundo (em produto). Para isso sabemos do caráter associado do seu desenvolvimento, marcado pela presença marcante do Estado e com forte dependência externa.

A estrutura concentrada de renda, somada a um forte sistema de proteção, garantiram uma economia razoavelmente diversificada e com intenso ritmo de acumulação, embora incapaz de incorporar grandes segmentos de sua população. Com uma certa rapidez, consolidou-se uma indústria de base capaz de dinamizar a acumulação através do setor produtor de bens duráveis, embora este consumo não tenha sido estendido ao grosso da população, consubstanciando um padrão de desenvolvimento com elevada exclusão social.

Foi sob a égide do governo militar que se iniciou a implantação do setor produtor de bens de produção e da indústria de insumos, principalmente a partir dos projetos de consolidação da indústria petroquímica. O agravamento dos níveis de concentração de renda vai empurrar a sociedade civil, na década de 80, a movimentos reivindicatórios, seja contra o aumento do custo de vida e por melhores condições de vida, ou em repúdio à repressão e pela democratização da sociedade.

As mudanças na conjuntura internacional, em que os países centrais foram impactados por uma depressão na década de 70, resultou em uma reordenação das regras do jogo, no final da década, sob o jugo da economia norte-americana. Falamos, é claro, do aumento da taxa de juros internacionais, que empurrou o mundo capitalista para o contexto de políticas contracionistas.

O aumento da taxas de juros vai estancar o modelo de desenvolvimento brasileiro, dependente, em grande dose, dos influxos de renda do exterior. A dívida externa vai tornar-se uma grande fonte de instabilidade nas economias latino-americanas, quando a partir da década de 70, com a desestabilização do padrão dólar, as economias passam a depender dos empréstimos a juros flutuantes do sistema de crédito privado.

Tabela 4:**América Latina: desembolso total da dívida externa.****(Saldo no final do ano em US\$ bilhões), 1978-84**

País	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
América Latina	150,8	181,9	221,0	275,4	315,3	340,9	360,1
Brasil	52,2	58,9	68,3	78,5	87,5	96,5	101,8

Fonte: SUNKEL (1986)

Com a interrupção dos fluxos de renda provenientes do exterior, entra em colapso um modelo de desenvolvimento fortemente dependente do investimento estrangeiro, que a partir de então tem que conviver com os altos índices inflacionários, em boa parte responsáveis pela deterioração dos padrões de vida da população.

A coordenação da área econômica, aceitando sem maiores problemas a ingerência do FMI na administração do pagamento da dívida externa, passa a concentra-se em esforços para gerar excedentes exportáveis capazes de atenderem os serviços crescentes da dívida, que solapa cada vez maiores fatias do produto interno bruto (PIB).

Aproveitando o impulso das altas taxas de crescimento do milagre (1968-1971) — momento em que a economia brasileira cresceu em ritmo acelerado —, tendo as taxas de crescimento girado em torno de 12%, o que se pode entender como opção pela continuidade do projeto desenvolvimentista. Os militares desconsideraram a conjuntura desfavorável e implementaram um projeto de proporções gigantes — o II PND, ampliando assim, a capacidade produtiva brasileira, mas, por outro lado, a dívida externa assume proporções gigantescas. Os esforços empreendidos com a continuidade do projeto desenvolvimentista confere à economia brasileira um potencial exportador, o que seria um atenuante frente ao desaquecimento da economia promovido pela forte recessão interna em que o país vai mergulhar na década de 80. Assim o potencial exportador, durante a década de 80, passa de 20 para 31 bilhões, porém os encargos e remessas de lucros ao exterior assumem proporções

depredadoras: durante o mesmo período, o serviço da dívida passa de 54 para 120 bilhões de dólares.³⁸

Mas a década de 80 e a estagnação que a acompanhou, não significou exatamente um período de “vacas magras” para o grande capital. Distante de prejuízos, os ramos da grande indústria asseguraram lucros satisfatórios, pois além de serem premiados com subsídios e incentivos fiscais, possuíam poder de pressão para majorar os preços de seus produtos. No caso da petroquímica, esta teve a matéria-prima (nafta) subsidiada pela Petrobrás durante toda a década.

Como podemos notar, até a década de 80 a indústria brasileira conviveu com forte proteção, sendo que o setor produtivo formado pelo modelo tripartite “Estado, capital privado nacional e capital privado externo” contava com uma parca concorrência externa. É assim que o grande capital, favorecido pelas altas taxas de inflação, beneficiou-se com lucros operacionais ou lucros especulativos do incipiente mercado financeiro brasileiro.

A abertura da economia e a conseqüente exposição aos padrões de competição internacional, colocados em prática a partir do governo Collor, vão resultar em recessão no início da década de 90, impulsionando as indústrias para um processo de reestruturação. Os impactos sobre o mercado de trabalho e a representação dos trabalhadores é o que confere um caráter destrutivo a esta reestruturação da produção.

Depois de mais de 20 anos de governos autoritários ocorreu um movimento de redemocratização da sociedade, que finaliza com a realização de eleições diretas. Do pleito sai vitorioso Fernando Collor de Melo e, junto com a imagem de homem jovial e resoluto, insistentemente veiculada pela mídia, vêm as promessas da adesão do país à “modernidade”. A modernidade, em som uníssono, passa a ser retratada pela ausência de regulamentação na economia e pela aceitação incondicional da liberdade de comércio, ficando em sintonia harmônica com tais diretrizes — o que parecia ser o melhor meio para uma bem sucedida integração na economia internacional.

A adoção de políticas macroeconômicas sob orientação dos organismos multilaterais presentes em *Washington*, concretizam o *Consenso de Washington*, em que se passa avaliar a eficácia das medidas propostas pela capacidade que os países “emergentes”

³⁸ CANO, 1995., p.59

passariam a possuir para debelar a inflação e controlar as contas públicas: duas variáveis consideradas como uma grande fonte de instabilidade para as jovens economias latino-americanas. A adoção das políticas do Consenso de *Washington* significa a assimilação da retórica neoliberal e a procura a qualquer preço de uma aceitação nacional dos padrões de produção internacional. Esta assimilação acrítica dos termos do consenso não se deve apenas à negligência quanto à deterioração dos padrões de vida da grande maioria da população — em particular dos assalariados —, mas, também, pelo fato de tal retórica desprezar a distância das economias do Sul no que tangem ao domínio da tecnologia, mascarando, em grande dose, as reais possibilidades de nossa inserção no mercado mundial.

O que significam afinal as políticas macroeconômicas do *Consenso de Washington*? As políticas liberalizantes propugnadas a partir das diretrizes do FMI, também apontadas como reformas estruturais, nada têm a ver com o velho ideário da década de 60 por democratização e melhoria das condições de vida: reforma agrária, melhor repartição de renda etc. Basicamente, as reformas “modernizantes” requeridas pelo Consenso resumem-se em liberalização comercial e financeira, combate ao déficit público — para o qual é indicado um amplo projeto de privatização —, seguido por forte desregulamentação da economia.

A assimilação das regras do consenso de forma abrupta, já que em média as tarifas e preços reduziram-se de 40% para 20%, no prazo de dois anos, abalou setores consolidados da economia nacional que, historicamente, conviveram com um mercado relativamente protegido, provocando desemprego e precarização das condições de trabalho. As consequências da liberalização nos países latinos, entretanto, variam de acordo com a dimensão das economias. Desta forma, os níveis de desindustrialização no Brasil não alcançaram os níveis das vizinhas economias latinas, marcadas por uma menor diversificação, como é o caso do Chile, Argentina e México.

A liberalização comercial impulsionou as empresas em direção a uma reestruturação que as tornassem competitivas frente ao capital externo. Portanto, as empresas apressam-se diante da nova situação, a ampliar os investimentos em tecnologias modernas, sobretudo, na assimilação de novas técnicas de organização do trabalho — terceiro mundo, *just in time*, CCQ —, que teriam como finalidade reduzir custos, em

geral, com a força de trabalho. Como resultado das reformas organizacionais e técnicas, ampliaram-se velhos problemas estruturais da economia brasileira, tornando-a mais deficiente e desumana.

A introdução de tecnologia moderna eliminou um número razoável de profissões, resultando em desemprego estrutural. A nova definição de desemprego diverge daquela conhecida como conjuntural, que por sua vez é consequência do desaquecimento transitório da economia. O problema só tende a agravar-se com as novas formas de gestão, onde desemprego convive com variadas formas de inserção precária e redução das oportunidades de obtenção de um emprego formal, empurrando parcelas crescentes de trabalhadores para a informalidade.

Entretanto, os ecos pró-liberação comercial não têm o mesmo peso para as economias do Norte e das tendências protecionistas destas economias, que tendem a implementar blocos comerciais cada vez maiores capacidades de intercâmbio regional, quase sempre redundando na perda de mercado para as economias do Sul, que possuem mercados internos de menores dimensões.

A crise estrutural com que se depara o capitalismo favorece o fortalecimento da ideologia da eficiência do mercado, acelerando a transição para o capitalismo das ex-repúblicas socialistas e o dismantelamento do *Welfare State*. Daí fica fácil entender o pragmatismo que assola as esferas estatais e a *intelligentzia*, que passam a ver o mercado como critério de eficiência e assimilam facilmente as políticas liberais do *Consensus of Washington*, ainda que muitas vezes utilizando as vestes da social-democracia.

Depois do processo de *impeachment* sofrido pelo presidente Fernando Collor, viveu-se uma rápida transição com Itamar Franco. Durante seu mandato, organizou-se uma equipe econômica composta por intelectuais graduados e "cooptados" pela idéia de uma integração internacional a qualquer custo, sendo saudados calorosamente pelos organismos multilaterais. Na coordenação da área econômica estava Fernando Henrique Cardoso e, a partir de uma simbiose entre sociólogo e renomados economistas (André Lara Resende, Francisco Lopes, Edmar Bacha), surgiu um plano de estabilização (Plano Real) monetária e de combate à inflação em plena sintonia

³⁹ Uma discussão em torno do pragmatismo da *intelligentzia* e a assimilação de uma postura acrítica nos marcos da globalização da economia pode ser encontrada em: MALAGUTI, M. L., 1995.

com as receitas liberais. Deste modo, o campo estava aberto para o aprofundamento das políticas liberais de privatização e desregulamentação social, tão propugnados pelos porta-vozes do Consenso, que vão ter continuidade com a vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994.

“As políticas de ajuste e os processos de estabilização das economias do México e da Argentina foram sempre consideradas pelos porta-vozes do consenso de Washington, pelos jornalistas econômicos dos principais nacionais e pela econômica do ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso como exemplares e paradigmáticas. Afinal, “não existiria outra saída” às economias emergentes e inflacionárias senão sua plena subordinação ao receituário de políticas recomendadas pelos países centrais e organismos financeiros internacionais.”⁴⁰

As economias latino-americanas têm se utilizado de instrumentos ativos de políticas monetárias (valorização ou âncora cambial), em que, a partir da manutenção de juros elevados, procura-se atrair capitais externos móveis, em geral capitais de curto prazo. Assim as economias latinas ficam reféns do capital financeiro especulativo, pois a manutenção interna de elevadas reservas cambiais favorece a valorização das suas moedas, atuando a orientação de políticas contracionistas que só agravam os desequilíbrios sociais. Estes mecanismos de ajustes são, na realidade, uma fonte de instabilidade que decorre da desregulamentação financeira e pode ser visualizada pelos exemplos das principais economias latinas (México, Argentina e Brasil), que, apesar das proporções diferentes, sofreram o impacto da redução das divisas devido à fuga de capitais, agravada pela crise do México em 1994. O balanço de pagamentos do Brasil, por exemplo, convive com freqüentes déficits e continua sendo um dos principais pontos de preocupação da área de coordenação econômica.

Porém o neoliberalismo não passa de uma retórica, já que, na prática, as intervenções se repetem com regularidade, favorecendo alguns privilegiados segmentos capitalistas. Pelo que podemos observar, acompanhando a ação governamental cotidiana, o Estado não se absteve de sua função “social” em defesa da propriedade. Assim, fica assinalado o papel do Estado enquanto aliado imprescindível da reprodução do capital e sua ampliação, seja através de favorecimento de recursos públicos para a efetivação de um gigantesco processo de concentração do capital bancário por meio de empréstimos que alcançaram a quantia de 14,8 bilhões de dólares através do

Proer⁴¹, ou seja, através do favorecimento da privatização de empresas públicas rentáveis, consolidadas, estratégicas e com destaque no mercado capitalista — como as empresas dos setores de telecomunicação e elétrico.

A abertura desenfreada da economia está distante de uma democratização do consumo. Pelo contrário! Ela foi responsável pela atração de uma enxurrada de produtos importados, demandados, em sua maioria, por uma privilegiada fatia da população, portanto longe de um cenário em que se concretiza um grande “baticum” possibilitador da alegria de parcelas crescentes da população. Os padrões de competitividade internacional têm contribuído para a desnacionalização da economia, em que mesmo grupos com reconhecida capacitação técnica e mercados no exterior perderam espaço na concorrência intercapitalista, como é o caso da indústria de autopeças “Ultra Leve”.

A persistência da desregulamentação financeira e comercial, conjugada com os elevados juros internos — responsáveis pelo prolongamento da recessão da economia —, permitiram ao primeiro governo de FHC sustentar a inflação em patamares reduzidos, porém divulga-se uma falsa idéia de estabilidade, na medida em que, para isso, o governo necessita responder com evasivas sobre os índices assustadores de desemprego, sobre a redução dos empregos formais e pela ampliação das mais variadas formas de inserção precária da força de trabalho.

“O período 1995-98 mostra uma redução da geração de postos de trabalho formais todos anos, sendo que ao final do primeiro mandato de FHC foram contabilizados uma queima de nada menos de 897.000 empregos formais, segundo o CAGED-Lei 4923, do Ministério do Trabalho.”⁴²

Até mesmo os organismos oficiais têm apontado para as necessidades de projetos sociais compensatórios, em paralelo com as reformas macroeconômicas. Porém, a nova direita — com todas as pompas e com trunfo momentâneo pela vitoriosa estabilização monetária —, inverte os conceitos e insinua-se progressista, insuflando como retrógradas quaisquer tentativas de regulação da economia.

⁴⁰ MATTOSO, P. 42, 1996.

⁴¹ O Proer foi um processo de saneamento bancário, em que cingidamente liberou-se soma elevada de recursos públicos para a promoção de um processo de centralização no setor financeiro, com fusão de bancos e migração para o país de bancos internacionais através da aquisição de bancos nacionais em liquidação.

⁴² MATTOSO, P. 126, 1999.

O relatório do Banco Mundial de 1996 não pôde mascarar os impactos das transformações em curso, quando nos descreve com números o aumento da precarização das condições de vida na periferia capitalista. Em relação ao Brasil, o relatório aponta que 32 milhões de pessoas estão impossibilitadas de adquirir a cesta básica e que 24 milhões estão abaixo da linha de pobreza. E, em relatório recente, de um segundo organismo multilateral — ONU (1999) — o Brasil aparece como campeão em concentração de renda, com coeficiente Gini (0,59) comparável ao do Paraguai, o que, trocando em miúdos, representa apenas 2,5% da renda para os 20% mais pobres e, por outro lado, 63,4% da renda para os 20% mais ricos, resultando em uma renda per capita dos 20% mais ricos 32 vezes maior. Refletido pela análise de vários indicadores (expectativa de vida; escolaridade, saúde, entre outros), o relatório ainda indica que 15,8% da população brasileira, ou seja, 26 milhões de pessoas, não têm acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos.

Estando demonstrado que, do ponto de vista social, a política econômica do governo atual é um desastre, passemos à análise de aspectos apontados como sendo meramente de caráter técnico. Primeiramente, a política de juros altos: longe de contribuir para debelar a dívida pública — desenhada como a grande vilã da sociedade —, agravou o endividamento, redundando em um ciclo vicioso inaceitável. A emissão de títulos públicos pelo Governo Federal — com os juros mais altos do mundo —, como instrumento de valorização da moeda, elevam a dívida a patamares dantes nunca atingidos.

“A dívida mobiliária federal cresceu 424,2% no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Números do Banco Central mostram que o volume de papéis federais no mercado saltou de R\$ 61,783 bilhões, no final de 1994, para R\$ 323,860 bilhões, no final de 1998.”⁴³

Em seguida, podemos notar que a abertura acelerada e o predomínio por longo período da sobrevalorização da moeda só acentuaram os desequilíbrios da balança comercial, que vem somando repetidos déficits, refletindo em grande parte sua dependência em relação aos capitais especulativos de curto prazo.

Por último, cabe questionar a pressão por uma nova dimensão do Estado. As políticas fiscais keynesianas, adotadas como mecanismo anti-cíclico, passam ser repudiadas,

⁴³ GAZETA MERCANTIL, 1999.

levando à propaganda do Estado mínimo o reconhecimento de uma postura moderna. Porém, o forte esforço de redução da participação do Estado na economia, através da desestatização do parque produtivo, não teve como contrapartida o aumento da aplicação de recursos em setores básicos, tão qual a “ladainha” pregada entre os descontentes do “agigantamento” do Estado, mas, pelo contrário, o que vem se dando é a gradativa redução dos investimentos sociais.

Podemos, ainda, procurar nos exemplos de países “emergentes”, que distanciaram-se, em algum termo, das condutas do “Consenso”, corroborar nossa tese de que a justificativa da inevitabilidade de aderir os ajustes neoliberais faz parte do projeto ideológico que sustenta o processo de acumulação atual.

Como exemplo, não podemos esquecer que a periférica economia indiana resiste pela defesa da soberania, garantindo, por meio do protecionismo, uma política industrial independente. Desta forma, foram justamente aquelas economias “emergentes,” que “burlaram” as diretrizes liberais, onde observamos um melhor desempenho em relação às taxas de crescimento econômico durante as últimas duas décadas.

“Os países que prosseguiram por mais tempo nas trilhas da modernidade industrial, em geral, conseguiram evitar um desenvolvimento excessivamente desigual. Com êxito na área econômica, os países da Ásia, como Cingapura, conseguiram uma rápida industrialização porque seus regimes autoritários usaram seu controle político para promover investimento público em educação, habitação e infraestrutura.”⁴⁴

Entretanto, não estamos, com isso, apostando na capacidade de que os países de industrialização recente propugnem alternativas capitalistas de cunho nacional, como contraponto mais progressista frente aos velhos dogmas da dependência técnica e econômica das economias centrais. Estamos apenas chamando atenção para a falsidade dos argumentos de que existe uma tendência inexorável de inserção numa “ordem global”, e, se conhecemos as dissidências nos marcos da ordem capitalista, temos, também, todo direito de ter esperança em propostas opostas àquelas que aprofundem a exploração da classe trabalhadora.

⁴⁴ THOMPSSON & HIRST, P.163, 1996.

CAPITULO III

3. A Terceirização na Petroquímica COPENE (Camaçari-Ba) e suas Repercussões

3.1. Terceirização Uma Estratégica Emergente de Competitividade

É verdade que a adoção da prática da terceirização, ou externalização de atividades, não é uma prática recente. Entretanto, é só com o acirramento da competitividade internacional que as empresas passam a adotá-la como estratégia de incremento da produtividade. A transferência de atividades já era comum na indústria automobilística desde a década de 50 nos EUA, onde as montadoras utilizavam como prática a compra de peças de fornecedoras especializadas.

A externalização das atividades ou terceirização, enquanto imperativo das empresas em busca de ganhos de produtividade, traz com ela uma série de justificativas complementares na demonstração de sua eficácia enquanto modelo de gestão alternativa. Dentre elas, figuram a concentração no negócio-chave, a especialização das tarefas, a absorção de novas tecnologias, entre outras. Convém analisar, rapidamente, esses argumentos motivadores das decisões de terceirização, para, em seguida, relacioná-los com a experiência brasileira e com o nosso estudo de caso.

A terceirização é, antes de tudo, uma estratégia empresarial de redução de custos, seja com a eliminação de instalações e equipamentos que antes faziam parte do capital fixo da empresa, bem como através da redução das despesas com pessoal que se efetiva por meio da redução de salários diretos e benefícios trabalhistas (salários indiretos). Isso tudo é possível por meio da transferência das atividades para terceiros.

Parece claro que as empresas, ao optarem por estruturas mais enxutas, transferindo atividades que não são essenciais à execução de seu produto fim, estariam interessadas em concentrar maiores esforços naquelas atividades que lhes garantam competitividade e permitam assegurar uma posição mais agressiva no mercado.

Com exceção das montadoras e, talvez, das empresas da indústria da microeletrônica — que terceirizam serviços para fornecedores de componentes que agregam valor aos seus produtos finais, tanto internamente quanto externamente, a partir da utilização de uma rede de fornecedores mundial (global sourcing) —, no geral tem prevalecido, pelo menos no Brasil, a terceirização das atividades que não agregam valor ao produto. Desta forma, em uma ordem de prioridades, as atividades transferidas para terceiras são aquelas de pouca qualificação: limpeza, alimentação, segurança, transporte etc. Entretanto, o sucesso de tais iniciativas de racionalização tem resultado na extensão do processo de terceirização para áreas mais especializadas e interligadas com a produção, como informática, medicina ocupacional, manutenção e projetos.

Assim, as grandes empresas privilegiam empresas “especializadas” nas áreas a serem transferidas, eximindo-se de maiores responsabilidades no processo de treinamento de mão-de-obra, supondo competência técnica das subcontratadas, bem como qualidade dos serviços prestados.

Resta-nos examinar as condições de trabalho oferecidas pelas terceiras em relação a treinamento e segurança, bem como comparar os salários e benefícios oferecidos por estas empresas de menor estrutura e recursos e, talvez, quem sabe, chegemos a algumas conclusões sobre a qualidade dos serviços prestados. Desde logo, é bom que se saiba que o cenário das empresas terceiras variam entre empresas que funcionam em situação de grande precariedade e empresas grandes e médias já estabelecidas há algum tempo no mercado. No estudo do nosso caso específico, as empresas de informática aparecerão como exemplo de empresas já estabelecidas.

A eventual possibilidade de transferência de tecnologia seria uma outra das facetas apontadas como incentivando a transferência de atividades. No Japão, em que as “parcerias” tendem a ser duradouras, tendo como contrapartida alguma forma de assistência técnica, é possível que ocorram transferências tecnológicas. Isso não implica, porém, que se desfaçam a hierarquia e as modalidades de subordinação entre empresas (contratadas e contratantes) que caracterizam a forma de gestão em estudo.

Não parece crível que as empresas transfiram tecnologias que lhes assegurem vantagens, mas, pelo contrário, as grandes empresas, com a adoção da terceirização, vêm valendo-se da incorporação e procura incessante de tecnologias modernas.

No nosso caso, a petroquímica de Camaçari, em seu processo de implantação em 1978 já utiliza-se da externalização das atividades de alimentação, transporte e limpeza, porém não estava ali retratado o enfoque racionalizador que traz hoje o conceito da terceirização.

A abertura abrupta da economia a partir do governo Collor, em 1990, remetem as empresas brasileiras à adoção de padrões de produtividade capaz de aproximá-las da competição internacional. Neste ínterim é que se dá a generalização da prática da terceirização enquanto estratégia de maximização dos lucros.

A indústria petroquímica, até então caracterizada pelo elevado nível de verticalização de suas estruturas, é um dos ramos do setor de transformação marcado por um forte processo de reestruturação durante a década de 90. Assim, a terceirização apresenta-se como integrante de uma estratégia empresarial, que tem como objetivo ampliar a agressividade da petroquímica em um cenário marcado pelo aguçamento da competitividade. Contudo, é bom frisar que a terceirização das atividades, na petroquímica, está proscria àquelas atividades desvinculadas da produção do produto-fim da empresa, portanto, que não necessitam de interseção com os processos complexos de suas plantas de produção.

Optamos pela investigação da terceirização na petroquímica COPENE, já que esta tem um papel de destaque como central de matérias-primas no pólo petroquímico de Camaçari, para daí extrairmos o que é específico na terceirização da empresa estudada, bem como as similaridades do caso específico com o conjunto do setor empresarial que adotou a estratégia enquanto prática de racionalização, abarcando, na medida do possível, as suas consequências para o mundo do trabalho.

Entretanto, antes que passemos à análise do complexo petroquímico, convém divagar, rapidamente, sobre algumas questões que consideramos importantes e que constituem um campo promissor de debates.

3.1.1. Aonde Está a Similaridade Com o Modelo Japonês de Gestão?

Em que consiste, afinal, a singularidade do modelo japonês de gestão que o torna alvo de adaptação pelas empresas de todo o mundo? Sinteticamente, e levando em

consideração os limites de nosso estudo, tentaremos apreender as bases do Modelo Japonês de Gestão (MJG).

O modelo japonês de gestão, enquanto um modelo específico de organização do trabalho e da produção, origina-se na década de 50, surgindo com forte pretensão de superação dos métodos tayloristas e fordistas. É a Toyota (empresa japonesa do setor automotivo) que aparece como o epicentro das novas experiências organizacionais, a partir de uma considerável redução de efetivos. Depois de uma jornada de luta travada com o sindicato, o engenheiro Ohno ficou incumbido da difícil tarefa de aumentar a produtividade, sem, no entanto, por a termo a proposição de fazer novas contratações.

Sendo o resultado dos embates trabalhistas do pós-guerra favorável às diretrizes de Ohno, o sindicalismo pautado no conflito vai perder terreno para um sindicalismo cooperativo, que vai associar-se à empresa em torno das metas de maximização dos lucros. Não se tenha dúvida de que a assimilação/cooptação do movimento operário foi de fundamental importância na composição do novo modelo de gestão.

Nestes termos, Ohno parte de proposições (pelo menos na aparência) opostas ao taylorismo/fordismo na execução dos ganhos de produtividade. Só lembrando, o taylorismo e sua radicalização, na forma de gestão fordista, têm como princípio a fragmentação das atividades e aproveitamento máximo do trabalhador individual em sua tarefa específica.

É a partir da oposição à contratação de efetivos que a Toyota vai arquitetar sua pretensão à formulação de uma orientação distinta da organização da produção. Para isso, toma como base o *just in time* — que caracteriza uma demanda controlada, ou ainda a eliminação dos estoques —, a polivalência operária (multifuncionalidade) e o sindicato por empresa.

À aplicação dos novos métodos, é bom que seja mencionado, precede um período de derrotas operárias e demissão em massa. Por sua vez, com o início da Guerra da Coreia, incrementa-se a necessidade de produzir suprimento de guerra sem que esteja disponível a mão de obra necessária. A idéia, então, foi a de garantir ganhos de produtividade sem utilizar-se dos recursos da produção de massa de caráter fordista, mas, pelo contrário, produzir em pequenas quantidades produtos diferenciados, ou ainda, produzir no justo tempo (*just in time*).

Portanto, com a idéia de *just in time*, inverte-se a lógica por nós conhecida, em que comumente se ajusta a demanda à produção para, a partir daí, tomar-se a demanda como referência e norteadora daquilo que deve ser produzido, com o fim explícito de eliminar os estoques, sejam eles de mercadorias ou trabalhadores. A ocasião (guerras, problemas sindicais etc.) era mais do que propícia para a aplicação de técnicas poupadoras de força de trabalho.

Como âncora do *just in time*, o engenheiro Ohno utiliza-se do sistema de informações, usado nos supermercados americanos, conhecido como Kanban, sistema de informações este que possibilitaria aos agentes situarem-se rapidamente em relação às necessidades do mercado.

O outro elemento integrante do “novo” modelo de gestão é a polivalência dos trabalhadores, que é apresentada como uma nova tendência de oposição à brutalização dos operários ou desqualificação causada pela extrema parcelarização das tarefas. Assim a polivalência ou multifuncionalidade vem sendo apontada como um dos elos fundamentais do modelo japonês de gestão, considerado menos autoritário e mais democrático que o taylorismo/fordismo.

Desta forma, a polivalência apresenta-se como o oposto da segmentação causada pelo taylorismo/fordismo, na medida em que substitui o trabalhador parcial por um grupo coeso de trabalhadores polivalentes. Por seu turno, a polivalência teria ainda como vantagens adicionais a eliminação de hierarquias e o favorecimento de um clima de cooperação dentro da fábrica, principalmente devido ao aumento da responsabilidade dos trabalhadores.

Quase como inevitável, surge a indagação: é certo que a polivalência redundaria em maior qualificação para os trabalhadores envolvidos? Algumas pesquisas parecem apontar para uma situação de adversidade perante a questão. É daí que surge uma certa recusa do termo polivalência e a adoção de outro — multifuncionalidade —, que apresentaria maior compatibilidade com o acúmulo de tarefas empobrecedoras⁴⁵.

A multifuncionalidade parte do princípio que os trabalhadores devem ser capazes de operar várias máquinas ao mesmo tempo, o que vai consubstanciar a fonte do

⁴⁵ Malaguti (1994) cita o autor Monden, que através de pesquisa na Toyota sugere a substituição do termo polivalência por multifuncionalidade, por ser mais realista. Coriat, em “Pensar pelo Averso”, também critica o

aumento de produtividade via intensificação do trabalho. Na esteira da multifuncionalidade também vão aparecer os conceitos de gestão participativa embutidos nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ).

Os CCQ partem do princípio da gestão participativa. Os trabalhadores reúnem-se periodicamente, tendo como intuito interferir no processo produtivo através de sugestões que possam cooperar com o aprimoramento da qualidade e da produtividade. Como sinal de reconhecimento, o capital recompensa com prêmios pecuniários as sugestões que contribuem para engordar seus lucros.

Onde está o antagonismo dos métodos modernos de gestão com o taylorismo/fordismo, conhecidos como modelos autoritários de gestão? Ora, no caso dos CCQ, o capital utiliza-se de uma bem sucedida artimanha para repetir a técnica de apropriação do saber operário empregada pelo taylorismo, seu irmão "inimigo". É bem possível que esta aparência de coexistência entre capital e trabalho, em oposição à secular história de luta de classes, esteja associada às derrotas do movimento operário japonês na década de 50.

Com a diminuição do poder de barganha do movimento operário japonês e a capacidade de persuadir dos métodos onhistas, vamos observar uma tenaz transição do sindicato por indústria pelo sindicato por empresa, em que será abandonada a idéia de conflito e luta de classes e adotada uma concepção de sindicato cooperativo, em que empresa e trabalhadores trilham caminhos semelhantes e o aumento da produtividade é salutar para a vida desta nova coletividade forjada pela ideologia corporativista da gestão japonesa. A vitória de um sindicalismo que tem como valores-chaves a integração com os objetivos da empresa é fundamental para a execução das novas práticas de gestão japonesas: empresa e trabalhadores passam então a compor um corpo integrado na busca de lucros.

Já nos marcos de uma empresa renovada, a Toyota, em 1954, tem como seu grande parceiro o sindicato, que em sua campanha reivindicativa parte do seguinte lema: "Proteger nossa empresa para defender a vida!", traduzindo um novo conceito de sindicato através do qual seus membros passam a desfrutar das vantagens da ascensão

termo polivalência e rejeita a idéia de que, como resultado do novo modelo de organização, esteja havendo uma maior qualificação como pretende os apologistas do MJG.

funcional, em contraste com o ambiente hostil que tinham que enfrentar aqueles representantes do antigo sindicato pautado em uma prática de combatividade.⁴⁶

Para assegurar as metas de incremento de produtividade e a integração dos trabalhadores com os interesses da reprodução de capital, construiu-se um sistema de benefícios e estabilidade do trabalho para um segmento reduzido da força de trabalho, por meio da institucionalização do emprego vitalício e do salário por antiguidade.

Por outro lado, foi a partir de uma forte segmentação no mercado de trabalho que se asseguraram os privilégios dos empregados beneficiados com o emprego vitalício e salário por antiguidade, se é que os podemos considerar como benefícios. A interrogação vem a partir da indagação de se podemos encarar mesmo o trabalhador japonês que está inscrito em uma situação de estabilidade do emprego como um privilegiado, já que o mesmo possui uma das maiores jornadas de trabalho do mundo e os menores salários médios entre os países “desenvolvidos”.

“Mas que salário digno é esse? Dentre os países mais “desenvolvidos”, o Japão é o país que apresenta tanto o menor salário real/hora médio quanto a maior jornada de trabalho semanal.”⁴⁷

Os níveis da segmentação podem ser verificados, começando pelo número reduzido de trabalhadores alcançados pelas condições de estabilidade apontadas acima. Na verdade, apenas cerca de 20% da força de trabalho beneficiam-se das vantagens do salário por antiguidade e do emprego vitalício. Entretanto, a garantia de vantagens deste reduzido segmento de trabalhadores só é possível graças a um forte esquema de subcontratação, em que pequenas e médias empresas, em geral afastadas dos níveis de produtividade requeridos pelas grandes empresas exportadoras, precarizam a maior parcela da força de trabalho japonesa de acordo com diferentes critérios.

As pequenas empresas caracterizam-se pela utilização das formas de trabalho parcial e temporário e por possuírem uma estrutura salarial diferenciada, seja por gênero ou por idade. As mulheres e os jovens são fortemente discriminados em um mercado de trabalho caracterizado pela dualidade.

⁴⁶ CORIAT, B, 1994.

⁴⁷ MALAGUTI, 1996

É daí que podemos extrair a similaridade entre as formas de gestão japonesa e as novas estratégias organizacionais adotadas pelas empresas brasileiras, que passam a externalizar atividades, com o fim de reduzir custos, e associam terceirização às técnicas japonesas de qualidade total e gestão participativa como critério de incremento de produtividade.

3.1.2. Superação ou Novo Taylorismo?

Já faz algum tempo que observamos os ecos constantes sobre um novo modelo de organização do trabalho, o toyotismo, e ainda ouvimos a fé professada nas virtudes deste novo modelo que é elogiado por abandonar as práticas autoritárias na gestão de trabalho por formas mais flexíveis de relações capital/trabalho, consubstanciando-se, dizem, numa gestão democrática no interior da fábrica.

Adotamos, em referência a nossa caracterização anterior do novo modelo de gestão, que ele possui, apenas, uma aparência considerada oposta aos métodos tayloristas — por acreditarmos em uma grande tendência de fetichização das relações sociais que fundamentam as relações entre capital e trabalho. Por isso, procuraremos as similitudes entre o novo modelo de gestão e o taylorismo. Isso, é claro, por meio do debate e sem nenhuma pretensão de encerrá-lo definitivamente.

Partiremos das premissas fundamentais do taylorismo, para, em seguida, confrontá-las com as características das práticas de gestão japonesa.

Em primeiro lugar, o taylorismo encontra sua razão de ser através da existência de um forte controle sobre o coletivo de trabalho, o que se dá por meio da parcelarização da produção em atividades restritas e rotineiras que servem como pêndulo à transferência do conhecimento do coletivo operário para a gerência.

A redução dos efetivos do novo modelo de gestão reduz as funções não operacionais e reduz as longas cadeias hierárquicas tão comuns no taylorismo/fordismo, porém não é verdade que desaparecem as necessidades de controle. Pelo contrário, o forte controle sobre os trabalhadores constitui um dos fundamentos do modelo de gestão toyotista, que assume, nos termos de Ohno, a expressão de “administrar pelos olhos”.

“Durante uma visita a uma instalação Toyota, no seu reduto de Kamsai, eu mesmo pude verificar o refinamento do sistema. Não somente se encontra estes Andon em

cada um dos postos, mais ainda cartazes luminosos, colocados acima de cada seção de linha de produção, se acendem indicando se um dos operadores da linha encontra uma dificuldade qualquer que perturba o desenvolvimento ordinário e programado da produção. Luz alaranjada se trata de ajuda, luz vermelha se é preciso parar a linha. Assim, a todo instante, a chefia dispõe das informações que lhe são necessárias para assegurar-se de que o fluxo da produção se desenrola sem maiores problemas.”⁴⁸

Portanto, longe de prescindir das formas de controle da força de trabalho, o sistema de gestão japonês, através do auxílio da cooptação, diminui as resistências dos trabalhadores integrando-os aos objetivos da empresa e, desta forma, garantindo um autocontrole dos trabalhadores e reduzindo as longas cadeias hierárquicas presentes no modelo de gestão taylorista.

“(...) No entanto, para que esta habilidade diversificada não englobe uma necessidade adicional de controle e vigilância (o que anularia todo o esforço de restrição dos efetivos), Ohno dividiu os trabalhadores da Toyota em pequenos grupos com atribuições múltiplas e idênticas. De uma certa forma, Ohno induz os próprios trabalhadores a se auto-policiarem, posto que a produtividade do trabalho passa ser resultado da performance de coletivos, e não de indivíduos. A formação desses pequenos grupos estimula, ainda, o surgimento de lideranças ou porta-vozes grupais e, portanto, facilita a transmissão de ordens e a coordenação da produção.”⁴⁹

Em relação ao trabalhador polivalente, derivado dos novos métodos japonês de gestão, parece duvidoso que a nova situação evidencie um contraponto ao trabalhador ultra-especialista da produção fordista. Alguns analistas tendem a apontar o processo como de desqualificação do trabalho, como é o caso de Coriat (1994), que vê a via japonesa como um método de racionalização e que, pensando pelo avesso das práticas de racionalização ocidentais, alcança objetivos parecidos.

“Este movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados, para transformá-los em trabalhadores multifuncionais, é de fato um movimento de racionalização do trabalho no sentido clássico do termo. Trata-se aqui, também - como na via taylorista americana -, de atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho.”⁵⁰

⁴⁸ CORIAT, 1994, p.35.

⁴⁹ MALAGUTI, op.cit, p.59.

⁵⁰ CORIAT, op.cit., p.53.

A simples execução de um número maior de atividades não representa nenhuma garantia de que tais trabalhadores têm maiores níveis de qualificação, até porque acreditamos que o conceito de qualificação deve ter como alicerce o domínio em toda sua complexidade de processos operacionais implícitos dentro da fábrica.

É bem possível que a forte automatização torne os trabalhadores, em maior ou menor grau, operadores de máquinas computadorizadas, que se encarregam da execução das tarefas que antes ficavam sob a responsabilidade de determinados trabalhadores especializados. O certo é que a polivalência, ou a multifuncionalidade dos operários, possibilita a intensificação da força de trabalho, ou seja, garante um maior dispêndio de energia dos trabalhadores no mesmo espaço de tempo, redundando em ganhos de produtividade do trabalho. Na linguagem que interessa ao capital, aumento da mais-valia ou maior extração de trabalho não remunerado.

Seguindo os critérios adotados por Braverman (1974), um dos pontos caracterizadores do taylorismo era o monopólio do conhecimento dos trabalhadores reunidos na gerência, o que se dava no protótipo taylorista através da fragmentação do processo de trabalho em tarefas parciais e afastamento da concepção do chão de fábrica. No propalado toyotismo a gestão participativa passa a figurar como integrante profícuo destes pequenos grupos de trabalhadores multifuncionais.

O saber operário, no passado, constituía-se como fator de dependência do capital em relação aos trabalhadores, bem como servia enquanto arma utilizada na resistência dos últimos, que ensaiavam boicotes e paralisações na produção extremamente frutíferas como forma de barganha. Porém, as novas imposições presentes nas gestões participativas resultam em esforço dos trabalhadores para transferir conhecimentos ao processo produtivo que assegurem maior rentabilidade ao capital, o que pode ser entendido a partir dos novos princípios que orientam os sindicatos e devido aos estímulos do sistema, sejam através dos prêmios pecuniários ou das possibilidades de ascensão funcional.

A grande perspicácia do novo modelo de gestão — novo por ter uma nova face, ou velho por perpetuar as formas de controle dos trabalhadores e de racionalização da produção — é a capacidade de amortecer o papel histórico da luta de classes no embate dos trabalhadores contra a exploração capitalista e por melhores condições de vida. Se os trabalhadores aceitam os novos conceitos de sindicalismo cooperativo,

isso traduz-se em uma vitória momentânea do capital e em um prato cheio para os porta-vozes do fim da história.

3.1.3. Horizontalização da Produção e Concentração de Capital

A consolidação do capital monopolista coincidiu com o predomínio da grande empresa seguido pelas diferentes formas de integração da produção. Foram as formas integradas de produção que deram a tônica da concorrência intercapitalista a partir do final do século XIX. Assim, as nações que desafiaram a hegemonia da Inglaterra valeram-se dos grandes conglomerados econômicos, em geral com uma forte presença do Estado. As formas de integração variaram dos trustes, que foram a forma predominante nos EUA, aos cartéis, forma típica de contrato entre as empresas muito utilizada pela Alemanha.

Desta forma, a vitória do modelo americano de desenvolvimento deu-se com intensa concentração de capital, que teve como resultado o domínio de uma quantidade cada vez maior das etapas da produção do produto final. Assim, alguns conglomerados econômicos de setores afins ou diferentes podiam estar presentes desde a aquisição de matérias-primas, passando pelos processos de transformação e tendo participação até mesmo na distribuição final do produto. Esse controle monopolístico da produção caracterizou as formas de integração vertical predominantes ao longo do século XX.

A queda da produtividade na década de 70, acompanhada da tendência de queda dos lucros, vai precipitar uma série de esforços de racionalização. Enfim, novos modelos que não o sistema de produção em massa fordista vão ser pensados enquanto alternativa. Nestes termos, o modelo japonês de gestão aplicado na Toyota na década de 50, que tem como base um sistema de forte subcontratação de atividades, passa a ser credenciado nos vários cantos do mundo como forma modelar de gestão.

A empresa que caracteriza o modelo de gestão japonês prima por seu caráter enxuto, transferindo as atividades auxiliares à produção ou atividades especializadas, como produção de componentes menores na indústria automobilística. O critério chave para os ganhos de produtividade da fábrica nipônica é a redução de efetivos e a conseqüente intensificação dos trabalhadores por meio da multifuncionalidade.

O forte esquema de subcontratação, portanto, surge como contraponto às fortes tendências de verticalização, que foram o resultado das formas de acumulação passadas do mundo capitalista. As novas formas da organização do trabalho evidenciam seu eterno potencial de mutante, de “travesti ambulante”, sempre capaz de criar a diversão de alguns. Para tanto, faz-se útil o mercado de trabalho ser atingido pela dualidade alimentadora de tal sistema de produção.

Assim, as grandes empresas permanecem como responsáveis pela execução das atividades que exigem tecnologia mais complexa e que proporcionam maiores níveis de produtividade, cabendo às pequenas e médias, que operam com menores índices de produtividade, a execução de tarefas auxiliares qualificadas ou não.

E quais as consequências deste procedimento que se generaliza nas economias capitalistas, sejam do Norte ou do Sul? O resultado é a garantia dos lucros monopolistas pelas grandes empresas, com força suficiente para subordinar as empresas menores e de capital limitado frente àquelas inseridas no mercado internacional através de exportação ou multinacionalização.

Garantindo os lucros monopolistas, as grandes empresas possibilitam uma força de trabalho que se beneficia da estabilidade do emprego e de algumas vantagens trabalhistas. Por outro lado, a grande maioria da massa trabalhadora “amarga” as formas precárias do emprego temporário e a convivência inevitável com a instabilidade no emprego.

“Entretanto, parece claro 1) que as sub-contratadas são geralmente de menor porte, com menos recursos e que nas exigências de cumprimento dos prazos, por exemplo, as empresas clientes impõe uma relação de autoridade, qualquer que seja o modelo de sub-contratação analisado; 2) que a colaboração entre clientes e fornecedores se faz dentro de um padrão em que geralmente o diferencial de salários e benefícios é significativo.”⁵¹

Os consultores e administradores de empresas, entretanto, precisam continuar repetindo a ideologia da parceria. Não se deve esquecer que o engodo e a cooptação acompanham fielmente as novas formas de organização; argumentos como “filosofia do ganha-ganha” passam através dos meios de comunicação a legitimar e facilitar o

⁵¹ HIRATA, 1994.

novo quadro de institucionalização das novas formas de acumulação que vêm acompanhadas de grandes perdas para o mundo do trabalho.

A horizontalização da produção tem sido equivocadamente confundida com um processo de descentralização de capital. É com base nos argumentos levantados acima que nos opomos a acreditar nesta tendência. A nova situação não garante uma partilha de lucros entre cliente e terceiras. As grandes empresas estipulam uma fatia pequena de lucros para as pequenas e médias, sem contar que, em situação de instabilidade ou crise, são as empresas subordinadas que estão mais propensas à insolvência ou “quebra”.

Desta forma, concentração e centralização são movimentos presentes na esfera do capital, arrojado capital capaz mesmo de recriar antigas formas de dominação, como a volta da pequena empresa, o trabalho em domicílio, etc.: tudo pela manutenção da lucratividade e da “vida eterna” do capital. Porém, isto não é uma obra arquitetada por agentes selecionados, mas, antes, a perspicácia de alguns agentes em momentos oportunos. Na geral são iniciativas facilitadas pelas situações de crise econômica que interferem na lógica do capital no processo produtivo.

3.1.4. Terceirização: Uma Abordagem da Experiência Brasileira

As empresas brasileiras, contando com forte proteção tarifária e apoio de incentivos estatais, mantiveram-se afastadas do cenário competitivo que se instalou na segunda metade da década de 70. É só a partir da segunda metade da década de 80 que, lentamente as empresas brasileiras começam a absorver as inovações técnicas e organizacionais, ainda que adaptando-as com as formas mais autoritárias do modelo taylorista.

Uma conjunção de fatores que passa pela conjuntura recessiva, redemocratização da vida política ou ainda a revitalização do movimento operário empurra as empresas à almejada “modernidade” na busca de padrões competitivos que garantam uma inserção nos mercados externos.

³² O que mencionamos aqui como horizontalização da produção não é, propriamente dito, um conceito de oposição à noção de verticalização da produção, mas, sobretudo, uma ênfase no papel que as pequenas e médias empresas assumem na dinâmica da produção e na lógica das grandes empresas no modelo mais atual de acumulação.

Porém, a adoção das técnicas de qualidade japonesa desponta com fortes resistências dos empresários, que se mantêm receosos da substituição dos antigos padrões de controle operário pelos modernos métodos que emergiram da reestruturação das empresas japonesas.

“ A resistência do empresariado em adotar o trabalho em equipe, assim como medidas que permitissem uma efetiva participação dos trabalhadores na decisões, foi detectada por várias pesquisas, e o caráter conservador do processo brasileiro veio mais uma vez à tona.”⁵³

A adoção dos novos padrões de competitividade, pelas empresas brasileiras, na década de 90, tem a ver com a abrupta abertura econômica sancionada pelo governo Collor, que demonstrava o seu interesse em reduzir de 35% para 25% as tarifas alfandegárias durante um período de quatro anos, entre 1990 e 1994: afinal as políticas de liberalização indicavam uma postura progressista e moderna, posturas que, com certeza, Collor propunha se afiliar.

Diante de uma conjuntura recessiva e o conseqüente desaquecimento do mercado interno, as empresas precisavam produzir segundo os padrões internacionais de competitividade para garantir inserção dos seus produtos no mercado mundial, bem como disputar com maior eficácia o mercado interno, que refletia uma nova situação de concorrência a partir da participação crescente dos produtos importados.

É a partir deste novo cenário de competitividade que a terceirização vai apresentar-se como estratégia de maximização, que prioritariamente tem estado associada, segundo algumas pesquisas, com o objetivo principal de reduzir custos. Segundo pesquisa realizada pela OPC-Consultoria em 150 empresas, em 1992, 50% delas optavam pela redução de custos como estratégia competitiva.

Se é verdade que as empresas podem festejar o sucesso da nova gestão empresarial e, a partir dos seus consultores e administradores, espalharem esse trunfo, as repercussões para os trabalhadores nos afligem e nos remetem a indagações pontuais.

A pesquisa DIEESE/93 alerta-nos para o primeiro caso de sucesso de terceirização. A Riocell, no Rio Grande do Sul, que possuía 3600 empregados em 1989, reduziu rapidamente seu quadro de pessoal, passando para 1100 funcionários em 1992. Ainda

⁵³ LEITE, 1994.

que os dados da pesquisa supracitada apontem pela absorção de mão-de-obra pelas pequenas e médias empresas terceiras, esses mesmos dados também apontam um grande vazio de emprego como consequência da adoção da terceirização.⁵⁴

A redução dos postos de trabalho, ao que tudo indica, é de caráter estrutural e tem empurrado fatias cada vez maiores de trabalhadores para o desemprego e para formas precárias de emprego, ou ainda para a informalidade. Segundo Mattoso (1996), o emprego industrial formal no Brasil reduziu-se de 24,6% em 1989 para 21,9% em 1994.⁵⁵

As grandes empresas, na mudança para estratégias mais horizontais de produção, adotam em larga escala a terceirização das atividades de apoio e produção, o que representa uma redução significativa com custos salariais e desobrigação de encargos trabalhistas. Já os trabalhadores, ao migrarem para empresas menores, assistem à redução dos seus salários e perdas de benefícios antigos. A pesquisa DIEESE/93 mostra que, em 67,5% dos casos averiguados, os níveis salariais praticados pelas empresas terceiras são inferiores aos das contratantes e que, no caso dos benefícios sociais dos trabalhadores das empresas terceiras, esse percentual atinge os 72,5%.

Desta forma, a terceirização tem sérios reflexos sobre os rendimentos dos trabalhadores, que tendem a diminuir quando os mesmos migram das grandes empresas para outras menores, como também em relação às condições de trabalho, na medida em que as empresas menores gastam menos com segurança e treinamento, o que no geral traduz situações de maior risco para a saúde dos trabalhadores.

É notório que um elemento importante para legitimar a nova situação de flexibilidade no mercado de trabalho é a desestruturação gradativa dos organismos representativos dos trabalhadores, que são atomizados e tomam-se cada vez mais frágeis em suas reivindicações como consequência das estratégias empresariais horizontais. Também neste novo cenário ocupa espaço, cada vez maior, um novo sindicalismo, de tipo cooperativo em contraposição aos sindicatos que utilizam uma linguagem de enfrentamento.

⁵⁴ Competitividade nos marcos da produção do valor é algo inexorável. Afastar-se de padrões mínimos de produtividade significa marginalização dos mercados externos. Produtividade, por sua vez, está relacionada com efetivação da produção em menor tempo de trabalho. Portanto, produtividade é intrínseca ao trabalho e não ao capital, conforme propõe certas visões fetichistas. A luta do capital por aumento de produtividade coincide com a procura de maiores lucros, atingindo deste modo o conjunto dos trabalhadores com a eliminação de postos de trabalho e redução dos salários diretos e indiretos.

3.2. A Terceirização da COPENE

3.2.1. Um Breve Histórico da Implantação do Pólo etroquímico de Camaçari-Ba e da COPENE

A implantação do pólo petroquímico de Camaçari situa-se entre os projetos principais do II PND, que projetou a construção de mais dois pólos industriais petroquímicos, um no Nordeste e um segundo no Sul, possibilitando a expansão da produção de insumos que até então estaria restrita aos limites de produção do pólo de São Paulo. Assim, em 1978, o pólo petroquímico de Camaçari dá a partida. Em seguida (1982), também inicia-se a produção no terceiro pólo, que teve com sede o Estado do Rio Grande do Sul.

A produção de insumos petroquímicos vai ser uma das bases dos projetos “modernizantes” que almejavam o Estado autoritário consolidado em 1964, o qual liderou toda a expansão da petroquímica no Brasil a partir da década de 70.

O pólo petroquímico da Bahia, depois de uma discussão preliminar sobre o comando da COPENE, ficou localizado em Camaçari, região metropolitana de Salvador, passando a funcionar conforme o modelo tripartite, em que o capital estrangeiro aparece como sócio menor e vinculado ao aporte tecnológico, seguido pelo capital privado nacional e sob a liderança do Estado, isso a partir de forte associação na forma de *joint-ventures*

Mais especificamente é a PETROQUISA, empresa estatal e subsidiária da PETROBRÁS, que vai assumir o controle majoritário dos investimentos petroquímicos do II PND, ainda que o volume de recursos despendidos por esta estatal seja muito pequeno para justificar a sua liderança. Segundo a tese de Marcus Alban Suarez (1986) isso tem a ver com um fortalecimento de uma certa tecnoburocracia que garante a hegemonia nos projetos petroquímicos.

“Considerando que 3,4% representam o aporte do capital multinacional em forma de tecnologia e 9,1%, o aporte de capitais privados nacionais, a PETROQUISA acaba participando com apenas 11,7% do investimento total, ou seja 279 milhões de

⁵⁵ MATTOSO, 1996.

dólares. Sem dívida, uma quantia muito baixa, relativamente ao seu alto grau de controle sobre o complexo como todo (.....)⁵⁶

O complexo petroquímico de Camaçari foi favorecido em sua implantação por uma série de incentivos, que, segundo Suarez, representaram uma cifra superior aos recursos próprios que se situavam em 41,1%, frente aos 58,9% de recursos de terceiros — os financiamentos estatais deram-se, prioritariamente, a partir de fundos do BNDE e FINOR.

A empresa chave para a consolidação do complexo petroquímico seria a COPENE, dependente da nafta da PETROBRÁS — que também teve seu preço subsidiado por um longo período — para as suas operações e possibilitadora do pleno funcionamento do complexo através do abastecimento de produtos do carbono, em geral hidrocarbonetos insaturados, principais matérias-primas das diferentes empresas do pólo.

A estrutura básica da COPENE é formada a partir de três centrais: a CEMAP (Central de Matérias-primas); UTIL (Central de Utilidades) e a CEMAN (Central de Manutenção). Em relação à CEMAN, a COPENE optou pela implantação de uma nova empresa especializada em manutenção, capaz de oferecer serviços para a COPENE e com capacidade de expandir seu raio de ação a partir do seu negócio chave.

Em uma breve caracterização da indústria petroquímica poderemos enumerar as seguintes características: 1) indústria intensiva em matéria-prima e capital; 2) indústria de processo contínuo; 3) níveis de salários relativos altos entre as indústrias de transformação. A partir daí, conclui-se que a indústria petroquímica é dependente de longo prazo de maturação.

Entretanto, a partir de 1974, as adversidades da conjuntura não funcionaram como desencorajadora dos investimentos de longo prazo da petroquímica. O choque do petróleo e o colapso das instituições financeiras de *Breton Woods* não evitaram a continuidade dos projetos de implantação dos pólos petroquímicos. Para isso, o governo brasileiro fez uso dos financiamentos de instituições privadas a juros flutuantes, resultando na exacerbação da dívida externa e dos serviços desta).

⁵⁶ SUAREZ, 1985.

Na década de 80, já consolidado o pólo petroquímico de Camaçari e, em 1982, com a largada do pólo do sul, o setor teve que conviver com o difícil período recessivo, e, ao contrário do que se poderia esperar, sobrevive muito bem. Para entender o bom desempenho da indústria petroquímica poderíamos verificar que: primeiro, enquanto indústria marcada por uma estrutura oligopolista, tem condições de impor seus ajustes de preços em um período marcado por altas taxas de inflação (assim como outras empresas oligopolistas, como exemplo da indústria automobilista) e reúne condições para sobreviver ao período de crise sem maiores danos; depois, podemos apontar o Estado como forte protetor do setor através dos subsídios fiscais e incentivos creditícios; e, por último, o setor como um todo desenvolveu uma capacidade exportadora de insumos, inserindo-se em mercados como o da América Latina, África e Índia.

Tendo passado a década de 80 com a efetivação de bons lucros, a década de 90 iniciaria com as modificações, sejam em nível da competitividade internacional ou da adequação ou inserção acrítica da economia brasileira aos padrões de produção mundial. No cenário internacional, antigos importadores transformam-se em exportadores de petroquímicos, como é o caso dos New Industrialized Countries (NICs) e, internamente, as políticas liberalizantes colocadas em prática com o início do governo Collor vão refletir também na posição conquistada pela petroquímica brasileira.

Em relação ao desempenho da petroquímica no início da década de 90, temos que, das 114 empresas no exercício de 1990, 62 declararam um prejuízo líquido. Desta forma, 54% da amostra consultada em 1990 apresentaram resultados negativos, frente aos 18% que tiveram resultados negativos em 1989. Segundo a mesma fonte, somente as centrais conseguiram resultados positivos em 1990.⁵⁷ Já em 1991, nem mesmo as centrais salvaram-se, fechando seus balanços com resultados negativos. O quadro recessivo redundava em expectativas negativas para o setor, que, a partir da previsão de uma superprodução nos anos seguintes, reduz fortemente os investimentos, segundo dados da ABIQUIM, em 1 bilhão de dólares.

Assim, a nova realidade vai empurrar as empresas petroquímicas para um processo de reestruturação que se encontra em curso, sendo que foi finalizado em alguns aspectos,

⁵⁷ ABIQUIM, 1992

como é o caso da terceirização, sobre a qual faremos, a seguir, uma abordagem de sua finalidade e resultados para os envolvidos, no caso específico da COPENE.

3.2.2. A Terceirização das Atividades da COPENE

Já no início da década, a COPENE toma medidas concretas para garantir competitividade em um cenário de acirramento da competição em nível internacional. Realiza uma ampliação que será concretizada com o início da operação da nova planta em 1992 e a continuidade de um processo de externalização de atividades que a empresa deve seguir até as últimas consequências, atendendo a uma lógica de racionalização empresarial que visa, preponderantemente, reduzir custos, seja com capital variável (custos com salários diretos, salários indiretos e treinamento) ou na liberalização de capital mobilizado em capital fixo (máquinas e instalações), atendendo a um princípio de horizontalização da produção e especialização das funções.

É verdade que a subcontratação de atividades na COPENE não é uma prática nova. Desde sua implantação, a empresa optou pela transferência para terceiros de certas atividades de apoio e manutenção; entretanto, a década de noventa é marcada por uma reestruturação produtiva em que a organização da produção e do trabalho assumem um papel relevante nas estratégias da gerência.

O que pretendemos inquirir aqui é o papel da terceirização enquanto uma forma de racionalização da produção, a partir do entendimento de que o supracitado modelo de gestão passa a fazer parte do quadro de medidas para incrementar a produtividade da empresa e capacitá-la a enfrentar os padrões competitivos internacionais.

A gerência parece assumir com afinco a necessidade e o caráter profícuo das modernas técnicas de gestão, em geral adaptações dos padrões de organização que ganharam corpo no Japão do pós-guerra. Entendo-as enquanto requisitos importantes de um acentuado processo de redução de custos.

Desta forma, a gerência entende os novos modelos como uma nova filosofia incorporada pela empresa para adequar-se ao novo cenário produtivo, já que a empresa está inserida em um segmento de elevada competitividade cujos produtos realizam-se através de mercados de *commodities*. A empresa propõe-se a produzir de

acordo com os padrões de qualidade de suas concorrentes, inclusive quando se refere aos custos de produção.

O novo cenário marcado pela intensificação da concorrência e perda significativa da proteção que logrou a empresa na década de 80 acentuam a agressividade no que diz respeito às iniciativas de redução de custos a partir da aplicação dos modernos procedimentos gerenciais. Figuram, entre os fatores que fomentaram esforços na direção de novos incrementos da produtividade, a abertura econômica — a qual teve início no governo Collor —, e a perda de subsídios importantes, como é o caso do preço da matéria-prima, que é três vezes mais cara hoje, isso em decorrência da eliminação dos subsídios oferecidos pela PETROBRÁS.

As nossas investigações têm observado o peso importante que representa a redução de custos com o fator trabalho, principalmente através da difusão da terceirização das atividades-meio que é retomada na década de 90, só que agora enquanto figurante de uma estratégia de racionalização empresarial.

A terceirização, que já era presente em algumas atividades de apoio na década passada, difunde-se para todo o setor de serviços gerais e estende-se para setores mais especializados e imbricados com a produção, enquanto a produção de etileno e os processos complexos que estão em interseção com a produção de petroquímicos básicos mantêm-se sobre controle da empresa sob o signo de sua essencialidade, e, por isto, intransferíveis.

A terceirização é hoje, na COPENE, um processo finalizado, tendo para isso terceirizado mais recentemente a segurança patrimonial (vigilância), transporte individual, a medicina ocupacional, informática, alguns serviços do laboratório, projetos e a gestão da manutenção. Para termos uma idéia da radicalização da externalização das atividades na década de 90, é importante nos atermos à magnitude da redução do quadro pessoal da empresa, que, em 1990, situava-se em torno de 2000 funcionários, e que com as reformas organizacionais, do período recente, cai abaixo de 1000 funcionários.

É óbvio que não teria sentido e acabaria tornando-se maçante a completa descrição das características da terceirização dos setores específicos citados. Portanto, destacaremos apenas as particularidades que consideramos essenciais para uma

satisfatória compreensão da terceirização das atividades na COPENE, sempre primando para o destaque daqueles aspectos que consideramos fundamentais para a apreensão do processo e dos contornos envolvidos.

Para dar conta da subcontratação de diferentes atividades, existem, para as tarefas de apoio, cerca de 18 contratos, e, levando em consideração o caráter em geral precário das empresas subcontratadas, fica assim evidenciado uma forte subordinação na execução dos contratos. No caso dos serviços de apoio, uma gama variada de serviços são prestados por terceiros, passando pelos serviços de transporte, limpeza, alimentação, manutenção dos mais variados equipamentos elétricos, vigilância ou segurança patrimonial, entre outros. A empresa é inundada pela heterogeneidade em um mesmo espaço de trabalho, na correta caracterização de um dos diretores do sindicato: "o que está acontecendo é apenas troca de crachá". A terceirização permite a manutenção de uma infinidade de trabalhadores *dentro das instalações da COPENE, desde que estes sejam contemplados, porém, com os benefícios dos acordos coletivos da categoria dos petroquímicos.*

Temos frisado o aspecto jurídico que baliza a transferência de atividades, pois amiúde contratantes e administradores de empresas não se cansam de assinalar o caráter de racionalização que reveste a nova estratégia de racionalização empresarial.

*" Os parceiros internos precisam necessariamente entender como funciona a atividade e o negócio do prestador de serviços ou do fornecedor de componentes com o qual vão interagir."*⁵⁸

A experiência dos tempos apontado uma relação muito diferente daquela que tenta vender toda espécie de propaganda e defensor da terceirização. Os níveis de subordinação variam de acordo com a estrutura administrativa da empresa prestadora de serviços; as empresas com estruturas mais simples e que se ocupam de atividades que exigem pouca qualificação estariam, ao que tudo indica, propensas a maior interferência em seus processos de gestão. Algumas empresas nem mesmo delegam poder a uma gerência, apenas fornecem empregados próprios à empresa cliente.

No estabelecimento do contrato ficam patenteadas as exigências de produtividade e qualidade da empresa cliente, gerando assim um ambiente de pressão e instabilidade aos empregados subcontratados. A COPENE, por vezes, não se contentando com a

autoridade que o contrato lhe confere, também interfere nos processos de seleção das empresas terceiras.

As empresas, portanto, além de subordinadas pelos termos do contrato, têm pouco poder de barganha para alterar os lucros cedidos pela empresa cliente, que inexoravelmente ampliam seus lucros monopolistas em virtude de um forte processo de concentração que vem ocorrendo.

Desta forma, o que aconteceu no setor de serviços gerais foi apenas a finalização de um processo que já era comum desde a década passada. Ainda assim, a radicalização operada na década de 90 é responsável pela eliminação de cerca de 90 postos de trabalho. O setor, que em 1990 tinha 113 funcionários na COPENE, encerrou o ano de 1996 com apenas 22 empregados.

Os gerentes da COPENE parecem estar em harmonia com o jargão tão repetido pelos consultores e administradores em geral, e por isso chamam a atenção sobre os riscos nos quais incorrem as empresas que se concentram, preocupando-se apenas em reduzir custos. No geral, apontam, com raras exceções, a terceirização como uma decisão correta que, por sua vez, deve vir desatrelada da finalidade imediata de reduzir custos. Como peças definidoras na contratação das terceiras, apontam como pré-requisito a melhoria dos serviços prestados juntamente com o critério da especialização da empresa subcontratada.

Analisando as empresas envolvidas nos contratos de prestação de serviços para a COPENE, podemos duvidar da legitimidade do argumento de que a transferência de atividades tem como contrapartida a melhoria dos serviços. No entanto, convém estarmos atentos para as diferenças quanto à especialização das empresas subcontratadas. No caso do setor de informática, as atividades foram transferidas para uma empresa especializada, resultando em incorporação de tecnologias e conhecimentos para os funcionários que permaneceram trabalhando no setor dentro da empresa, já que a externalização dos serviços veio acompanhada de forte redução de pessoal no setor.

Dentro de uma percepção de ampliar os ganhos de produtividade, a gerência entende, como promissora para a empresa, a terceirização do setor de informática, que tinha,

⁵⁸ LEIRA, 1993.

antes do processo de terceirização, 50 funcionários próprios, uma gerência com três divisões e um total de 80 pessoas envolvidas na área (quando somadas com os empregados terceiros).

O setor de informática, que existia na empresa desde 1980, foi terceirizado em 1992, sendo que a manutenção de computadores, telecomunicações e área de rádios já eram atividades que pertenciam a terceiros. A terceirização deste setor não compreende a automação dos processos, mas apenas a área que controla a gestão da empresa, e que, para tanto, a COPENE contratou os serviços de uma empresa de grande porte, a Origin, controlada pelo capital holandês da Phillips e com boa inserção no mercado nacional.

Ainda que os gerentes entrevistados tentem assinalar que os objetivos de redução de custos vêm acompanhados de outros critérios para a adoção da terceirização, as conquistas neste caso são utilizadas para exemplificar o sucesso da estratégia. A partir de uma redução em 50% nos custos do setor de informática, este pôde ser retratado como um caso de terceirização bem sucedida.

O setor de informática abriga trabalhadores com alto nível de especialização, englobando analistas de sistemas, operadores de rede, entre outros. Preliminarmente, foi acordado entre as partes a absorção dos trabalhadores do setor. Entretanto, com a consolidação do contrato, uma parcela da força de trabalho do setor acabou sendo dispensada, resultando em forte intensificação do trabalho.

Em se tratando das características da empresa contratada para o setor de informática, as perdas de benefícios para os trabalhadores são bem menores do que se costuma observar, embora os antigos funcionários da COPENE tenham perdido alguns poucos benefícios como a participação nos lucros (PL). Mesmo assim, o acordo tentou resguardar um conjunto de benefícios, como assistência médica, assistência odontológica e sustentou os níveis salariais praticados anteriormente.

É bom estarmos atentos para este caso em que temos como empresa subcontratada uma empresa de dimensões grandes e com boa inserção no mercado. É preciso que fique claro que o exemplo da informática, está longe de ser a regra. Em um outro exemplo de terceirização na COPENE, envolvendo uma atividade fundamental para o normal funcionamento da empresa, falamos da medicina ocupacional que também foi

terceirizada em 1992. Neste caso, escolheu-se uma empresa que tem como atividade-fim a medicina assistencial em vez da medicina ocupacional.

A medicina ocupacional em uma empresa petroquímica que manipula produtos tóxicos que envolvem riscos para a saúde dos trabalhadores presentes nas áreas de processos, possui real importância para a empresa. Segundo as palavras do único médico integrante da gerência "... a medicina ocupacional é uma atividade estratégica para a empresa, embora não seja atividade-fim, pode impactar na própria sobrevivência da empresa."

Em nossa entrevista com o médico citado anteriormente, pudemos extrair do seu depoimento que o quadro de médicos anterior era tecnicamente superior, e que, por sua vez, possuíam remunerações e benefícios trabalhistas maiores do que o atual quadro.

Em uma avaliação do mesmo profissional, a terceirização do serviço médico foi um fracasso em virtude de ter prevalecido não o que deveria ser o princípio básico das decisões de terceirizar, ou seja, a escolha de uma empresa de acordo com o mérito desta no negócio transferido, mas sim o fator redução de custos. O fato de não ter sido levado em consideração o caráter estratégico do setor de medicina ocupacional, e não ter sido operada uma melhor análise de custos pela empresa, redundou, segundo as informações disponíveis, numa terceirização envolvendo fortes riscos.

Se em um setor com a essencialidade da medicina, em se tratando de uma empresa atuante no setor de transformação química, pode-se observar certa negligência quanto à especialidade da empresa contratada, o que pode ser deduzido das empresas geralmente de dimensões médias e pequenas ou daquelas que se responsabilizam pela prestação de serviços que exigem pouca qualificação? As denúncias quanto à menor atenção concedida por estas ao fator treinamento e segurança, a partir da constatação de uma maior ausência de equipamentos de segurança no local de trabalho, nos remete a questionar se a terceirização necessariamente tem representado melhoria dos serviços desvinculados da atividade-fim da empresa.

Quanto ao setor de manutenção, como já mencionamos anteriormente, este foi transferido desde o processo de implantação da COPENE para a CEMAN, que, por sua vez, foi criada pela primeira com a finalidade de assegurar uma empresa

especialista em manutenção com capacidade de expansão em seu negócio fim, exatamente o que aconteceu⁵⁹.

Desde o princípio, a CEMAN é a responsável pela execução da manutenção, restando como encargo da COPENE o gerenciamento, que, para isso, exige dentro do quadro da empresa um corpo técnico de especialistas em manutenção industrial.⁶⁰

Neste caso, não se deu uma terceirização dos serviços de execução da manutenção, pois as mesmas já eram serviços sobre a responsabilidade da CEMAN. O que aconteceu em 1990 foi a transferência do gerenciamento para a CEMAN, cabendo a um diminuto corpo de engenheiros da COPENE aferir os resultados dos serviços prestados.

Sendo a CEMAN uma empresa especializada em manutenção industrial, ela ocasionalmente contrata empresas para as áreas de suporte, podendo-se observar uma cadeia de firmas subcontratadas no setor. Por exemplo, durante as paradas de plantas de processo necessita-se de serviços de suporte, como construção de andaimes para possibilitar a operação de manutenção dos equipamentos e, não sendo atividade-fim da CEMAN, esta subcontrata uma empresa da área de construção civil, etc.

As paradas gerais, ou seja, aquelas em que há paralisação de todos os processos tendo como objetivo possibilitar a manutenção das máquinas e equipamentos, são períodos de forte intensificação do trabalho, refletido na carga de serviços da empresa como um todo. Essas grandes paradas têm um caráter sazonal, tornando-se comum, nestes períodos, a utilização dos contratos por tempos determinados: trabalho parcial e trabalho temporário. Em uma destas paradas programadas para fevereiro de 1997, o engenheiro responsável previu a necessidade da contratação de 2500 homens por um período de um mês, o que significaria um período de jornadas longas de trabalho com forte intensificação do trabalho.

⁵⁹ A CEMAN é uma grande empresa consolidada no setor de manutenção industrial, atuando em diversos setores (bebidas, siderurgia, metalurgia, química, petroquímica, petróleo) e com escritório no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e bases operacionais em vários lugares do país, entre eles, Recife, Rio Grande do Sul e no Jari. Recentemente (1999) a CEMAN foi vendida, e, portanto, a COPENE perdeu o controle da mesma.

⁶⁰ Mas uma série de outras empresas do pólo terceirizaram a execução da manutenção, o que deve, com certeza, ter ampliado o filão da CEMAN.

No caso da petroquímica COPENE, o Estado perdeu a sua hegemonia, aparecendo com uma pequena participação na sociedade anônima (15%), que passa a ter controle majoritário da ODEBRECHT, capital privado nacional com forte diversificação de investimentos. O empenho da COPENE em acompanhar os novos padrões de produtividade a partir dos programas de Reestruturação tem como resultado a ampliação de 1992 e a previsão da entrada em operação de uma nova planta de aromáticos. Portanto, que desconcentração é essa? Será que o controle dos poderosos grupos da petroquímica ou da indústria automobilística está cedendo espaço para novas inserções nestes setores? É lógico que vem se dando uma afirmação destas grandes empresas e, por outro lado, as singularidades da forma atual de acumulação permitem uma inserção precária de algumas pequenas empresas que amargam pela sua sobrevivência em um mercado caracterizado pela instabilidade, ou contentam-se com a subordinação aos critérios do grande capital, o que só é possível através da precarização das condições de trabalho.

Um trabalhador especializado do setor de informática da COPENE, durante uma de nossas entrevistas, expressou que, embora venha ocorrendo um aumento de responsabilidade e exigência com a nova situação, a partir do momento em que agora o exercício de sua atividade dá-se sobre o controle de uma empresa que tem como atividade-fim a informática (o que entendemos como intensificação do trabalho), pensa que as modificações operadas se dão com a eliminação da segmentação tão conhecida dos métodos tayloristas. É certo que, na nova situação que conta com uma forte redução de pessoal no setor, é exigido deste profissional maior nível de especialização e domínio de vasto de conhecimentos na área. No caso, são abolidos os fortes níveis hierárquicos e segmentações de tarefas: digitadores, operadores, analistas de sistema. De agora em diante a empresa cliente passa a exigir uma maior qualidade dos serviços executados por um corpo menor de técnicos, porém com diversificação maior de conhecimentos. Assim, exige-se dos trabalhadores, que continuam no setor, maior domínio no campo da informática. Os trabalhadores ali presentes não só têm algum domínio de análise de sistemas, mas de redes e de outras funções desta área de conhecimento, sem que seja abolida totalmente a necessidade da manutenção de determinadas especializações, porém, valorizando-se em maior grau o trabalho em equipe. Essa maior diversificação apontada pelo operário em questão não estaria associada à “desespecialização”, a qual se referia Coriat?

As nossas visitas à empresa não ratificam a idéia de que o princípio taylorista ficou obsoleto. A separação entre concepção e execução afirma-se. Decerto que em paralelo com a difusão de formas complementares de gestão que se utilizam da persuasão e cooptação dos operários na integração das metas da empresa de aumento da produtividade.

As edificações da empresa são divididas em uma área industrial de processamento e prédios destinados para a ocupação da gerência, com salas com padrões de organização recomendados pelos programas de qualidade total, ficando evidenciado o abismo entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A incorporação das sugestões dos operários passa a ser vista como uma forma possível de incrementar a produtividade. Para isso, a fábrica utiliza-se de um sistema de prêmios e incentivos que procura escamotear o monopólio de conhecimento concentrado na gerência. As formas complementares de gestão têm, na verdade, enfatizado um dos princípios tayloristas: o princípio da transferência do saber operário para a gerência, sem contar que tais incentivos e prêmios, dados em períodos marcados por forte defasagem salarial e com poucas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, concorrem para o aumento da competição entre os trabalhadores.

Um dos programas de qualidade, de orientação japonesa, que a COPENE vem desenvolvendo é o Total Productive Maintenance (TPM)⁶¹, que tem como premissa a identificação do operário com o equipamento que manipula. É assim que o engenheiro justifica a prática da gestão citada: “ *O trabalhador precisa tomar aquela máquina como dele, mantê-la limpa, tomar as precauções para extrair desta o seu maior rendimento*”. Mais uma vez observa-se uma adequação com os princípios da pretensa organização “científica” do trabalho: maior racionalização do trabalho, maior extração de excedentes e mais lucros para o capital.

Se em alguns momentos passa-se a valorizar uma maior diversificação do saber-fazer operário com a exigência do domínio do controle de um número maior de máquinas de sua planta — ou o trabalho em grupo, em detrimento das tarefas fragmentadas —,

⁶¹ TPM — Manutenção Produtiva Total. Uma pré-auditoria japonesa, realizado no final de 1998, poderá credenciar a COPENE como a primeira indústria petroquímica fora do Japão a receber o prêmio TPM.

ficam muito bem delimitados, por sua vez, os patamares de intervenção possível dos trabalhadores. Em que, é claro, as metas da empresa não estão em questão.

A gerência parece disposta a evidenciar que a resistência ao processo é uma ação unilateral dos sindicatos, mas, através da afirmação do caráter inexorável de tais tendências, acabam deixando passar a idéia de que não tinha outra alternativa para os trabalhadores a não ser a de aceitar as novas imposições, já que a manutenção de um emprego parecia ser mais importante — mesmo que este emprego não assegure as conquistas duramente alcançadas. Mas, caso fosse oferecida a chance de escolha, os trabalhadores não titubeariam, e optariam a favor da permanência na empresa capaz de oferecer maiores benefícios e estabilidade.

Para analisarmos as resistências que despontam da terceirização, cabe fazermos um balanço dos efeitos e repercussões da terceirização para aqueles envolvidos, em particular para os trabalhadores, maiores prejudicados sem sombra de dúvida, para em seguida avaliar os métodos de resistência apontados, a capacidade de aglutinação dos diversos terceirizados envolvidos e o êxito ou fracasso que se pode vislumbrar das resistências provenientes desta nova realidade para o mundo do trabalho, cujos símbolos são a insegurança e a instabilidade.

3.3. Terceirização: Precarização e Instabilidade Para o Mundo do Trabalho

Convém analisar que a deterioração dos padrões de vida dos trabalhadores é um processo progressivo. Em primeiro lugar, devemos nos remontar ao modelo de desenvolvimento baseado em forte dependência de capitais externos e com os maiores níveis de concentração de renda do mundo. Portanto, um modelo que mostra-se incapaz de incorporar uma maior fatia da população economicamente ativa e capaz de beneficiar suficientemente, de um exército de trabalhadores de baixa qualificação que funciona como razão para aviltar os padrões salariais e as condições gerais de trabalho.

O desenvolvimento industrial brasileiro, ainda que passe a absorver os progressos técnicos do centro capitalista (é certo que isso se dá com algum atraso), continua fazendo tudo das formas extensivas de exploração, seja através da perpetuação de longas jornadas de trabalho — possibilitadas pelo abuso do recurso das horas

extraordinárias — , ou a partir do rebaixamento sistemático dos salários, o que foi facilitado pela forte repressão durante mais de vinte anos de controle político de ditaduras militares.

A década de 80, recessiva durante a maior parte do seu curso, refletiu em uma maior exclusão e empobrecimento da população trabalhadora a partir da acentuação das características do modelo de desenvolvimento e, com a manutenção, ou melhor, alargamento das diferenças sociais, aguçaram-se os ânimos dos trabalhadores, que se viram impulsionados a reagir com uma forte oposição às imposições conservadoras a partir da retomada do movimento popular e, em particular, do movimento sindical.

É certo que 85 e 86 seriam anos de reaquecimento da economia, influenciando para que os índices de desemprego não se acentuassem, mas o peso do emprego na indústria de transformação não foi relevante. Os novos empregos foram contemplados, no geral, pelo setor terciário (principalmente serviços e comércio), que não é capaz de oferecer a correspondência em benefícios e estabilidade proporcionados pelos empregos regulares da indústria de transformação. Desta forma, podemos constatar uma deterioração do emprego no que tange à renda e condições de trabalho o que, segundo Dedeca (1996), não foi pior graças a alguns efeitos compensatórios.

*“ Essa deterioração só não foi pior devido à presença de fenômenos compensatórios. Um deles foi o crescimento bastante lento da população urbana, principalmente nas grandes cidades, o que representou um arrefecimento das necessidades de incorporação de maiores contingente de mão-de-obra nos grandes centros urbanos. Um outro foi o forte aumento do emprego no setor público, principalmente em atividades sociais. E por último, a não ocorrência de uma regressão ou de uma ampla reestruturação do aparelho produtivo, na década de 80(...)”*⁶²

No entanto, a década de 90 vem acompanhada de uma reversão daquela antiga tendência de forte proteção da indústria interna, isso a partir da forte redução dos controles tarifários e não tarifários durante o governo Collor, tornando inexorável um forte movimento de reestruturação produtiva por meio da adoção de inovações técnicas e organizacionais da indústria doméstica, em que a terceirização das atividades ou subcontratação das atividades-meio apresenta-se enquanto um poderoso

⁶² DEDECA, BALTAR & HENRIQUE, 1996.

método de incremento da produtividade, produzindo, por sua vez, os efeitos destrutivos sobre a força de trabalho ocupada e sobre o mercado de trabalho.

Os impactos da reestruturação produtiva da década de 90 têm sido relevados por todos aqueles que se inquietam com as posturas acríicas da direção do Estado e dos intelectuais afinados com ideário neoliberal. Não faltam dados e estatísticas oficiais que apontem para a deterioração das condições de vida em todo o país, com os indicadores de emprego mostrando alguns reflexos que parecem coadunar com a nossa tese das maiores precarização das condições de trabalho e instabilidade frente à nova situação. Para isso, nos concentraremos na evolução dos indicadores econômicos relativos ao emprego na década de 90 ou ainda relativamente aos da década de 80: desemprego, ocupação por posição, ocupação por atividade e perfil de ocupação por gênero.

Optamos por analisar as estatísticas da região metropolitana de Salvador, já que nos interessam particularmente os impactos provenientes da reestruturação nesta região, em que, com certeza, a terceirização situa-se como um dos elementos que agravam a precariedade em que está submersa a grande maioria da população (alertamos para o significado do incremento do desemprego aberto, do aumento da informalidade e da maior participação da mulher nos novos postos de trabalho).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a década de 80 termina apontando uma redução do número de inativos, que passa de 48,1% para 45,1%, tendo por outro lado constatado o aumento da População Economicamente ativa (PEA), que passa de 51,9% para 54,9%. O incremento de pessoas ocupadas, ao que tudo indica, não sinalizava uma melhoria na inserção no mercado de trabalho. Partimos de tal afirmação pela observação de algumas características das novas formas de inserção que passamos a descrever por hora.

A década de 80 foi marcada pelo aumento da participação das mulheres, que, em 1981, era de 29,9%, elevando sua participação em 1989 para 36,6%, o que parece um bom indicador de que os novos postos de trabalho preponderantemente foram criados pelo segmento de serviços que se caracterizam pelo pagamento de salários baixos. Somada ao aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, é importante a

redução do número de trabalhadores com registro em carteira que, durante o período apontado, variou de 56,4%, em 1981, para 51,4%, em 1989.

Desta forma, a RMS (Região Metropolitana de Salvador) figura, como veremos, entre as regiões em que se observa uma maior variação positiva da informalidade e formas de ocupação precária, fator que garante a atenuação, em grande parte, dos níveis de desemprego. No final da década os números de trabalhadores sem registro pularam a cifra de 23,8% frente à cifra de 20,7%, em 1981.

A tendência do aumento do desemprego na RMS parece persistir na década de 90. Entre as principais regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, a região de Salvador indica a manutenção de altas taxas de desemprego. Comparando com outras importantes regiões metropolitanas, podemos observar, na tabela abaixo, como Salvador sustenta índices maiores de desemprego.

Tabela 5

Taxas de Desemprego, em algumas Capitais Brasileiras, 1983-1995

Anos	São Paulo	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador
1983	9,3	10,1	8,4	7,2
1984	8,1	8,4	7,0	7,6
1992	10,4	9,6	7,1	11,8
1993	9,5	8,3	6,5	15,1
1995	8,4	7,0	7,5	9,6

Fonte: PNAD

A acentuação da terceirização, como estratégia competitiva, reflete diretamente no mercado e condições de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores, já que um digno padrão de vida para os trabalhadores depende dos níveis de renda da classe trabalhadora, da segurança na execução das atividades e de uma certa estabilidade quanto à permanência na ocupação.

O primeiro efeito da terceirização das atividades é a redução de um grande número de postos de trabalho, colocando uma parcela dos trabalhadores na situação de desemprego aberto em virtude da impossibilidade de uma nova inserção no mercado de trabalho. Ainda que a subcontratação promova um deslocamento de uma parcela da força de trabalho, os novos postos não conseguem absorver o conjunto dos trabalhadores liberados pelas grandes empresas, que adotam em larga escala a subcontratação das atividades-meio. Sendo as empresas terceiras, em geral, de menor porte e, portanto, intensificadoras do trabalho, elas aproveitam-se, em larga escala, da falta de representação que cerca o seu quadro de trabalhadores, colocando em prática o recurso de jornadas de trabalho mais extensas. Por outro lado, a presença das tecnologias poupadoras de mão-de-obra desenham um novo quadro em que as possibilidades de novos empregos escasseiam, ilustrando assim o tão temido desemprego estrutural.

A reestruturação produtiva no segmento químico/petroquímico, situado em Camaçari, é a principal responsável pela grande destruição de postos de trabalho na região metropolitana de Salvador, pois, mesmo que o total de postos eliminados não coincida com a destruição de ocupações da indústria de transformação, este segmento de trabalho tem uma forte capacidade de atração de empregos no comércio e nos serviços em geral. Segundo pesquisa realizada por Druck (1994) cobrindo o período de 1988/93, houve redução de 30% do número de empregados nas indústrias do complexo químico/petroquímico.

“As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923, revelam a drástica redução do número de postos de trabalho ocorrida na região metropolitana de Salvador: no período de jan/1990 a junho/1993, houve a destruição de aproximadamente 25 mil postos de trabalho, sendo 15 mil destes na indústria de transformação.”⁶³

A tendência do declínio dos empregos na indústria de transformação é reveladora da depreciação das condições de vida dos trabalhadores, que, na impossibilidade de escapar do desemprego, passam a ampliar o contingente dos trabalhadores terciários e das demais variantes de empregos informais.

⁶³ DRUCK, 1994

É bem possível que as novas formas de gestão tenham tido um maior peso do que as tecnologias modernas na eliminação dos postos de trabalho. A afirmação parte da percepção da própria incógnita que traz o generalizante setor de serviços. Acontece que uma parte das tarefas que figuram como serviços são atividades executadas no espaço industrial e por vezes agregadoras de valor aos produtos finais. Portanto, não existindo uma precisa separação do setor de serviços — seja em serviços pessoais, sociais ou industriais —, somos levados a questionar a operacionalidade do setor de serviços. Entretanto, o aumento da participação dos serviços, independente de praticados dentro das grandes empresas, para o público ou indivíduos, tem influenciado na deterioração dos padrões de vida de boa parte da população, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6

População Ocupada Por Setor De Atividade

Região Metropolitana de Salvador -1990 a 1995

Setor de atividade	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ind. Transformação	12,35	11,45	10,55	10,10	9,41	9,18
Const. Civil	9,33	9,14	9,08	8,58	8,922	8,68
Total indústria	21,67	20,59	19,63	18,68	18,33	17,86
Comércio	15,2	15,13	15,48	15,78	15,94	15,75
Serviços	52,78	53,83	54,03	54,67	54,97	56,11
Outras Atividades	10,32	10,42	10,83	10,85	10,74	10,27
Total Terciário	78,30	79,39	80,35	81,30	81,65	82,12

Fonte: PME/ IBGE

A preponderância do emprego no setor de serviços, em detrimento da indústria de transformação, torna-se um dado mais ilustrativo da depreciação da qualidade de vida na região metropolitana de Salvador, se nos depararmos com o que tem acontecido com os níveis de salários praticados. Através dos dados da PNAD, observa-se o incremento significativo das ocupações até 1 salário mínimo, deixando Salvador entre aquelas regiões onde cresce mais rapidamente a informalidade, com a diminuição

relevante dos empregos com carteira assinada. Assim, em 1992, 51,0% dos trabalhadores ganhavam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, passando, em 1995, para 57,4%, e 94,9% auferiam até 1 salário mínimo em 1992, aumentando, em 1995, para 98,6% o número de trabalhadores que se situam nesta faixa.

A horizontalização da produção que vem ocorrendo é favorável à ampliação do *turn-over*: passa a prevalecer uma nova situação em que fica patente a ausência das garantias que asseguram o mercado formal, o desrespeito à legislação trabalhista e a insegurança quanto à manutenção do emprego. Desta forma, os trabalhadores passam a temer a instabilidade que os cerca, tendo como agravante o sentimento de impotência que estes têm experimentado a partir da ausência de uma representação eficaz dos seus sindicatos, que são atomizados e fragilizados pelo movimento em curso.

O aumento do número de trabalhadores sem carteira e de trabalhadores por conta própria figura entre alguns dos efeitos da reestruturação produtiva, ou, melhor dizendo, destrutiva em virtude dos seus efeitos perversos. É pouco provável que, mesmo desencadeando-se um novo período duradouro de crescimento, haja um aumento considerável dos empregos regulares consolidados nas décadas de 50 e 60.

Tabela 7

População Ocupada por Posição na Ocupação

Região Metropolitana de Salvador - 1990 a 1995

Tipo de Ocupação	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Empregados c/ carteira	53,18	51,03	50,3	49,19	45,28	44,26
Empregados s/ Carteira	19,75	21,12	21,59	21,76	23,64	25,08
Total Empregados	72,92	72,15	71,90	70,95	68,93	69,34
Conta-Própria	22,61	23,99	23,97	25,29	27,59	27,05
Empregadores	3,63	3,16	3,42	3,00	2,58	2,67

Fonte: PME/ IBGE

Na nossa investigação empírica, as empresas terceiras, as “gatas” na terminologia adotada pelos operários, driblam com facilidade a legislação trabalhista, isentando-se,

em geral, do pagamento dos benefícios trabalhistas, ou, pelo menos, pagando benefícios bem menores aos praticados pela empresa-mãe.

Aplicamos questionários em uma amostra de trabalhadores terceirizados da COPENE e o resultado nos deixou perplexos com as queixas diversas. Pretendemos relatar aqui a diversidade das denúncias dos operários, deixando claro que, com a nossa indignação e denúncia, deve ser entendido que somos solidários aos trabalhadores em sua luta por melhores condições de trabalho e por uma melhoria da qualidade de vida, que compreendemos serem dependentes de uma mais justa repartição do fruto do trabalho.

A nova situação marcada por uma maior precariedade das condições de trabalho é sentida pelos trabalhadores que enumeram uma série de denúncias, que passam pelo aumento do desemprego, maior intensificação do trabalho, aumento das jornadas de trabalho, falta de aparelhos de segurança e falta de representatividade.

Um fato que nos parece ser unânime entre os trabalhadores das empresas terceiras é a denúncia do menor número de aparelhos de segurança oferecidos pelas empresas nos locais de trabalho, e, tratando-se de uma atividade de alta periculosidade, onde os trabalhadores são expostos ao atordoante barulho das máquinas nas plantas de processo e à manipulação de produtos químicos com perigo de exposição por inalação ou contato. Isto tem representado o aumento dos riscos no trabalho e refletido na maior gravidade dos acidentes de trabalho quando envolvendo trabalhadores terceirizados.

O balanço dos acidentes de trabalho, do final da década de 80 até 1996, aponta para o aumento da gravidade dos acidentes no local de trabalho, indicando uma forte incidência de trabalhadores terceirizados entre os acidentes com morte. De 12 acidentes notificados no ano de 1988, 5 resultaram em morte; e não deve ser por acaso que os trabalhadores envolvidos no acidente pertenciam a empresas terceiras. Em 1990, ocorreram mais três mortes em acidente de trabalho envolvendo trabalhadores subcontratados; em 1991, a morte de um trabalhador; 1992, 11 casos de acidentes, um com a morte de trabalhador da CEMAN; em 1993, um trabalhador é liberado depois de acidente pela empresa terceira da COPENE, a Fundação José

Silveira e, ao chegar em casa, vai direto para UTI; houve mais três casos de acidentes com mortes, em 1995, e dois, em 1996.⁶⁴

Entretanto, as possibilidades de avaliar com precisão os efeitos da reestruturação e da terceirização, em particular, sobre o aumento dos riscos e maior incidência dos acidentes de trabalho, estão prejudicadas: primeiro pela própria instabilidade que cerca os trabalhadores, que ficam intimidados de procurar os médicos independentes dos patrões, depois por várias artimanhas das empresas que burlam diagnósticos e não liberam a “Notificação de Acidente de Trabalho” (CAT).

De acordo com os dados dos boletins do Sindiquímica, no período de 1987 a 1996, aparecem como principais doenças ocupacionais a perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR), com 730 registros; a leucopenia, com 246 casos; doenças respiratórias, 184 incidências; 152 sequelas de acidentes de trabalho e 130 problemas de coluna. A incidência do predomínio de ocorrências entre trabalhadores desempregados é consequência da ocultação da doença, que só vem à tona no processo de homologação do contrato. Tais práticas são fontes do descaso quanto à saúde dos trabalhadores. Cabe ainda alertar para o avanço das doenças do grupo LER (Lesões por Esforços Repetitivos), que passou de 5,4%, em 1995, para 7,5% em 1996, como consequência da maior intensificação do trabalho e do medo dos trabalhadores de perder o emprego, já que se encontram cercados por uma situação de maior instabilidade a partir das transformações da década de 90.

A nova situação de instabilidade não está presente só entre os trabalhadores de menor qualificação, por estes estarem mais desprotegidos frente aos efeitos da automação e das inovações organizacionais, mas, também, é um sentimento presente entre os trabalhadores com maior nível de qualificação. Estes estão atentos aos termos do contrato, que podem ser rescindidos pela empresa cliente quando insatisfeita com os preços praticados ou com a qualidade dos serviços, o que tem redundado em uma situação de maior exigência e responsabilidade para os trabalhadores que passam a ser pressionados, em maior grau, a integrarem-se aos fins da empresa, ou seja, aos aumentos da produtividade. Até mesmo a gerência queixa-se da maior intensidade do trabalho, já que houve grande eliminação de quadros hierárquicos intermediários, somada à relativa ausência de gerência nas firmas menores.

⁶⁴ GRAVE, 29/04/96

A saída de uma empresa grande para uma menor, segundo as respostas obtidas por meio da aplicação de questionários, sempre representa perda de algum benefício, seja assistência médica, transporte, PL, o que traduz que as empresas terceiras ou não pagam benefícios ou pagam benefícios em menor proporção frente às grandes empresas. Ainda que, durante a década de 90, as grandes empresas venham reduzindo os encargos trabalhistas, estas cumprem a exigência da legislação e geralmente pagam benefícios além da legislação. No relatório da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a partir da pesquisa em 35 empresas terceiras, 31,4% responderam que não oferecem nenhum tipo de benefício e 68,67% responderam que concedem, figurando entre os benefícios mais concedidos assistência médica, 87,5%; convênios com estabelecimentos comerciais, 45,5%; e cesta básica, 25%.⁶⁵

Entre as reclamações que destacamos, aparecem com frequência a insatisfação com o aumento da intensificação do trabalho e, em alguns casos, com o aumento da jornada de trabalho. A maior intensidade do trabalho não fica restrita apenas aos trabalhadores terceirizados, mas estende-se ao conjunto dos trabalhadores tal qual já mencionamos anteriormente, e tem como causa principal a forte redução de postos de trabalho e a adoção das novas formas de gestão. Quanto ao aumento da jornada de trabalho, envolve principalmente os trabalhadores das empresas de manutenção industrial e serviço mais próximos da produção.

Como reflexo dos menores salários que são praticados pelas terceiras, observamos que a grande maioria daqueles operários que responderam nosso questionário necessitam de complementação de renda, mas geralmente são inviabilizados em função da jornada, que varia entre oito e doze horas de trabalho. Entretanto, observamos casos em que o domínio de uma outra especialidade é utilizado nas horas vagas para complementação de renda, como é o caso verificado com um operário da área de manutenção. A complementação de renda é obtida com a ocupação em outras atividades mais flexíveis. Assim, um empregado da empresa Alimenta (Empresa de Alimentação) fornece alimentação em área industrial quando não está cumprindo seu horário de trabalho; outra trabalhadora da Alimenta diz vender bijuterias como forma complementar de renda.

⁶⁵ DRT, 1995.

A degradação das condições de existência dos trabalhadores tem colocado na lista de suas perspectivas para o futuro o desejo de trabalhar por conta própria. Isso, em parte, é reflexo das campanhas do Sebrae, que vinculam os pequenos negócios como uma tendência moderna e escondem as dificuldades de sobrevivência dos pequenos empreendimentos e o potencial que tem estes em aumentar a precariedade do mercado de trabalho. Mas, antes de tudo, representa os ecos de uma forte resistência contra a exploração capitalista, que na linguagem de uma parte da “nova intelligentsia”, é coisa de uma era passada.

Uma reivindicação importante é a falta de representatividade que cerca os trabalhadores terceirizados. Estes, estando afastados da categoria principal dos químicos e petroquímicos, acabam ficando fragilizados e com chances remotas de sucesso em suas reivindicações, que soam isoladas e, portanto, despercebidas (no próximo capítulo pretendemos analisar os efeitos da terceirização para o movimento sindical e dedicaremos parte de nossa atenção ao problema da lacuna aberta em relação à representação dos trabalhadores terceirizados).

Para não esquecermos o outro lado da moeda, é bom lembrar que o capital engordou seus lucros no período de 1994 a 1995, depois dos resultados negativos do período de recessão no início da década de 90. Os bons lucros deste período devem, de alguma forma, refletir as medidas radicais adotadas pelo movimento de reestruturação.

No caso da empresa COPENE, o ano de 1995 foi noticiado como aquele em que foram registrados os maiores lucros da história da empresa, tendo excedido em 11% dos lucros de 1994, que foi um ano de excelentes lucros, sendo os lucros essencialmente de natureza operacional:

“ A Copene Petroquímica do Nordeste S/A - a Central de Matérias Primas do Pólo Petroquímico de Camaçari, registrou em 1995 o maior lucro de toda a sua história. Segundo o balanço que a empresa estará publicando no início de fevereiro, este lucro é de R\$ 219 milhões, sem o desconto de imposto de renda. Este valor representa um crescimento da ordem de 11% comparado ao exercício de 1994, que foi um ano considerado muito bom para a indústria petroquímica. O balanço apresentará também um faturamento de R\$ 1.393 bilhão.”⁶⁶

⁶⁶ A TARDE, 27/01/ 1996.

A contraposição entre aumento da riqueza e deterioração dos padrões de vida dos trabalhadores é bastante ilustrativa das formas que assumem o desenvolvimento capitalista. Com o aumento do abismo entre as principais classes que caracterizam esse modo de produção também ficam subscritas as tendências e desdobramentos possíveis, que podem oscilar tanto por meio da amplificação da barbárie social _ a partir do aumento da marginalidade e de formas ilícitas de sobrevivência e outras formas de violência urbana _ como pela ofensiva das classes oprimidas por meio de movimentos organizados, como já se vem dando no caso do movimento dos sem terra.

CAPÍTULO IV

4. Os Efeitos da Terceirização Para o Movimento Sindical

O movimento operário brasileiro é relativamente jovem e frágil, mas no decorrer do século XX deixou uma história em que podemos destacar alguns momentos importantes para uma visão de conjunto dos órgãos de representação dos trabalhadores brasileiros. Resumidamente, podemos distinguir algumas facetas do recente sindicalismo brasileiro: inicialmente, através de sua consolidação, o papel que desempenharam os anarquistas; em seguida a hegemonia do PCB dentro do movimento e a longa fase do período Vargas, marcado pelo forte atrelamento sindical ao Estado; por último, o desabrochar, no ABC paulista, de um sindicato alicerçado no confronto com o capital e seus desdobramentos mais recentes com o crescimento de um sindicalismo de resultados.

Divagar sobre a caracterização dessas fases distintas do movimento sindical seria objeto de uma tese, no entanto, dentro dos marcos do nosso trabalho, interessamo-nos principalmente pelos efeitos da reestruturação e da terceirização de serviços no movimento e reestruturação da organização sindical. Entretanto, visando uma maior precisão na análise, convém fazer um paralelo entre a afirmação do sindicato enquanto órgão classista e sua tendência mais recente de burocratização e corporativismo. E, por último, propomos apreciar uma nova tendência de sindicalismo ancorado na defesa de um pacto social com o capital e, portanto, desvinculado de qualquer perspectiva de classe.

Nossas observações a respeito do sindicalismo vão concentrar-se principalmente na retomada do movimento sindical a partir das greves entre o final da década de 70 e o início da década de 80, chamando a atenção para as ações grevistas que irromperam em 1978 — lideradas principalmente pelo sindicato dos metalúrgicos de São Paulo —, as quais afirmam a representação da classe trabalhadora a partir de uma perspectiva de confronto, para em seguida apreender os possíveis motivadores de uma mudança de orientação. Por último, analisar em que sentido as mudanças recentes na organização da produção refletem-se no papel e no poder dos sindicatos.

Neste pequeno balanço estaremos atentos para as conquistas do sindicalismo nas últimas décadas, assim como para seus reveses a partir das tendências mais recentemente observadas, levando em conta a ameaça ou a perda efetiva de conquistas dos trabalhadores e as possibilidades de reação do trabalho em um quadro social claramente desfavorável para o movimento sindical.

4.1. Sindicalismo, Confronto e Representação Classista

Pode-se afirmar que a organização sindical no Brasil foi prejudicada, em grande parte, pela presença constante de governos autoritários na história política brasileira. Desta forma, depois de um período que se estende até 1920, marcado pela atuação combativa dos anarquistas, segue-se a direção do movimento sindical pelos comunistas, na época representados pelo PCB. O movimento sindical trilhou a sua afirmação enquanto órgão de representação da classe trabalhadora, mas, com o prolongamento do Vargasismo e a afirmação de governos autoritários, intensificou-se o atrelamento dos sindicatos ao Estado, constituindo sua atual feição corporativista.

A nova tendência de sindicatos corporativistas coincide com um processo de regulamentação do trabalho, o que foi fundamental tanto para estorvar as manifestações de oposição dos trabalhadores quanto como elemento impulsionador da acumulação do capital. A nova realidade que se esboçava a partir de 1930, com a mudança do eixo de acumulação que, gradativamente, transforma-se de rural e agrícola em urbano e industrial, traduzia ou expressava modificações consideráveis na estrutura da economia brasileira. Na nova situação de regulamentação do trabalho estava colocada para a burguesia industrial a possibilidade de institucionalização do salário, assim como, através da aliança com o Estado, a perspectiva de conter o ímpeto das reivindicações do movimento operário.

“ As instituições do período pós-anos 30, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça-chave, destinando-se a “expulsar” o custo de reprodução das forças de trabalho de dentro das empresas industriais (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham cidades como Paulista em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário-mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua

*potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita.*⁶⁷

Assim, foi aprovada, durante a década de 30, uma legislação que institui novos direitos para os trabalhadores, entre os quais as férias remuneradas, o salário mínimo e a previdência social. Sem entrar em detalhes quanto à positividade ou não de alguns destes artigos para os trabalhadores, é fato que a legislação que começava a ganhar corpo antecipava os ecos do sindicalismo e fascinava os trabalhadores carentes de direitos e acostumados com o convívio da repressão, facilitando assim o atrelamento da estrutura sindical ao Estado.

*“ A tarefa de repressão policial tornou-se quase desnecessária no período em foco, pois o movimento sindical não estava sendo conduzido para lutar por conquistas e sim para receber os benefícios legais.”*⁶⁸

A estreita vinculação entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos é a mais nítida expressão da tutela dos sindicatos pelo Estado. Por meio do imposto sindical, o Ministério do Trabalho mantinha o controle orçamentário das entidades sindicais, distribuindo o conjunto das contribuições independentemente da capacidade de aglutinar e do poder de força dos sindicatos.⁶⁹

A apatia do movimento sindical só vai ser quebrada rapidamente na década de 60, momento em que o sindicalismo representou importante papel na luta pelas reformas de base durante o governo Jango, mas que logo seria silenciado com a chegada dos militares ao poder.

Assim, as baionetas conseguem silenciar as reivindicações populares por um bom tempo. É só na década de 70 que vai despontar um movimento grevista e espontâneo no ABC paulista, um movimento capaz de enfrentar o silêncio imposto pelas greves de maio de 1978 surgiram no momento em que parecia claro o esgotamento do

⁶⁷ OLIVEIRA, P.42, 1987.

⁶⁸ RODRIGUES, 1979.

⁶⁹ Vale ressaltar a importância do PCB na afirmação de uma consciência de classe entre os trabalhadores. Entretanto sua incapacidade de traçar uma política independente que atendesse às reais necessidades das massas trabalhadoras poderia ser explicada a partir de sua orientação Stalinista - que encaminhava como diretrizes para os PCs as alianças com as frações da burguesia “democrática”. Sendo assim, dificilmente poderíamos esperar de um sindicato sob a hegemonia do PCB políticas de enfrentamento que questionassem a estrutura sindical atrelada e autoritária.

*potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita.*⁶⁷

Assim, foi aprovada, durante a década de 30, uma legislação que instituiu novos direitos para os trabalhadores, entre os quais as férias remuneradas, o salário mínimo e a previdência social. Sem entrar em detalhes quanto à positividade ou não de alguns destes artigos para os trabalhadores, é fato que a legislação que começava a ganhar corpo antecipava os ecos do sindicalismo e fascinava os trabalhadores carentes de direitos e acostumados com o convívio da repressão, facilitando assim o atrelamento da estrutura sindical ao Estado.

*“ A tarefa de repressão policial tornou-se quase desnecessária no período em foco, pois o movimento sindical não estava sendo conduzido para lutar por conquistas e sim para receber os benefícios legais.”*⁶⁸

A estreita vinculação entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos é a mais nítida expressão da tutela dos sindicatos pelo Estado. Por meio do imposto sindical, o Ministério do Trabalho mantinha o controle orçamentário das entidades sindicais, distribuindo o conjunto das contribuições independentemente da capacidade de aglutinar e do poder de força dos sindicatos.⁶⁹

A apatia do movimento sindical só vai ser quebrada rapidamente na década de 60, momento em que o sindicalismo representou importante papel na luta pelas reformas de base durante o governo Jango, mas que logo seria silenciado com a chegada dos militares ao poder.

Assim, as baionetas conseguem silenciar as reivindicações populares por um bom tempo. É só na década de 70 que vai despontar um movimento grevista e espontâneo no ABC paulista, um movimento capaz de enfrentar o silêncio imposto pelas greves de maio de 1978 surgiram no momento em que parecia claro o esgotamento do

⁶⁷ OLIVEIRA, P.42, 1987.

⁶⁸ RODRIGUES, 1979.

⁶⁹ Vale ressaltar a importância do PCB na afirmação de uma consciência de classe entre os trabalhadores. Entretanto sua incapacidade de traçar uma política independente que atendesse às reais necessidades das massas trabalhadoras poderia ser explicada a partir de sua orientação Stalinista - que encaminhava como diretrizes para os PCs as alianças com as frações da burguesia “democrática”. Sendo assim, dificilmente poderíamos esperar de um sindicato sob a hegemonia do PCB políticas de enfrentamento que questionassem a estrutura sindical atrelada e autoritária.

modelo de desenvolvimento brasileiro, o qual experimentara, entre o final da década de 60 e o início de 70, altas taxas de crescimento que consubstanciaram o “milagre econômico”. A recessão internacional e estancamento do financiamento internacional acabaram por empurrar a economia brasileira para o desaceleramento e, conseqüentemente, levou os trabalhadores a sentir o maior peso das medidas recessivas com o agravamento do custo de vida e o arrocho salarial.

Desta forma, da mesma maneira que o movimento surgiu a partir da espontaneidade das massas na luta contra o arrocho e por melhores condições de vida, representou uma afronta à lei sindical autoritária que proibia o que deveria ser um direito: a greve.

Das greves de 1978 vai resultar a generalização das reivindicações em 1979, sempre ou quase sob a liderança dos metalúrgicos do ABC. Segundo o DIEESE, entraram em greve, neste período, 3.241.500 trabalhadores, afirmando-se, desta forma, um sindicato pautado na combatividade e pelo confronto com o capital, pois tinha na base de suas reivindicações a oposição à política econômica e ao arrocho salarial, a democratização da estrutura sindical e a defesa do contrato coletivo de trabalho.

Foi a partir desse embate que o jovem movimento operário afirmou-se na inóspita conjuntura. A greve de 41 dias dos metalúrgicos foi um bom exemplo da combatividade. Porém, tornava-se patente para os trabalhadores a necessidade da organização do movimento através da criação de uma central sindical, já que o movimento estava esvaziando-se em função da prisão de suas principais lideranças, inclusive a de Lula, nome que se consolidou através das atitudes desse líder dos trabalhadores a partir de 1978.

No bojo da conjuntura marcada pela recessão econômica e forte repressão depois da greve de 1980, realiza-se, em 1981, na Praia Grande/SP, a I CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), em que os trabalhadores reunidos pretendiam definir data para o congresso de fundação da CUT. O congresso foi marcado pela divergência de duas correntes: a Unidade Sindical, que tinha como marca a moderação, englobando entre os seus membros sindicalistas pelegos e militantes do PCB; e do outro lado, representando os segmentos da esquerda, a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). O resultado é que a partir de diversas manobras, os membros da Unidade Sindical

(futura CGT) conseguiram protelar o congresso de fundação da CUT para 1983, tendo este sido realizado sem a participação da Unidade Sindical.

As duas tendências divergiam em temas diversos, como imposto sindical, nas formas de luta, em relação à dívida externa, entre outros pontos. As divergências deixavam transparecer a marca de cada uma das duas tendências. Se de um lado, a Unidade Sindical sinalizava por moderação, do outro lado, a ANAMPOS acenava com a necessidade da radicalização nas formas de luta e reivindicações.

“ A dívida externa é outro assunto polêmico. A Unidade Sindical propunha sua moratória e a ANAMPOS, o não pagamento.”⁷⁰

A unidade sindical é desmontada a partir da fundação da CUT. Firmando-se com a CUT o pólo combativo do movimento sindical, vai restar aos setores da Unidade Sindical articularem uma outra Central Sindical (CGT) mais moderada. A partir dessa oposição estaria constituindo-se o perfil do movimento sindical no restante da década de 80. Este perfil é composto por uma postura de enfrentamento contra a ordem capitalista, sob a liderança da CUT e, por outra ação restrita aos marcos da economia de mercado (CGT), esboçando assim os primeiros passos para a consolidação de um futuro sindicalismo de resultados.

É certo que o desenvolvimento de um sindicalismo de direita e afinado com as posições neoliberais só vai consolidar-se sob a liderança de Medeiros e Magri, no final da década de 80 e inícios dos anos 90. Portanto, o sindicalismo de resultados reclama uma feição moderna, na qual uma política e uma defesa de uma sociedade mais justa, e sem exploração, estão ausentes.

Por outro lado, é bom deixar claro que a CUT também já estaria passando por um refluxo desde o II CONCUR, no qual foi eleita a chapa ligada ao grupo 113 do PT, grupo também conhecido como “articulação”, sob a direção de Jair Menegueli, abrindo um racha com as correntes mais à esquerda. Neste momento, a Central afirma uma posição contrária à ordem capitalista, colocando o horizonte socialista como caminho a ser seguido pelos trabalhadores.

Mas no Terceiro Congresso já não parecia clara, para os dirigentes da CUT, a necessidade de enfatizar o caráter político da Central Sindical. Segundo declarações

de Meneguelli, a central deveria caracterizar-se a partir das lutas imediatas em torno de melhores salários e melhoria das condições de trabalho. Se entendemos o sindicalismo como um órgão representativo dos trabalhadores e concordamos com as contradições de classe que perpassam a sociedade, como então escamotear o caráter político da luta sindical? É a partir de premissa semelhante que Antunes expressa sua indignação pelas indecisões ou possível mudança de rumo de uma tendência do movimento sindical que se tomou conhecida a partir do enfrentamento com o capital.

“Sabe-se que a real independência da classe trabalhadora deve ser a mais efetiva e abrangente, tanto política frente ao Estado e aos partidos, quanto ideológica frente ao capitalismo, o que supõe, por parte da classe trabalhadora e especialmente de seus organismos de representação, como os sindicatos, assumirem uma postura nitidamente anticapitalista.”⁷¹

Desta forma, a partir da segunda metade da década de 80 pode-se distinguir duas correntes com propósitos diferentes no movimento sindical. De um lado a CUT, ainda que metamorfoseada pelo refluxo em curso, mantém uma postura independente e de defesa das reivindicações da classe operária; do outro lado a CGT, pregando a moderação; e por fim o seu desdobramento em uma corrente sindical de direita que abdica do embate com o capital em troca das diversas tentativas de pacto social alicerçadas a partir de uma perspectiva de harmonia entre as classes sociais.

Tomando como ponto de partida a cisão do movimento sindical em duas posturas opostas, podemos entender a concretude do universo das lutas empreendidas pelo movimento sindical durante a segunda metade da década de 80 e também durante os anos 90.

Em relação à CUT o seu terceiro congresso desfez os princípios que a nortearam em sua fundação, ou seja, a forte tendência em acatar as decisões provenientes da base dos trabalhadores. Passaria a vigorar, a partir do III CONCUR, uma estrutura mais verticalizada, em que os organismos sindicais, por meio dos seus delegados, passariam a definir as diretrizes em Congresso.

“ Número de delegados das entidades - Será proporcional ao número de sindicalizados e não mais de trabalhadores na base. No caso das oposições sindicais, a proporcionalidade será em relação ao número de votos na última eleição para a

⁷⁰ COSTA, 1995.

⁷¹ ANTUNES, 1995.

diretoria da entidade e para as que não disputaram as eleições , o número não poderá ser superior à delegação do menor sindicato.”⁷²

Entretanto, as greves continuaram presentes no universo de ação dos trabalhadores. A forma das greves durante o período variam de greves com ocupação da fábrica a greves por empresas, que passam a representar um número significativo no conjunto dos movimentos de paralisação.

A sobrevivência de um sindicalismo combativo pode ser retratada através do impacto das greves com ocupação desencadeada pelos metalúrgicos em 1985. Ou com a greve de 1988 na siderúrgica de Volta Redonda, que resultou na invasão da fábrica pelo exército e o assassinato de três operários. Estas greves, que se caracterizam pela radicalização dos operários em torno de suas reivindicações, evidenciam um forte sentimento de resistência e solidariedade dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida.⁷³

Quanto ao aumento das greves por empresa, poderíamos procurar explicação a partir do novo cenário em que passa a ganhar relevância o sindicalismo de negócios, o qual é representado pela Força Sindical. As reivindicações, neste caso, inscrevem-se no imediatismo dos ganhos econômicos, sem ousar a crítica ao status quo, mas, muito pelo contrário, assumindo uma forte tendência de assimilar o ideário neoliberal.

“A nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo. Procura introjetar e introduzir o ideário neoliberal no mundo da representação do trabalho. E, flerta também com a direita da social-democracia européia. Mas a gênese e a atuação do sindicalismo de resultados possibilitou uma ideologização mais expressiva do movimento sindical. A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e “modernizou” o seu discurso. Metamorfoseou-se.”⁷⁴

Em rápido balanço das conquistas provenientes das lutas travadas pelos trabalhadores, que ressurgiram com força em maio de 1978, podemos citar a garantia do direito de greve para os funcionários públicos civis, ainda que restrito com a utilização do critério de essencialidade (papel significativo e crescente dos funcionários públicos na luta sindical); a conquista de uma política salarial, ainda que incapaz de recompor as perdas salariais; a licença-paternidade e ampliação do período de licença-maternidade;

⁷² COSTA, op. Cit. p. 111

⁷³ No campo das greves por categoria também é exemplo a greve dos bancários em 1985.

a extensão da legislação sindical para o campo, sem contar o papel que representou o movimento sindical na luta pela redemocratização da sociedade brasileira.

A real caracterização deste período só pode ser entendida se tomamos como referência o forte enfrentamento dos operários grevistas, em suas assembleias autônomas por melhoria de vida e condições de trabalho. A reação do capital também usou de uma marca incisiva, tendo, nas demissões em massa, intervenção nos sindicatos — e mesmo no assassinato de lideranças — sua forma de rechaçar os avanços do movimento reivindicatório dos trabalhadores.

4.1.1. A Experiência do Sindiquímica

A história do Sindiquímica data de período anterior à fundação do pólo petroquímico de Camaçari. Em 1963, de acordo com os critérios autoritários da legislação sindical em vigor, fundou-se a ASPETRO (Associação dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica no Estado da Bahia), com fortes ligações com a representação dos petroleiros.

Mas com o golpe o militar e a intervenção na ASPETRO resultando na prisão dos seus dirigentes principais, a entidade acaba caindo no esquecimento, só sendo repensada por volta de 1975, no exato momento em que está sendo gestado o projeto de implantação do pólo petroquímico.

Paradoxalmente, o sindicato inicia suas atividades, em 1978, em uma sala cedida pela COPENE, que preliminarmente dá apoio à criação da entidade e libera uma de suas instalações, ao que tudo indica, devido ao receio da aproximação dos químicos e petroquímicos com o forte e consolidado sindicato dos petroleiros

O momento de reorganização do sindicato dos químicos e petroquímicos, e indústrias afins, coincide justamente com o surgimento do “novo sindicalismo”⁷⁵. Tal caracterização encontra sua razão de ser como resultante do caráter combativo e da opção por uma sistemática oposição ao modo de produção capitalista deste sindicalismo emergente. Sem sombra de dúvidas, este momento de radicalização do movimento dos trabalhadores e de luta em defesa de uma estrutura sindical mais democrática influencia no processo embrionário de organização do Sindiquímica, que,

⁷⁴ ANTUNES, P.41, 1995.

em uma de suas primeiras proposições políticas de peso, rejeita a permanência nas instalações da empresa COPENE, alugando pois uma sede própria.

O novo sindicato tinha em sua base jovens trabalhadores que ingressavam nas empresas recém implantadas e contribuíam na caracterização de um sindicato com forte participação dos seus associados. Desta forma as assembleias que aconteceram entre 79/80 conseguiram mobilizar entre 6000 a 8000 operários.

Para ter-se uma idéia do caráter arrojado do jovem sindicato, na convenção de 1979 constava proposta de reajuste salarial de acordo com a inflação e organização de comissões de fábrica; porém, na falta de uma orientação da diretoria, as comissões de fábrica não chegaram a efetivar-se.

Frente ao vigor do novo sindicato veio a reação do patronato, que, visando dividir e confundir os trabalhadores, apoiou e estimulou a criação de uma nova associação, a ASTQUIMICA, a qual passou a funcionar na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, contando com ajuda dos patrões em sua organização, que foram incumbidos de reunir chefes de setores para participar da nova composição.

Em 1982 realiza-se o 1º Congresso dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos, fazendo-se dali o fórum das discussões políticas da categoria de acordo com aquela tendência inaugurada recentemente da organização dos sindicatos por ramo de produção.

A greve programada para 1984 foi frustrada, apesar da forte mobilização em torno da campanha salarial no período. Mas o ano de 1985 entrou para a história do Sindiquímica como o da demonstração de força daquele jovem sindicato, que passa a assumir a direção de uma greve geral, fato inédito entre trabalhadores de pólos petroquímicos no Brasil. O impacto da greve foi respondido com forte repressão, com a demissão de 171 trabalhadores, assim como a de toda a diretoria, sem nenhum respeito à estabilidade conferida à atividade sindical.

No congresso de 1985 é criada uma nova entidade chamada de Pró-Químicos, com mais de 2000 associados, que passa a atuar em sintonia com o sindiquímica, esvaziando a associação implementada pelos patrões (ATSQUÍMICA).

⁷⁵ ANTUNES, op. Cit. 1995.

A filiação à CUT só vem em 1986, momento em que a Central está sofrendo um refluxo em relação a sua orientação ideológica. Em 1989 ocorre a fusão dos dois sindicatos, que abandonam o regime de representação presidencialista e adotam a criação de diretorias como sistema de representação. Existe uma divisão entre diretoria plena e diretoria executiva, porém ambas participam das decisões do sindicato.

A composição atual da diretoria tem 60 diretores e as preferências ideológicas dos diretores oscilam entre as orientações políticas do PT ou do PC do B. É notório que, com a modernização das estruturas físicas e organizacionais do sindicato, segue-se uma tendência à burocratização, sobrando pouco espaço de atuação para as oposições, dado que o grande número de diretores assegura a hegemonia da “posição”.

Em sua estrutura atual, a diretoria conta com especialistas do trabalho, como advogados, médicos e uma assessoria do DIEESE, todos auxiliando, de acordo com suas especializações, no atendimento das reivindicações dos trabalhadores e também contribuindo na confecção dos boletins que o sindicato distribui nas portas das fábricas.

4.2. Reestruturação Produtiva e Terceirização: Os Limites da Representatividade

O novo cenário econômico marcado por fortes modificações na organização da produção e do trabalho parece impactar diretamente a forma de atuação dos órgãos de representatividade operária, assim como as particularidades do novo modelo de acumulação tem representado, quase sempre, menor poder de força e de barganha para o movimento dos trabalhadores organizados.

As novidades surgidas no seio da produção refletem negativamente sobre os trabalhadores e empurram o movimento sindical em geral para a defensiva, assim como para o campo das negociações. Com o novo modelo de acumulação, que tem como características importantes a desverticalização da produção — a partir de uma forte subcontratação de atividades —, a adoção de contratos mais flexíveis de trabalho (trabalho parcial e trabalho temporário) e o uso de novas tecnologias, em geral, poupadoras de trabalho vivo, presenciamos a redução significativa do núcleo regular

da força de trabalho, alterando desta forma os limites da representatividade dos trabalhadores.

Assistimos na década de 80 à afirmação do sindicalismo brasileiro que, mesmo levando em consideração o refluxo por que passou a principal Central Sindical, a CUT, a partir da segunda metade da década, pode ser caracterizado como um sindicalismo inspirado pela defesa dos trabalhadores e pela luta por melhores condições de vida e por assumir posições políticas nitidamente anticapitalistas.

É verdade que vislumbramos um retrocesso do movimento sindical brasileiro com a perda do poder ofensivo dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida. Isto creditamos ao resultado de uma vitória parcial do capital e o afirmamos a partir da constatação da imposição de uma alteração na relação entre capital e trabalho em que o capital, em seu movimento vitorioso, força os órgãos de representação dos trabalhadores a restringir sua esfera de reivindicações, pela luta da manutenção do emprego, à negociação com as empresas sobre os novos padrões de competitividade e produtividade, para não falar de um sindicalismo situado mais à direita e que cinicamente compactua com a institucionalização da flexibilização das formas de contratação e exercício da força de trabalho.

Nem todos os analistas compartilham nossas premissas e algumas correntes enxergam a nova ação dos sindicatos como fruto de amadurecimento das lutas travadas nas décadas anteriores. O horizonte desta forma de pensamento vê a eficácia do enfrentamento nos marcos da luta contra a ditadura militar, esquecendo que a luta sindical quase sempre vinculada à defesa dos interesses dos trabalhadores e em oposição à lógica da produtividade e aumento dos lucros do capital.

Mas, ao que tudo indica, a capacidade de negociar do movimento sindical e sua integração com os objetivos finais da empresa, seja na luta pela inserção nos padrões de competitividade internacional ou em busca de maior produtividade, é apreendida por uma certa corrente de pensamento como positividade do movimento sindical e que vê na nova ação do sindicato perspicácia suficiente, pois se mostrou capaz de forjar na nova realidade econômica a sua inserção, ainda que nos marcos da ratificação do mercado capitalista.

“Pode-se dizer que o movimento sindical brasileiro da década de 90 não é o mesmo dos anos 70 e 80. É necessário localizá-lo numa conjuntura que passa a desempenhar um papel reconhecido de ator político importante. E ao mesmo tempo constatar que essa legitimidade foi construída nas lutas sindicais contra a ditadura militar, nas greves regionais e nacionais, também serviu como base para se estabelecerem relações com o empresariado na busca de pontos comuns que preservem a indústria (ou os negócios), o emprego e os salários.”⁷⁶

O que nos parece fundamental indagar é se o sindicalismo, mesmo com todas as mudanças observadas na base produtiva, continua caracterizado por uma perspectiva de classe e com força suficiente para representar o conjunto da classe trabalhadora.

Entretanto, para não cometermos nenhum abuso de generalização, é preciso deixar claro aqui que não se pode ser “preciso” sem a distinção de duas tendências antagônicas no seio do movimento sindical. Em uma ponta encontramos a CUT, caracterizando uma tendência que surgiu da necessidade do movimento operário fazer frente às imposições do capital. Do outro lado, a moderada CGT que abarca a esquerda tradicional e o peleguismo. Foi desta central que também surgiu a principal liderança de um sindicalismo de direita, Luís Medeiros, que reivindica na Força Sindical a feição de um sindicalismo “moderno”, o qual tem como base a capacidade de negociar dentro da ordem. A Força Sindical, tendo um espaço considerável nos meios de comunicação, ficou conhecida a partir de uma firme aliança com as classes dominantes em defesa das medidas neoliberais de privatização e flexibilização nos contratos de trabalho.

A Força Sindical, através das declarações de sua principal liderança, deixa clara a opção de atuar dentro dos limites do mercado e seu empenho em assegurar dividendos econômicos para os trabalhadores “regulares” sob sua orientação: “O trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência de empresas (...). O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas, não é tomar as empresas. Não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é participação nos lucros”.

Se por outro lado a CUT rechaça as proposições do sindicalismo de resultados, encontra-se bastante influenciada pela forma social-democrata de atuação, acreditando em demasia em instrumentos de negociação, como, por exemplo, as câmaras setoriais. Acreditar na possibilidade de uma sociedade social-democrata no Brasil parece pouco

⁷⁶ RAMALHO, 1994.

realista, seja pela fragilidade dos nossos movimentos organizados, pela magnitude da concentração de renda responsável por um grande abismo entre as classes sociais ou ainda pelo grande período da “onda longa” depressiva, que, ao que tudo indica, define um novo padrão de acumulação em que dificilmente estarão asseguradas as conquistas trabalhistas (o que também é válido, ao menos em parte, para os países desenvolvidos).

Retornando às questões que, segundo nossa concepção, são essenciais, devemos fazer algumas indagações derivadas das profundas transformações técnico-organizacionais recentes. Vejamos. Será que está assegurada a representação para os trabalhadores terceirizados? O contrato coletivo da categoria dos químicos e petroquímicos engloba os trabalhadores das pequenas e médias empresas subcontratadas pelas grandes companhias petroquímicas? O projeto de ação dos sindicatos tem como perspectiva a defesa do conjunto da classe trabalhadora ou é limitado a uma parcela restrita de trabalhadores formais? Serão os trabalhadores informais considerados pelo movimento sindical como prováveis aliados em uma futura unificação da luta contra a expansão do capital e seus efeitos desagregadores?

Outras questões poderiam ser acrescentadas àquelas apontadas acima e, nas respostas, ainda que provisórias, estaria a chave que nos permitiria arriscar algumas afirmações sobre o comportamento dos sindicatos. Dentre elas a principal parece ser a que realça as perspectivas políticas do sindicalismo: os sindicatos estariam sendo fiéis ao seu caráter de representante da classe trabalhadora? Ou aproximam-se cada vez mais dos interesses corporativos de uma minoria de trabalhadores “regulares”?

4.2.1. O Sindiquímica Frente à Terceirização

Na afirmação de um diretor do Sindiquímica, o qual diz que “o sindicato convive com a maior crise de sua história”, poderíamos extrair a priori os efeitos das inovações técnico-organizacionais sobre a base de representação dos sindicatos. O Sindiquímica sente-se prejudicado pela redução dos seus associados, pela conseqüente redução de receita, pela quebra da unidade e identidade da categoria e pela inevitável diminuição do poder de barganha em seus confrontos com o empresariado.

Apesar do convívio com trabalhadores subcontratados pela petroquímica desde sua implantação, a terceirização só apresenta-se como fato político para o Sindiquímica na

década de 90, mais precisamente a partir dos impactos sócio-econômicos da reestruturação produtiva.

Em uma de nossas entrevistas, um diretor do Sindiquímica apontava a postura crítica da CUT frente à reestruturação produtiva, exigindo amparo legal para os trabalhadores frente à onda de inovações técnicas e organizacionais. Porém o diretor entrevistado não se furtou de chamar atenção para o abismo existente entre as reivindicações da Central e as deliberações e implementações de medidas que ofereçam garantias de proteção aos trabalhadores. O que apontava em seu discurso (acertadamente) era a dificuldade dos sindicatos romperem com as velhas amarras de uma legislação social marcada por um caráter autoritário e dependente do Estado.

A primeira posição esboçada pelo Sindiquímica contra o evidente crescimento da externalização das atividades foi a rejeição. No entanto, logo que constatada a inevitabilidade das novas formas de gestão, procurou transitar de uma mera postura de negação do processo para uma outra que tinha como objetivo denunciar as irregularidades e garantir proteção para os trabalhadores envolvidos. Assim, a segunda iniciativa do Sindiquímica foi a reivindicação de garantia de direitos trabalhistas para os trabalhadores terceirizados e, depois de evidenciado o desrespeito aos direitos trabalhistas pelas empresas terceiras, sua principal luta foi pela participação do sindicato nos contratos de terceirização.

O Sindiquímica procura justificar a necessidade de sua participação nas negociações em torno do contrato de terceirização primeiro pela própria necessidade de participar do controle do processo produtivo, levando em consideração que as inovações técnico-organizacionais agravam a tendência de perda do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores. Em segundo lugar, participando o sindicato dos contratos, este poderia interferir através da inclusão de cláusulas favoráveis aos trabalhadores, principalmente as referentes a salários e a aplicação da legislação trabalhista (conquistas sociais).

A capacidade de burlar as garantias trabalhistas das empresas terceirizadas, o que é facilitado pela fluidez dos contratos, não escapa da percepção do Sindiquímica que, embora perceba a fragilidade da situação dos trabalhadores terceirizados, não se vê com poder legal de representação dos trabalhadores destituídos da categoria principal, mesmo que tenha convicção dos direitos daqueles trabalhadores.

Esta desagregação do coletivo de trabalho é considerada pelo sindicato como um dos principais problemas advindos da terceirização. Não é de se estranhar, portanto, que um de seus diretores resuma assim os impactos da terceirização para o sindicato: “Os impactos são vários. Eu vou resumir em um principal que é a desagregação dos trabalhadores dentro da indústria. Eu vou definir de outra forma, seja a quebra da unidade e da identidade dos trabalhadores dentro da unidade fabril. Você antes tinha uma unidade dentro da fábrica, uma identidade. Os trabalhadores de uma empresa se identificam a partir de um interesse comum, como um grupo comum, como uma corporação que tem interesses comuns, e este laço de afinidades e de interesses faz com que eles se juntem, se unam para determinados objetivos, ou para resistir etc. No momento que você tem diversos tipos de contrato — e contratos de diversas formas — com empresas intermediárias, você quebra esta unidade dentro da fábrica.”

Do relato acima podemos extrair que um círculo cada vez menor de trabalhadores passam a beneficiar-se do contrato coletivo dos trabalhadores químicos e petroquímicos, sendo que os trabalhadores em alimentação, limpeza, segurança e manutenção ficam dependendo dos acordos de suas atuais categorias, mesmo que ainda continuem sujeitos aos riscos e a periculosidade do local de trabalho da petroquímica (sua antiga “casa”).

O sindicato dos trabalhadores em segurança que tem que atender às reivindicações dos trabalhadores presentes na área petroquímica é o mesmo que atende trabalhadores que trabalham na segurança dos shoppings, lojas etc. Os trabalhadores de manutenção passam a depender do acordo coletivo dos metalúrgicos etc. Parece claro que os pequenos e frágeis sindicatos não têm condições de responder à diversidade das reivindicações de seus associados. É desta forma que um dos diretores entrevistados expressa sua indignação, fazendo uma correlação entre o esfacelamento do movimento sindical e o avanço neoliberal: “Eu acredito que a premissa política das medidas neoliberais é esfacelar o movimento sindical”.

Entretanto, quem mais se beneficia com a ausência de representação dos trabalhadores excluídos da categoria principal são, tudo indica, os empresários das empresas terceiras. Favorecidos pela falta de uma base mais sólida de representação do seus empregados, são os principais responsáveis pela precarização das condições de trabalho. Assim, os trabalhadores terceirizados que revezam turno não são

beneficiados pela presença da quinta turma, que tinha como claro objetivo a redutibilidade do trabalho como consequência da periculosidade da atividade petroquímica. As empresas, ainda que pagem horas extras, não estendem o direito adquirido das 5 turmas. Podemos ainda encontrar entre as evidências de precarização do trabalho, por parte das empresas terceiras, a falta do cumprimento em relação aos benefícios sociais básicos, o que já tivemos oportunidade de expressar em outro momento.

O Sindiquímica, de acordo com as nossas constatações, tem como limites de sua representatividade os trabalhadores formais das indústrias químicas e petroquímicas da região metropolitana de Salvador. E percebendo que as transformações econômicas atingem abruptamente às indústrias que compõem sua base de atuação, reduzindo precisamente o núcleo de trabalhadores regulares que sustentam sua força de mobilização, o sindicato vem agindo com mecanismos de defesa e acomodação diante da nova realidade.

A redução da categoria é expressiva, já que contava com 16.500 filiados em 1990 e conta atualmente com cerca de 6.000. O peso desta redução tem como contrapartida a diminuição no número de associados, resultando inevitavelmente no enfraquecimento do sindicato. A redução dos associados reflete sobre a receita do sindicato, repercutindo negativamente no nível de produção material e cultural do mesmo.

A redução do número de associados é estimada em 3.000, e o sindicato aponta um fato considerável e capaz de amenizar a gravidade de sua posição frente à tendência de redução de seus efetivos. O sindicato, diante das demissões em massa no pólo petroquímico de Camaçari passou a atuar com mais vigor e rigor junto às empresas de menor porte situadas no CIA e nas proximidades de Salvador, o que ameniza a perda do grande número de sócios durante a década de 90, mas não resolve o problema preocupante da queda de receita.

Assim, o sindicato em suas medidas mais recentes, propõe um aumento da contribuição em 1% e, como forma de ampliar sua base de mobilização, está recentemente concretizando uma fusão com os dois sindicatos da Petrobrás, o STIEP e o Sindipetro.

Por tudo isso é que concluímos que os sindicatos cada vez mais inscrevem-se nos marcos da defesa de um número cada vez menor de trabalhadores formais e que têm assegurados maiores salários e melhores garantias sociais. Será que os sindicatos estão perdendo a oportunidade histórica de unir forças e expandir suas reivindicações além do pequeno e cada vez mais restrito núcleo de trabalhadores regulares?

Se tomarmos o pólo petroquímico e a anterior constatação dos seus 6000 empregados diretos, temos, por outro lado, cerca de 5000 operários terceirizados e quase sempre descontentes com a ausência de um sindicato capaz de representá-los em suas reivindicações. Será que estamos enganados em nossa assertiva de que os trabalhadores precarizados e informais passam gradativamente a representar um contingente maior em relação aos trabalhadores formais?

Uma outra questão de vital importância para nós é a dúvida dos sindicatos quanto à existência de um horizonte político para os trabalhadores. Se a CUT surgiu com a convicção de constituir-se a partir do horizonte socialista e em franca oposição à exploração capitalista, o que hoje podemos extrair de sua atuação é apenas sua dúvida a respeito da existência de algum horizonte para os trabalhadores. Na declaração de um dos diretores do Sindiquímica fica evidenciado o imediatismo que carregam os dirigentes sindicais, que após as mudanças políticas no Leste Europeu e na ex-URRS passam a desacreditar em um futuro não-capitalista ou então a resumir a experiência socialista aos modelos societários que fracassaram em passado recente.

5. Considerações Finais

É certo que o capitalismo vem passando, nas últimas décadas, por um processo de transformações estruturais. As inovações técnicas e organizacionais redundam em um novo padrão de acumulação (acumulação flexível).

Elegemos a investigação de uma das particularidades — a terceirização na petroquímica COPENE — deste novo padrão de acumulação, para, a partir daí, apontar alguns dos efeitos para o mundo do trabalho. Nossa pesquisa obteve resultados que se distanciam, em grande medida, dos argumentos apregoados pelos entusiastas da terceirização ou externalização de atividades-meio. É nesse sentido que nos filiamos às correntes de pensamento que procuram defender as conquistas e vitórias sociais recentes dos trabalhadores.

Constatamos, através de entrevistas e questionários aplicados entre os agentes envolvidos, que a positividade atribuída, através de uma seleção de argumentos, à prática da subcontratação de atividades-meio não se sustenta. Faz-nos acreditar, isso sim, em uma orquestração contundente de administradores e consultores de empresas em defesa da manutenção dos lucros monopolistas. Uma crença que se reforça quando sabemos que a reestruturação das empresas é, entre outras coisas, um reflexo da crise do capital e das novas imposições da competição capitalista internacional.

O primeiro ponto que queremos assinalar é que o processo de terceirização promove forte eliminação de postos de trabalho e substituição de empregos regulares por outros informais ou precários. A promessa de maior oportunidade de emprego advinda dos métodos modernos de gestão, ao que tudo indica, teria o intuito de diminuir as resistências dos trabalhadores e ludibriá-los com o horizonte da iniciativa privada.

Na linguagem empresarial passou-se a insinuar a existência de uma parceria entre as empresas envolvidas nos processos de subcontratação (contratadas e contratantes). Porém, os contratos jurídicos entre contratantes e terceiras evidenciam alto nível de subordinação das empresas contratadas. Em geral as pequenas e médias empresas contratadas têm que atender às diretrizes expressas nos contratos estabelecidos com as grandes empresas, ficando, assim, prisioneiras dos níveis de produtividade e qualidade dessas últimas.

Mesmo em relação à discussão em torno da especialização na atividade principal da empresa, que apresenta uma maior coerência em virtude dos imperativos de competitividade, temos motivos para ficar receosos. O problema é que não está garantido que as empresas contratadas prestem serviços de maior qualidade frente aqueles oferecidos pelas grandes empresas, organizadas verticalmente. O que notamos é que as subcontratações, prioritariamente instrumentos de redução de custo, vêm traduzindo-se em situação de maiores riscos para os trabalhadores, na medida em que as empresas terceiras investem menos em segurança e treinamento: em nossa pesquisa pudemos observar um caso exemplar de desleixo com a contratação de uma empresa especializada em medicina assistencial para oferecer serviços em uma planta industrial. É mais do que duvidosa a pretensa qualificação da empresa subcontratada, assim como sua adequação para amenizar as condições de alta periculosidade e insalubridade a que são submetidos os trabalhadores.

Definitivamente, as modificações estruturais mais recentes no modo de produção capitalista têm criado um clima de maior insegurança para o conjunto dos trabalhadores. O mundo do trabalho passa a sentir com mais ímpeto a situação do desemprego, vira “presa” mais fácil das inserções precárias (trabalho parcial e trabalho temporário) e amarga com a redução dos rendimentos.

O retrocesso observado em relação às “velhas” conquistas sociais deve-se, em boa parte, ao imobilismo ou às posturas defensivas assumidas pelo movimento sindical atual, ficando mais fácil a incidência da desregulamentação abrupta em decorrência do ceticismo impregnado nas massas.

Desta forma, tentamos desmistificar a existência de uma relação entre desregulamentação e desenvolvimento. Para isso nos apoiamos no exemplo dos tigres asiáticos, que obtiveram as maiores taxas de crescimento entre os países emergentes, sendo que os países ali situados contaram com a forte participação do Estado em seus projetos de desenvolvimento.

Quanto aos sindicatos, para os quais foi atribuído o papel de guardiães dos interesses dos trabalhadores, é fato que se encontram em posição defensiva, pressionados por uma vasta teia de negociações com o empresariado, visando a manutenção dos empregos. As greves aglutinadoras (greves gerais) e politizadas perdem, cada vez mais, terreno para greves localizadas ou por empresa.

No que diz respeito ao Sindiquímica (sindicato que contempla os trabalhadores das indústrias químicas, petroquímicas e de petróleo da Bahia), seria prudente uma melhor avaliação dos danos causados pelas inovações organizacionais. A perda da unidade, tão criticada, fica presa a critérios formais, dos quais o sindicalismo não consegue desvencilhar-se em decorrência do elevado grau de burocratização a que está preso. Portanto, devemos fazer algumas interrogações, como, por exemplo, se os trabalhadores terceirizados presentes nas plantas petroquímicas e expulsos dos dissídios coletivos dos químicos e petroquímicos não deveriam ser uma força de aglutinação contra a nova situação marcada pela instabilidade e insegurança, ou ainda se não seria um paradoxo o fato de o sindicato continuar pensando na representação de uma restrita parcela de trabalhadores formais em uma conjuntura marcada pela disseminação da informalidade.

A partir de nossas conclusões sobre a intensificação das formas de controle operário, urge pensar em propostas reais de gestão operária. As comissões de fábrica, por um pequeno interregno de tempo, consolidaram algum poder de barganha frente às imposições capitalistas. Quanto aos CQQ, apontados como forma de gestão participativa, não passam de uma forma disfarçada de ampliar a produtividade, contando, para isso, com a persuasão dos trabalhadores, em geral com o uso de prêmios simbólicos ou pecuniários.

É claro que a adoção abrupta da terceirização na esfera produtiva no Brasil, na década de 90, tem a ver com a assimilação dos termos do "Consenso de *Washington*", que combinaram abertura da economia com desregulamentação, juntamente com políticas contracionistas. As altas taxas de juros têm agravado velhos problemas estruturais da economia brasileira. Aproveitando-se de uma campanha favorável pela estabilização monetária, o governo brasileiro vem escamoteando o déficit público e externo.

Desta forma, promove-se transferências vultosas de recursos para as economias do Norte, através do pagamento dos serviços da dívida. Já por meio do favorecimento aos importados, facilita-se a exportação de empregos, em detrimento da economia doméstica. Não restam dúvidas que o questionamento da subordinação aos padrões de acumulação das economias do Norte e a repulsa à dívida externa é um passo importante no resgate de alguma forma de soberania, porém não parece ser possível, a curto prazo, algum tipo de intervenção governamental "redentora". Qualquer

manifestação contrária aos imperativos *economicistas* em vigor deve partir da ação *consciente* dos trabalhadores e demais grupos organizados da sociedade.

Se, por um lado, o governo tem sido extremamente generoso para com o capital e, em particular, para o capital de curto prazo, por outro lado, como se não bastasse o aprofundamento da recessão, não se furtou de executar um pacote fiscal que lança mão de aumentos de impostos e de tarifas para os trabalhadores e, principalmente, para a classe média.

Ainda que cientes da necessidade da denúncia e da indicação de perspectivas que se oponham à precarização das condições de vida dos trabalhadores, estamos cansados de saber que o desenvolvimento capitalista está conjugado com concentração e centralização de capitais, e, portanto, condizente com o aumento da pobreza e abismo entre as classes sociais (o que tem sido confirmado por recentes trabalhos de organismos vinculados à ONU, dentre eles o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*). Se é verdade que acompanhamos uma crescente onda de fusões nos ramos do grande capital (petróleo, químico, telecomunicações, siderurgia, bancário), também é fato que o desemprego e o índice de pobreza alastram-se nas economias do Sul, passando pelo Leste europeu e ganhando cada vez mais força nas ricas economias do Norte. Desta forma, a luta por melhores condições de vida não pode resumir-se a reivindicações imediatas, mas depende do questionamento político da sociedade fundamentada no lucro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ABQUIM. São Paulo: ABQUIM, 1992.

AMATO NETO, João. Reestruturação Industrial e Redes de Subcontratação. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, n.2, v.35, Mar./Abr. , 1995.

ANÁLISE & DADOS. Terceirização: A Opinião dos Trabalhadores, Salvador, **CEI**, v. 2, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. in: Sader, Emir (org). **Pós-neoliberalismo _ As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho - O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: ED. Cortez, 1995, 2ª Edição.

_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. , Campinas-SP: Ed. Pontes, 1995.

AZEVEDO, José S. Gabrielli & MENEZES, Wilson F. **Dinâmica Econômica e ajustes no mercado de trabalho japonês**. Salvador: UFBA, 1995.

_____. **Limites e Mudanças nas Especificidades do Mercado de Trabalho Japonês**. Salvador: UFBA, 1995.

AZNAR, Guy. **Trabalhar Menos Para Trabalhar Todos**. São Paulo: Ed. Scritta 1995.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. O Conselheiro Acácio e a "globalização", **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14. 05. 1998.

BATISTA Jr. , Paulo Nogueira & Socorro, Maria do Perpétuo. **Protecionismo dos Países Industrializados e suas Implicações para a América Latina**. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 28, out./ 1990.

- BIRD vê desigualdades sociais no Brasil. *A Tarde*, Salvador, 8 dez. 1996.
- BORGES, Angela e DRUCK, Maria da Graça. Terceirização e Mercado de trabalho: Notas Exploratórias. Salvador: **Bahia Análise e Dados**, Vol. 2, nº3, dez., 1992. p. 43-48.
- _____. Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho. Salvador: **Caderno CRH 19**, 1993.
- _____. Qualidade Total e Terceirização: Taylorismo dos anos 90 e suas Implicações no Mundo do Trabalho. Salvador: **Bahia Análise e Dados**, Vol.4, dez. 1994 P. 28-34.
- BRAGA, Thaiz Silveira. O Emprego na Região Metropolitana de Salvador: Transformações Conjunturais e Estruturais 1990 a 1995. Salvador: **Força de Trabalho e Emprego**, nº2/3, 1995.
- BRASIL, Haroldo Guimarães. A Empresa e a Estratégia Da Terceirização. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, Mar./Abr. 1993.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.
- COPENE prestes a obter cobiçado prêmio TPM. *A Tarde*, Salvador, 11 mar. 1999.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.
- COSTA, Silva. **Tendências e Centrais Sindicais: O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994**. Goiânia: Ed. Universidade Católica de Goiás, 1995.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori e MONTAGNER, Paula. Flexibilidade Produtiva e das relações de trabalho. Considerações sobre o Caso Brasileiro. Campinas: UNICAMP, **Texto para Discussão**, nº29, 1993.

- DEDECCA, Claudio S, et all. Mercado de Trabalho E Exclusão Social No Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. & MATTOSO, Jorge Eduardo L. **Crise E Trabalho No Brasil: Modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996
- DESEMPREGO continuará alto nos países da Europa. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25 jun. 1999.
- DOENÇAS Mais Frequentes da Categoria. **Grave**, Salvador, 28 jul. 1995.
- ECONOMIA informal movimenta R\$ 12,8 bi. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 jun. 1999.
- ENDIVIDAMENTO federal cresceu 424% com FHC. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 fev. 1999.
- FALABELLA, Gonzalo. "Microeletrônica e Sindicatos: A Experiência Européia". in: SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Quadros (orgs). **Automação, Competitividade e trabalho: A Experiência Internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- FONTANELLA, Denise. **O Lado (des)humano da Terceirização: O Impacto da Terceirização nas Empresas, nas Pessoas e como Administrá-lo**. Salvador: Casa da Qualidade, 1994.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- HIRATA, H. Receitas Japonesas Realidade Brasileira. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, vol.2 , nº2, Julho, 1983.
- _____. Crise Econômica, Organização do Trabalho e Sub-Contratação: Reflexões a partir do caso japonês. 1994. Mimeo.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- _____. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914- 1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Otacvio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KAGAMI, Mitsuhiro. Estratégias Para Competitividade Na Produção: O Enfoque Do Leste Asiático, São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, Set./out. 1993.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEIRA, Jerônimo Souto & SOUTO, C. F. & SARATT, N.D. **Terceirização Passo a Passo: O caminho para a Administração Pública e Privada.** Porto Alegre: Sagra - DC Luzatto, 1993, 2ª Edição.
- LEITE, M. de P. Reestruturação Produtiva, Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In OLIVEIRA, et al. **O Mundo do Trabalho**, São Paulo: Ed. Scritta, 1994.
- _____. **A Qualificação Reestruturada e os Desafios da Formação Profissional.** São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, nº45, 1996.
- _____. **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária.** São Paulo: Scritta, 1994.
- LENINE, V. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.** São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LUCRO da Copene é o maior já conseguido pela empresa. **A Tarde**, Salvador, 27 jan. 1997.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Cooperação e Terceirização no Brasil.** Campina Grande: **Caderno de Economia UFPB**, 1994.

MALAGUTI, Manoel Luiz, et all. (orgs.). **A Quem Pertence O Amanhã? Ensaio Sobre o Neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Terceirização, Taylorismo e Conflito. Campina Grande :**Rafzes**, nº 10, Dezembro, 1994.

_____. A Terceirização e o Modelo Japonês de Gestão. Campina Grande: **Caderno de Economia UFPB**, nº47, 1994.

_____. A Ideologia do Modelo Japonês de Gestão. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, 1996.

_____. Globalização e Fascismo. In: MALAGUTI, M. L, et all. **A Quem Pertence o Amanhã? Ensaio Sobre o Neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital, os Fatos e sua Interpretação Marxista**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. **Automação Microeletrônica e o Trabalhador**. São Paulo: Bienal, s.d.

MARTINS, Heloísa de Souza & RAMALHO, José Ricardo (orgs.), **Terceirização: Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: DIFEL, 1987, 11ª. Ed.

_____. **Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico**. São Paulo: DIFEL, 1987, 2ª. Ed.

MATOSSO, Jorge Eduardo L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. & OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. **Crise E Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao Passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. Emprego e Concorrência Desregulada: Incertezas E Desafios. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo B. & MATTOSO, Jorge, E. L. (orgs.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

- _____. Produção e Emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo. **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999
- MICHALET, Charles-Albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MISSÃO de Carvalho é acelerar as fusões e incorporações. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 19 jul. 1999.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues. **Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão Dualista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- _____. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de trabalho e Fundo Público. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, nº22, 1988.
- ONU 'rebaixa' o Brasil e critica globalização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1999.
- PETRELLA, Ricardo. "Ladainhas da Santa Competitividade". In: MALAGUTI, M. L, et all. **A Quem pertence O Amanhã? Ensaio Sobre o Neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- PESQUISA DIEESE. Os Trabalhadores Frente à Terceirização. São Paulo: DIEESE, nº7, maio, 1993.
- PÓLO. **Tribuna da Bahia**, salvador, 29 jun. 1990.
- PROER cria dívida de R\$ 530 mi para União. **A Tarde**, Salvador, 22 dez. 1996.
- RAMALHO, José Ricardo. As Diversas Faces da Negociação no Meio Sindical Brasileiro. In: MARTINS Heloísa de Souza & RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Terceirização: Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

RELATÓRIO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. Salvador: DRT, 1995.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, 1979.

SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Jossel Borges. **Terceirização no Brasil e seus efeitos para o Movimento Sindical**. **Cardenos do Colegiado de Economia**, UEFS, nº1, novembro, 1996.

_____. **Liberalismo: Uma Retórica Vazia**. **Cadernos do Colegiado de Economia**. UEFS, nº2, 1998.

SANTOS, Theotônio dos. **Revolução Científico Técnica E Acumulação do Capital**. petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. **A Revolução Científico-Técnica, A Nova Divisão Internacional do Trabalho E O Sistema Econômico Mundial**. Rio de Janeiro: **Cadernos ANGE**, 1994.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHMITZ, Hubert & CARVALHO, Ruy Quadros (orgs.). **Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Nilson Araújo de. **O Colapso do Neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

_____. **Teoria Marxista das Crises**. São Paulo: Global, 1992.

SUAREZ, Marcus Alban. **Petroquímica e Tecnobracia: Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SUNKEL, Osvaldo & GRIFFITH, Jones. **O Fim de Uma Ilusão: As Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. São Paulo: **Revista de Economia Política**, v(5), abril-junho, 1985.

_____. Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e Seus Impactos Sobre o Brasil. Rio de Janeiro: **Cardenos ANGE**, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TRABALHADORES lutam por mais saúde e segurança. **Grave**, Salvador, 29 abr. 1996.

7- ANEXOS

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome _____

Empresa onde Trabalha _____

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindiquinica.

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
- Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras
- A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável
- O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
- Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família? *2*

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta? *2*

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

- 8 horas
- 10 horas
- outra quantidade.

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

- Sim.
- Não.

13) Que outra atividade você tem? *trabalho*

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola? *2 filhos*

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

- trabalhar em uma firma grande.
- trabalhar por conta própria.
- continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde Trabalha:

JMTEBA

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Distinção hierarquia
- Outras.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- ...a organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
 - O aumento das atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.
- 9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

- 8 horas
- 12 horas
- outra quantidade

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

- Sim.
- Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

- trabalhar em uma firma grande.
- trabalhar por conta própria.
- continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: *Nelson S. Guimarães*

Empresa onde Trabalha:

- Alumina*
- 1) Que consequências imediatas traz a terceirização?
- Desemprego
 - Novas oportunidades de emprego
 - Redução dos salários
 - Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

Q170

... mais o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

(8) *duas pessoas*

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

(4) *quatro pessoas*

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade:

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

venda de sanduíches a domicílio.

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

Tem um filho e está na escola.

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde Trabalha:

JMTEZA

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Distinção hierárquica
- Outras.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- ... geração do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
 - O aumento das atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.
- 9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

- 8 horas
- 10 horas
- outra quantidade.

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

- Sim.
- Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

- trabalhar em uma firma grande.
- trabalhar por conta própria.
- continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: CARLOS ALBERTO

Empresa onde Trabalha: B.S.V. (EMPRESA DE VIGILÂNCIA) POSTO COPENE

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- ...tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
 - O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

(03) TRÊS

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas ~~8~~ (TURNO DIURNAS)

10 horas

outra quantidade.

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

NENHUMA, NÃO TEM TEMPO DISPONÍVEL

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

NENHUM

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: (MARIO)

Empresa onde Trabalha: BAHIA SOC. E VIGILANCIA

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

Desemprego

Novas oportunidades de emprego

Redução dos salários

Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

Sim

Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

Os salários reduziram-se

O controle aumentou

Houve melhoria nas condições de trabalho

Diminui a hierarquia

Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

Sim

Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

Transporte

Assistência médica

Participação nos lucros

Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

Não

Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.

As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.

Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.

Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

Qual a percepção do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
- Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
- A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
- O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
- Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

- 8 horas
- 10 horas
- outra quantidade:

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

- Sim.
- Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

- trabalhar em uma firma grande.
- trabalhar por conta própria.
- continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde Trabalha:

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Menor competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- ...quanto ao trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável
 - O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

02

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

02

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

~~8 horas~~

10 horas

Outra quantidade: _____

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

Medicina

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

01

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde trabalha:

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- ... do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terciarização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
 - O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

Outra quantidade:

12) Você necessita de uma outra atividade para complementar o rendimento?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: *Adriano*

Empresa onde Trabalha *...*

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindiquinica.

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade horas

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: *Seane Souza*
Empresa onde Trabalha: *CEMANI HIDROSTO*

1) Que conseqüências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transpoge
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindiquímica.

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

quatro

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

duas

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

dois, sim

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde Trabalha:

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindiquinica.

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

4

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

1

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade: 12

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

Não tem

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

1

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: *FL. Roberto*

Empresa onde Trabalha: *Indústria de Cimento*

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindiquímica.

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade.

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

trabalho de manutenção na

ASFASS industriais

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome:

Empresa onde Trabalha:

1) Que consequências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros.

Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

- 17) As atividades presenciais na organização de trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?
- Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável
 - Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras.
 - A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.
 - O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.
 - Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração de sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade:

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem?

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido a empresa

1) Identificação

INFORMÁTICA - Assessoria de Qualidade - ASSEQ
 x. J. Paquini - 832-5443
 5713

Razão Social-

- Manutenção/CEMAN

Endereço-

• José Antonio / Newton / CEMAN (Praça Espinosa)

Principais atividades da instituição

x. Sérgio Barreira

2) Processo de Terceirização

- Informática
 x. Walmar

2.1) Quando a empresa iniciou o processo de terceirização?

início de 2000 (informática, etc.)

2.2) Por que implantou a terceirização?

- Redução de custos
- Programa de qualidade total
- Adaptação aos padrões de competitividade
- Flexibilização das relações de trabalho
- Outros

- Segurança Imob. e Meio Amb. e Tecnologia
 x. Rubem Ede

- Saúde Ocupacional
 x. Claudio Silva

2.3) Quais foram as áreas terceirizadas?

- Apoio
- Áreas imbricadas com a produção (informática, manutenção)
- Produção propriamente

- Serviços Gerais
 x. Hamilton Ipe

2.4) A partir de que área foi iniciado o processo? Especifique o período que teve início a terceirização nas respectivas áreas.

2.5) Quais foram as áreas de apoio terceirizadas?

serviço médico, serviços limpeza

2.6) Quais foram as outras atividades terceirizadas? (produção ou intermediárias)

manutenção, informática

2.7) Aponte as principais dificuldades encontradas com a implantação da terceirização.

R. dificuldade com a relação a terceirização e transparência

2.8) Quais foram as vantagens e desvantagens da terceirização?

vantagem - redução de custos
 implementação novas tecnologias
 desvantagem - rotatividade de pessoal

2.9) A terceirização tem se dado paralelamente com outros processos organizativos:

- Sim
- Não

1. conhecimento
 1. do seu negócio
 1. função

2.9) Em caso afirmativo, citar as formas organizacionais complementares

maior autonomia dos órgãos e delegação dos níveis hierárquicos

3) Características das empresas terceiras

3.1) Quantas empresas terceiras a empresa tem contrato? *4 em todo de 50*

3.2) Quais os critérios para escolha da terceira? *competência no serviço*

3.3) Qual o prazo do contrato entre as empresas contratantes e as terceiras?

3.4) O que prevalece, contratos duradouros ou troca constante das empresas contratadas? *2 a 4 anos*

3.5) Existe repasse de tecnologia para as empresas terceiras? *é há repasse tecnologia e repassa para a cliente*

3.6) Que critérios são estabelecidos no que diz respeito a treinamento e segurança dos trabalhadores terceirizados? *é há os mesmos critérios para o treinamento e responsabilidade da terceiras.*

3.7) Qual o local em que os trabalhadores terceirizados exercem suas atividades?

Dentro da empresa cliente

Fora da empresa cliente

Dentro e fora da empresa cliente

obs: novos projetos os serviços podem ser efetuados fora.

3.8) Existe algum item no contrato, em que se faz a exigência da incorporação dos trabalhadores eliminados pela a contratante? *nao*

4) Tipo de subcontratação

4.1) Existem empresas criadas pelo próprio grupo? Em que setores? *Existem, por exemplo: setor de manutenção*

4.2) A empresa utiliza mão-de-obra temporária? Em que setores? *sim*

4.3) A empresa utiliza estagiários em que áreas? *sim, eventualmente para a formação de analistas.*

5) Outras informações

5.1) O processo tem sido avaliado de que forma? Explícite os motivos.

Sucesso

pelos resultados alcançados de atingir os objetivos.

Fracasso

5.2) Existem resistências em relação a implantação da terceirização? De que tipo? *nao. (INFORMÁTICA)*

5.3) Em caso de resposta afirmativa na questão anterior como a empresa age frente as resistências.

QUESTIONÁRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

Dirigido aos trabalhadores das terceiras

Nome: _____

Empresa onde Trabalha: _____

1) Que conseqüências imediatas traz a terceirização?

- Desemprego
- Novas oportunidades de emprego
- Redução dos salários
- Maior competição entre os colegas

2) Você já trabalhou em uma grande empresa ?

- Sim
- Não

3) Que transformações você pôde observar na mudança de emprego de uma firma grande para uma menor?

- Os salários reduziram-se
- O controle aumentou
- Houve melhoria nas condições de trabalho
- Diminui a hierarquia
- Outros

4) Com a terceirização houve modificação da intensidade do trabalho ?

- Sim
- Não.

5) Com a saída de uma grande empresa para uma empresa menor resultou em perda de benefícios ?

- Transporte
- Assistência médica
- Participação nos lucros
- Outros.

6) Houve modificação em relação a segurança do trabalho?

- Não
- Sim. Falta aparelho de segurança nas firmas menores.
- As jornadas mais longas e mais intensas tem aumentado o número de acidentes.
- Outras.

7) Você está satisfeito com o sindicato que representa-o?

- Sim. Apesar de pequeno este é atuante e atende as reivindicações que surgem nas novas condições de trabalho.
- Não. Este desconhece os problemas que enfrentamos no interior da fábrica.

O sindicato embora ausente do local de trabalho, atua a partir de uma coordenação com o Sindicato

8) As alterações presenciadas na organização do trabalho tem modificado o interesse pelo trabalho?

Com a terceirização e as formas de gestão complementares o trabalho tem tornado-se mais agradável

Tem prevalecido a execução de atividades rotineiras

A exigência do domínio de um número maior de tarefas torna o trabalho mais suportável.

O aumento de atividades não altera o interesse pelo trabalho, além de ampliar a carga.

Outros.

9) Quantas pessoas tem em sua família?

10) Quantas pessoas precisam trabalhar na família para a manutenção desta?

11) Qual a duração da sua jornada de trabalho?

8 horas

10 horas

outra quantidade

12) Você necessita de uma outra atividade para suplementar a renda?

Sim.

Não.

13) Que outra atividade você tem? *trabalho*

14) Quantos filhos em idade escolar você tem? Todos estão na escola?
três

15) Qual sua principal perspectiva para o futuro?

trabalhar em uma firma grande.

trabalhar por conta própria.

continuar no emprego atual.